



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS ÁREA DE EDUCAÇÃO
APLICADA ÀS GEOCIÊNCIAS**

GIOVANA GALVÃO TAVARES

**A TRAJETÓRIA DE UMA “CASA DE SABER”: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
(1930-1970)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Geociências na Área de Educação Aplicada às Geociências

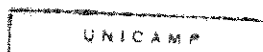
Orientador: Professora Doutora Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa

Esta dissertação foi aceita para a
realização da defesa final
por Giovana Galvão Tavares
em 27/01/00
Silvia F. M. Figueirôa
ORIENTADOR

CAMPINAS - SÃO PAULO

Janeiro – 2000

02561



IDADE 192
 CHAMADA:
 T/UNICAMP
 T197t
 Ex.
 MBO BC/40357
 OC 228/2000
 C ☐ D ☒
 ECO R\$ 11,00
 TA 12/02/00
 CPD

CM-00133202-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA I.G. – UNICAMP

T197t Tavares, Giovana Galvão
 A trajetória de uma “Casa de Saber”: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970) / Giovana Galvão Tavares.- Campinas, SP.: [s.n.], 2000.

Orientador: Silvia Fernanda de Mendonça Figuerôa
 Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1.Ciência – Historia – Brasil. 2. Regionalismo - Brasil.
 3. Instituição História. I. Figuerôa, Silvia Fernanda de Mendonça. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS
ÁREA DE EDUCAÇÃO APLICADA ÀS GEOCIÊNCIAS**

AUTORA: GIOVANA GALVÃO TAVARES

**A TRAJETÓRIA DA UMA “CASA DE SABER”: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
(1930-1970)**

ORIENTADORA: Profa. Dra. Silva Fernanda de Mendonça Figueirôa

Aprovada em: ____/____/____

PRESIDENTE: Profa. Dra. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa

 **Presidente**

Prof. Dr. Noé Freire Sandes



Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes



Campinas, 27 de janeiro de 2000

Coletar para bem guardar.
Guardar para bem servir
(Colemar Natal e Silva, 1933)

Agradecimentos

A professora doutora Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa, pela orientação segura que ofereceu e pelo generoso interesse e atenção que nos dispensou do início ao fim de nosso trabalho, meu especial agradecimento.

Aos professores do Curso de Mestrado, em especial ao Negrão e Maurício

Aos colegas do mestrado com quem muito aprendi, em especial a Lia, Clézio, Ana Maria, Ermelinda, Vivian e a doce Maryorie.

A amiga Rose, pela acolhida durante o termino da dissertação

A querida Ângela pelo seu terno e 'eterno' sorriso.

Aos funcionários do IG, em especial Juarez, Val e Maurícia.

Aos queridos amigos Antônio Cezar Leal e a Lia, que brindaram-me com amizade e carinho.

A banca examinadora da qualificação, professora doutora Maria Margareth Lopes e professora doutora Maria Amélia M. Dantas, sou grata pelas sugestões.

Aos professores Basileu Toledo França e Dalísia Doles pelas valiosas contribuições cedidas nos relatos orais.

Ao professor doutor Noé Freire Sandes, professor da UFG, agradeço os bate-papos que se tornaram valiosas reflexões.

Agradeço ao professor José Mendonça Teles, presidente do IHGG, e aos funcionários do Instituto em especial a Beth.

Aos funcionários do Arquivo Frei Dorvi, do Gabinete Literário e do Museu das Bandeiras

Aos funcionários da Academia Goiana de Letras, do Arquivo Histórico Estadual de Goiás e do Museu Zoroastro Artiaga.

Aos funcionários do IHGB que viabilizaram a reprodução de diversos documentos para a realização deste trabalho

Agradeço a FAPESP pelo apoio financeiro, por meio da bolsa do mestrado, sem ela talvez esse trabalho não tivesse sido realizado

Por fim, agradeço aqueles com quem compartilho meu cotidiano. A minha mãe, Marlene, ao meu pai, João, ao meus irmãos, Jefferson, Jaksson, Jucelino, minhas cunhadas Célia e Anália, e aos meus pequenos Juliana, Arthur e Daniel.

Sumário

Listas de Quadros, Gráficos e Fotografias.....	
Resumo.....	
Apresentação	01
Introdução	06

PARTE I

Criação e Implantação de uma “Casa de Saber”: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1945)

1. Introdução	21
2. O Modelo	21
3. As Propostas	30
4. O Momento	34
5. O Cenário Cultural em Goiás.....	42
6. Os Intelectuais e a Criação de uma “Casa de Saber”.....	46

PARTE II

A Consolidação e a Dinâmica de uma “Casa de Saber”

Introdução.....	67
1. A Casa: anos 38 a 45.....	67
2. A Casa: anos 46 a 62.....	86

PARTE III

Reformando a Casa: saber e cultura goiana nos anos 70

Introdução	96
1. A Retomada da “ <i>Casa de Saber</i> ”	96
2. O Retorno de Natal e Silva.....	101
3. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	106
4. A Implantação do Departamento de História e Geografia.....	136
Referência Bibliografia.....	145

LISTAS

QUADROS

1. Intelectuais, formação e instituição (1933).....	52
2. Assuntos abordados nas reuniões do IHGG (1940/1945).....	81
3. Assuntos abordados nas reuniões do IHGG (1946/1962).....	91
4. I Curso de Cultura Goiana – IHGG 1974.....	106
5. II Curso de Cultura Goiana – IHGG 1976.....	108
6. III Curso de Cultura Goiana – IHGG 1977.....	109
7. Principais Colaboradores da RIHGG nos anos 1972-1979.....	118
8. Revista do IHGG – Índice Analítico.....	120
9. Publicações de temas regionais na RIHGG.....	126

GRÁFICOS

1. Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: 1939-1945.....	76
2. Sessões de comemorações e homenagens no IHGG (1946-1961).....	77
3. Reuniões realizadas no IHGG (1946-1962).....	94
4. Temas tratados na revista do IHGG (1972-1979).....	125
5. Produções Históricas, Geográficas e Biográficas do IHGG nos anos 70.....	127

FOTOGRAFIAS

1. Professor Natal e Silva acompanhado dos membros na porta de entrada do IHGG nos anos 70	viii
2. Professores do Liceu de Goiás que contribuíram para a criação e consolidação do IHGG em 1933/1938.....	58
3. Presença de Colemar Natal e Silva no momento da posse do governador Pedro Ludovico Teixeira (1935/1937).....	70
4. Colemar Natal e Silva entregando diploma do Curso de Cultura Goiana (1976).....	110



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**Pós-Graduação em Geociências – Área de Educação Aplicada as
Geociências**

**A TRAJETÓRIA DE UMA “CASA DE SABER”: o Instituto Histórico e Geográfico de
Goiás (1930-1970)**

RESUMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Giovana Galvão Tavares

O presente trabalho propõe-se a investigar e compreender a trajetória institucional do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) ao longo das décadas de 1930 a 1970. Em nossa dissertação visualizamos o IHGG como uma instituição regional que buscou, através da reunião de diversos intelectuais goiano, em diferentes tempos, elaborar a história e a geografia da região de Goiás. Para esse fim, recorremos a nova historiografia da ciência que estabelece diálogo com a História Cultural. Esse diálogo investiga os objetos ‘escondidos’, e assim permite que se investiguem instituições e práticas científicas anteriormente desconsideradas.

Ao longo de sua trajetória o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás teve, ao nosso entender, três fases que marcaram a sua vida institucional. A primeira caracteriza-se como o momento de criação e implantação, período marcado pela administração do professor Colemar Natal e Silva. A segunda caracteriza-se como o momento de consolidação da *Casa*. A terceira caracteriza-se pela fase de uma maior aproximação do IHGG com a sociedade goiana através da divulgação do conhecimento regional nos Cursos de Cultura Goiana e na Revista do Instituto. Essa dissertação apresenta uma análise dessas três fases abordando os papéis educacionais, sociais e políticos exercidos pela Instituição ao longo dos 50 anos por nós investigados.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**Pós-Graduação em Geociências – Área de Educação Aplicada as
Geociências**

**The Trajectory of a “knowledge house”: The historic and geographic institute of Goiás
(1930-1970)**

**ABSTRACT
MASTER DISSERTATION**

Giovana Galvão Tavares

The present study aims to investigate and consequently comprehend the institutional trajectory of the Historic and Geographic Institute of the State of Goiás (IHGG) between 1930 and 1970. In this dissertations we visualize this institute as a regional institution which, putting together some intellectuals, pursued the construction of the history of Goiás. To reach our goals, we made use of the new history of science which has set a dialogue with the cultural history. This dialogue allows us to investigate the “hidden” objects and therefore, to investigate institutions and scientific practices that had never been considered before.

In its institutional existence this institute has been marked, in our understanding, by there phases. The first one is characterized as the moment of creation and establishment, when we can see that Professor Natal e Silva made his mark. The second one is the moment of consolidation of the *house*. Finally, the third phase is the one in which there is an approximation between the institute and goiana’s society through the spreading of a regional knowledge in goiana’s culture courses and in the *Review* of IHGG.

This dissertation presents an analysis of those three phases discussing the educational, social and political roles led by the institute over the investigated fifty years.



*Foto 01 - Professor Natal e Silva (segundo a esquerda) acompanhado com membros na
porta de entrada do IHGG – 1976
(Arquivo IHGG)*

Apresentação

O encantamento pelas aulas de História das Geociências, oferecidas durante o verão de 1996 no Curso de Especialização em Ensino de Geociências¹, nos despertou para uma questão que aos poucos foi norteando a construção de nosso projeto de pesquisa de mestrado: quais foram os primeiros passos institucionais da Geografia em Goiás?

Esta pergunta nos conduziu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), por ter sido a primeira Instituição goiana a se propôr a produzir trabalhos de cunho histórico e geográfico no e sobre o estado de Goiás desde os anos de 1930 e, até hoje, encontra-se em pleno funcionamento.

Inicialmente, o estudo reportaria apenas as produções geográficas do Instituto. Contudo, após diversas discussões em aulas do curso de mestrado com professores e colegas, várias leituras e, especialmente aulas de orientação, compreendemos que ao olhar para as produções de uma Instituição estamos visualizando não só a ciência produzida por ela, mas a própria Instituição. Aqui cabe mencionar Bourdieu (apud Ferreira & Britto, 1989, p.139) quando diz que uma *“Instituição nada é fora de suas relações com o todo”*.

Isso implica que as produções de uma instituição são representações de manifestações sociais, culturais e de visões de ciência de quem as produz. Assim, se faz presente um contexto histórico regional, no qual o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás estava inserido, e o Instituto goiano é caracterizado por nós como um espaço institucional mediador entre a ciência e sociedade. As produções ali elaboradas aparecem, nesse sentido, interagindo plenamente com os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

E por assim enxergá-las optamos por investigar as produções científicas e/ou culturais do Instituto goiano visualizando-as enquanto parte de um corpo mais amplo. Não mudamos nosso objeto inicial de investigação, mas sim o *‘dilatamos’* a fim de que possamos compreender de forma mais abrangente como e porque as produções científicas e/ou culturais se fizeram nos diferentes momentos históricos que nos propomos a estudar

¹ O Curso de Especialização em Ensino de Geociências, do qual fiz parte do corpo discente, foi oferecido pela Área de Educação Aplicada às Geociências, atualmente Departamento de Geociências Aplicada ao Ensino (DGAE/IG/UNICAMP). Compunha o quadro desse Curso, dentre outras, a disciplina História das Geociências.

Este texto que ora segue expressando nosso esforço em investigar o IHGG esta subdivido em quatro partes. A primeira apresenta o referencial teórico que procuramos adotar. A segunda aborda o período de 1930 a 1945, o qual denominamos o momento da criação e implantação da Instituição. E a terceira esboça o percurso de 1946 a 1962. A quarta parte estuda a trajetória percorrida pelo Instituto nos anos 70.

Percorremos o caminho do resgate das fontes primárias e fontes bibliográficas acerca do contexto histórico e cultural do estado de Goiás, a fim de analisarmos a trajetória do IHGG, sempre procurando visualizar o papel social desempenhado, ou seja, os tipos de relações estabelecidas e de atividades oferecidas à sociedade, assim como o discurso institucional e do poder público sobre a instituição. Nesse enfoque buscamos compreender as motivações e as formas pelas quais a comunidade que elaborou e consolidou a Instituição promoveu a dinâmica da *Casa de Saber*.

Debruçamo-nos em vários documentos primários coletados nos arquivos e centros de documentação públicos e privados. Iniciamos nossos trabalhos de pesquisas com fontes primárias na cidade de Goiânia, nos arquivos do **Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Investigamos a biblioteca do Instituto, observando os livros, as revistas, os materiais cartográficos, os acervos doados por membros e, principalmente, a documentação interna do Instituto composta por livros de atas e estatutos. Após fazermos os levantamentos de dados do IHGG, passamos a pesquisar em órgãos públicos e privados em busca das Coleções de Leis do Estado de Goiás, a fim de compreendermos até que ponto o Estado contribuiu com subvenções para a criação, implantação, consolidação e desenvolvimento do Instituto. Ao estudarmos os decretos-lei observamos não só as leis que beneficiavam o IHGG, mas outras mais que pudessem de alguma forma contribuir para nossos estudos. Nesse sentido, analisamos em primeiro lugar as subvenções diretas ao IHGG, em segundo as subvenções cedidas ao presidente do Instituto, Colemar Natal e Silva. Este exerceu a função de Procurador Geral do Estado por 12 anos e foi advogado do Estado do período de 1930 a 1946. Achamos conveniente abordar as verbas para viagens cedidas a ele por haver registros, em atas do Instituto, que Natal e Silva, ao se deslocar ao Rio de Janeiro em 1942 a fim de prestar serviços ao Estado, aproveitou para tratar de solicitação de subvenções federais para o IHGG. Analisamos também as leis que cancelavam auxílios e subvenções às instituições de caráter privado, pois não podemos nos esquecer de que várias instituições no estado, dentre

elas o IHGG, as concessões eram uma das formas que possuíam para manter-se funcionando, e a perda dessas verbas poderia comprometer sua vida institucional

Ao buscarmos essas fontes, ou seja, as Coleções de Leis do Estado, nos deparamos com dificuldades para encontrá-las. Por esse motivo percorremos vários órgãos públicos e privados. Iniciamos nossas pesquisas no **IHGG**, encontramos pouquíssimas lei que se referiam apenas à década de 1970. Passamos a pesquisar no **Arquivo Público Estadual**, local onde encontramos as leis dispersas, algumas da década de 1950 e outras da década de 1970. Fomos ao **Centro de Cultura Goiana**, mantenedora da Universidade Católica de Goiás, à **Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás** e à **Câmara Municipal** e não encontramos nenhuma das Coleções. Decidimos ir à **Assembléia Legislativa** e chegando lá, o funcionário nos informou que havia, porém estavam microfilmadas e que era inviável a realização de pesquisas, pois existe apenas uma máquina de microfilme e é de uso exclusivo dos funcionários da **Assembléia Legislativa**. Por fim, fomos ao Fórum, e lá encontramos grande parte das lei, faltando apenas algumas da década de 1930, estas encontradas no Cerne - Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias de Goiás. Finalizamos os trabalhos analisando todos os dados, o que estava previsto na proposta de nosso projeto.

Após as pesquisas realizadas em Goiânia, nos deslocamos para a cidade de Goiás. Devemos deixar claro que o Instituto Histórico goiano tem suas raízes na antiga Capital de Goiás - a cidade de Goiás, por esse motivo nos dirigimos aos locais onde, de alguma maneira, pudéssemos "rastrear" dados condizentes ao projeto. Iniciamos nossas atividades nos principais centros de documentação da cidade de Goiás, tendo sido o primeiro o **Museu das Bandeiras**. Neste, foi impossível se pesquisar qualquer documento que se reporte ao século XX, visto que estão espalhados em várias estantes, empacotados e sem catalogação, e em cada pacote encontram-se documentos do Brasil e de Goiás misturados sem precisão de datas nem assuntos. Isso sem contar que os documentos encontram-se contaminados por inseticidas, dificultando mais ainda nosso trabalho nesse local. Os documentos disponíveis para pesquisa no museu são referentes aos séculos anteriores, sem interesse para nosso trabalho.

O segundo local que visitamos foi o **Arquivo Público do Estado de Goiás**, onde encontramos documentos referentes à cidade de Goiás. Tínhamos a esperança de localizar documentação referente ao século XX sobre o Estado, no entanto o material encontrado restringe-se a poucos livros da Coleção de Leis do estado de Goiás e ao livro de rendas do século XIX. Os

outros documentos são folhas de pagamento da prefeitura de Goiás, requerimentos diversos (1902-1915) e livro de crédito. Não foi encontrado nenhum material para o projeto. O arquivo se encontra tomado por cupim e morcego, com apenas uma funcionária. O local de instalação é em uma sala emprestada do exército no 20º Batalhão da Cavalaria. Mais de 90% do material encontrado diz respeito à prefeitura da cidade de Goiás.

A terceira parada para pesquisa foi na **Fundação Educacional da Cidade de Goiás** (Arquivo Frei Simão Dorvi). Fomos felizes ao iniciarmos nossas pesquisas nesse local, visto que encontramos documentos biográficos e bibliográfico sobre os membros fundadores do IHGG. Ao vasculharmos o armário de Frei Simão², encontramos as atas de instalação de um Departamento de História e Geografia de Vila Boa vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que teria como função de guardar e preservar os documentos recuperados pelo IHGG na cidade de Goiás. Encontramos também Ata do dia 24 de julho de 1977, na qual está relatada a instalação definitiva do Departamento de História e Geografia da cidade de Goiás, parte integrante do IHGG, com a presença do presidente do instituto e membros, da presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, representante da Associação dos Advogados de Goiás, da Academia de Artes e Letras do Planalto Central de Brasília, do IHG do Distrito Federal, do IHG de São Paulo, da Ordem Nacional dos Bandeirantes e da Associação Paulista de Jornalistas.

Por último pesquisamos no **Gabinete Literário Goiano**, local onde encontramos obras dos membros que fundaram o IHG de Goiás. Observamos também, no decorrer de nossas caminhadas pela cidade de Goiás, que muitas ruas e colégios levam nomes dos membros fundadores do IHGG.

Fomos à cidade de São Paulo procurar fontes bibliográficas que pudessem contribuir para nossas discussões teóricas e metodológicas. Para tanto, recolhemos fontes **nas bibliotecas dos Departamento de História e de Geografia** e no **CAPH**, pertencentes a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Também fomos à cidade do Rio de Janeiro visitar arquivos onde, provavelmente, pudessemos localizar informações significativas para essa dissertação. Consultamos o **Museu do Catete**, a **Biblioteca Nacional** e o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Nos dois primeiros, não encontramos fontes para nosso projeto. Mas nos arquivos do IHGB, como era esperado, encontramos correspondência do IHGG com o Instituto Brasileiro, publicações de seus

² Frei Simão fundou o arquivo antes de seu retorno definitivo para Itália.

membros na revista do IHGB e um fato novo, que foi a correspondência acerca da primeira tentativa de criação do IHGG, datada de 1862. Percorremos também, no Rio de Janeiro, as **bibliotecas da Faculdade de História e Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, a **biblioteca da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**³ e a biblioteca da **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**.

A pesquisa oral também foi utilizada com o intuito de recuperar trabalhos de pessoas que participaram do IHGG, no período de 1962 a 1970, para o qual estão ausentes fontes como revistas e atas de reuniões. Dentre as pessoas que cederam os relatos orais estão o atual presidente do IHGG, o professor José Mendonça Teles; professora doutora Dalísia Elizabeth Martins Doles, da Universidade Federal de Goiás (UFG); e o professor Basileu Toledo França, presidente do Instituto no período de 1970-1972.

Buscamos, nos depoimentos, levar o entrevistado a olhar para trás e contar sua própria vida no IHGG. Para que isso fosse possível pautamo-nos pelo que cada informante pode relatar. Não moldamos as entrevistas com perguntas sucessivas, mas sim buscamos, a cada relato oral, proporcionar ao entrevistado *‘um fluir’* na entrevista, direcionando-o ao contexto do IHGG ao qual a pesquisa se reporta. É importante acrescentarmos que as entrevistas orais não ficaram delimitadas no período proposto, mas avançaram até o final da década de 1970.

³ Apenas a biblioteca de Geografia, localizada na Ilha do Fundão, foi pesquisada, pois no dia posterior houve paralisação na UFRJ, impossibilitando dessa forma nossa ida à biblioteca da Faculdade de História, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Introdução

Uma das formas de se conhecer o desenvolvimento da ciência é estudar e analisar as organizações criadas para abrigar as atividades científicas. Para Dantes (1980) e Figueirôa (1987), entre outros, a instituição científica é o canal mediador entre a ciência e sociedade, entendida numa acepção ampla, visão que é comungada por nós.

É nesta perspectiva que nos propomos a contribuir para a compreensão da institucionalização da ciência no Brasil e particularmente em uma região. Para tal tomamos o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) nas décadas de 1930 a 1970 como nosso objeto de investigação.

Há já vários anos as instituições científicas vêm sendo estudadas como locais privilegiados para o desenvolvimento das idéias e atividades científicas. Para a América Latina, dentre os principais estudos que destacam as instituições científicas encontramos o trabalho de Vessuri (1986), o qual considera que as instituições científicas dão forma ao modo de produção dos conhecimentos científicos. Neste sentido, são resultados concretos dos interesses da sociedade, ou de segmentos dela, *“são expressões concretas das estruturas e das mentalidades sociais”* (Vessuri, 1986, p.20)

Para Figueirôa (1997, p.24), o *“processo de institucionalização implica o estabelecimento de uma rede de sustentação de atividades cujos aspectos mais visíveis são as chamadas instituições científicas”*. Segundo a autora, estão presentes nas instituições a comunidade científica, diferentes grupos sociais, os interesses do Estado, entre outros. Sendo assim, as atividades científicas estão relacionadas ao espaço e tempo históricos no qual são concebidas e implantadas.

Ao estudarmos o IHG de Goiás, enfocamos a instituição como um espaço significativo de desenvolvimento de práticas científicas e/ou culturais no estado de Goiás. Partindo dessa premissa, entendemos que

“o processo de construção de um fato científico não pode ser compreendido em toda a sua extensão se explicado apenas enquanto aventura personalizada. É necessário localizar os produtores no campo social de onde extraem as referências de um certo padrão de cientificidade que deve ser seguido” (Ferreira & Britto, 1995, p.139).

Assim, ao analisarmos a ciência através de uma instituição científica, cabe colocá-la num contexto cultural para realçar a compreensão tanto de seu desenvolvimento como de seus efeitos, o que nos permitirá entender o papel social da ciência (Cf. Kuhn, 1977). Esse olhar sobre as práticas científicas do IHGG está embasado, portanto, no pressuposto de que o processo científico é uma construção, e que as condições sob as quais esse processo se dá são as condições histórico-sociais de um tempo-espço definidos.

Nas últimas décadas, um novo olhar metodológico foi lançado para a História da Ciência, o qual levanta a discussão sobre o surgimento de novos objetos *“dotados de uma historicidade que permite fortemente à disciplina [História da Ciência] não ficar fechada em si mesma”* (Cf. Pestre, 1996, p.23), mas reintegrar-se ao complexo dos questionamentos históricos.

Em meados dos anos de 1970, a História da Ciência despontou para novas imagens da ciência e das suas práticas científicas. Este despontar deveu-se aos estudos de David Bloor, que se destacou como um novo referencial metodológico ao propôr *“desvencilhar a História da Ciência das leituras construídas de modo retrospectivo, que sustentam que nada há a explicar quando um sábio ‘descobre’ uma verdade da natureza, mas a explicação seria essencial no caso contrário”* (Cf. Pestre, 1996 p.07). Ainda na década de 1970, os trabalhos de Barry Barnes, Steven Shapin e outros, influenciados por esse referencial teórico e metodológico, propõem uma análise crítica dos saberes científicos. Para estes, as produções científicas devem ser tratadas como sistemas de proposições e ações. Nesse sentido, o historiador terá o papel de decodificar e descrever o mundo científico colocando em evidência os contextos culturais, sociais, políticos e econômicos que estabelecem o desenvolvimento da prática científica.

Essas afirmações nos remetem à relação intrínseca e possível entre a História da Ciência e a História Cultural atual. Segundo Thomas Khun (1977) quando diz que há uma necessidade de interpenetração crítica dos interesses e realizações dos historiadores da ciência com as pessoas que cultivam outro campos históricos.

Este ponto é também levantado por Pestre (p.28, 1996), a História da Ciência está em *“perfeita consonância com a História Cultural atual que analisa práticas e toma como objeto operações através das quais o sentido é localmente produzido”*, pois a História Cultural tem com principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída e pensada, conforme define Roger Chartier (1989), um de seus expoentes.

Complementando essa visão, de modo a clarear a maneira como olharemos para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, tomaremos emprestado de Certeau (1995, p.17) a afirmação de que “*não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação*”. Para o autor, o pensamento científico encontra-se referido a “lugares” sociais, econômicos, políticos e culturais. Ainda segundo Certeau (1995, p.22), “*o discurso científico que não fala de sua relação com o corpo social não seria capaz de articular uma prática*”, e nesse sentido, a teoria só é válida a partir do momento em que se articula com a prática.

Ao mesmo tempo, como afirmamos acima, entendemos a ciência como prática, como construção social, o que implica recusar a visão ingênua (mas até recentemente muito em voga) da neutralidade científica - isto é, a ciência como entidade autônoma, desenvolvendo-se acima e ao largo dos fatores sociais, políticos e econômicos. Quando muito, para explicar a "má ciência" (p. ex., ciência nazista) ou os "fracassos" (p. ex., caso Lysenko, em Genética) esses fatores eram invocados.

Aqui, a visão da Sociologia do Conhecimento de Pierre Bourdieu pode reforçar nossa investigação. Bourdieu adota a noção de campo social e analisa a sociedade como “*espaços autônomos que possuem uma racionalidade regional*” (1983, p.123). Para esse autor o campo científico, enquanto parte do campo social, é o lugar de luta política pela dominação científica, e está indissociavelmente relacionado ao todo, ou seja, o campo científico é um espaço de relações políticas, econômicas, culturais e sociais. O campo científico, entendido como lugar de lutas políticas pela dominação científica, implica admitir que a instituição científica, como parte do campo científico, é uma arena, um lugar onde se estabelecem relações e disputas pelo poder político da dominação científica. Por assim entender, o campo científico interage com outros campos, a saber: o cultural, o político, o social, o econômico.

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás precisa ser compreendido como uma instituição que faz parte de um corpo social composto também por suas particularidades regionais. Isso significa afirmar que, desde sua própria estrutura e organização institucional até o conjunto de suas atividades científicas, restritas ou de ampla circulação, essa instituição traz as marcas de seus espaços e tempos históricos em mútuo e constante diálogo: o contexto goiano e

sua interação com o cenário nacional, de um lado, e o contexto mais abrangente das atividades científicas no Brasil, com seus modelos, suas práticas, suas concepções.

Durante largo período, a ciência sempre esteve à parte da produção historiográfica brasileira, alegando-se sua inexistência no país. Foi com Fernando de Azevedo, em 1943, que a ciência apareceu como parte integrante da cultura brasileira, porém o autor ressalva a sua ausência até quase o século XX alegando que as atividades científicas desenvolvidas no Brasil não foram expressões nacionais e sim manifestações de cientistas estrangeiros que por aqui passaram e desenvolveram seus estudos. O autor afirma que apenas em 1890 é que se inicia o processo denominado por ele de “ebulição intelectual”. Esse momento dar-se-á com as pesquisas experimentais, como Medicina Legal, estudos de Microbiologia e Parasitologia consideradas pelo autor como reais ciências desenvolvidas no e pelo país. Azevedo analisa as produções científicas e/ou culturais brasileiras tomando por base uma visão eurocêntrica para explicar o desenvolvimento das ciências no Brasil.

A fim de se contrapor a essa visão predominante nos trabalhos acerca das produções científicas na América Latina, nos anos 1980 os historiadores da ciência adquirem consciência de que houve ciência na América Latina desde o período colonial, e de que a visão então dominante resultava, única e exclusivamente, dos parâmetros metodológicos adotados para investigar as ciências na periferia. Saldanã (1993) afirma que a História da Ciência na América Latina tem sido “secreta”, e não aparece na historiografia mundial da ciência, devido à posição metodológica “mimética” de muitos estudiosos que adotam uma visão eurocêntrica, concebendo a ciência de maneira universal e descontextualizada.

Os estudos de Lafuente (1986) apontam que a falta de interesse pela história das atividades científicas constitui um “espaço oco” em nossa memória histórica, cujas dimensões se aprofundam na medida em que avança o século. Saldanã e Lafuente enfatizam a necessidade de uma História da Ciência latino-americana despida do caráter eurocêntrico.

Saldanã (1993) ainda discute, com propriedade, os novos olhares lançados para a História da ciência e tecnologia nos últimos 20 anos. O autor aponta que esse pensar, ao romper com a mimese metodológica abriu novos caminhos para a historiografia da ciência nas regiões periféricas, e que esse processo é caracterizado por uma modernização conceitual e terminológica e por um reclamo de uma originalidade epistemológica para os que investigam a América Latina.

Surge, pois, uma nova postura no cenário da historiografia da História da Ciência e a compreensão sobre o desenvolvimento da ciência na América Latina ganha outro sentido. Concordando com Figueirôa (1992,p.145), entendemos que *“a mudança no olhar do historiador das ciências permite, ao rever continuamente a escritura da História, (re)encontrar marcas de uma atividade científica bem mais intensa do que se supôs até hoje, descobrindo novos objetos de investigação”*.

Isto posto, torna-se mais claro porque apenas nos últimos anos a historiografia da ciência brasileira vem desenvolvendo trabalhos sobre instituições científicas com o propósito de compreender o desenvolvimento da ciência na periferia, articulando-o a uma História mais ampla das ciências. Dentre estes trabalhos apesar de enfoques diferenciados podemos citar como exemplo os estudos de Dantes (1980), Figueirôa (1987, 1992, 1997), Lopes (1993), Lunardi (1993, 1995), Stepan (1976) e Teixeira (1996).

Assim, não surpreende que ao longo de sua vida o IHGG tenha sido desconsiderado pela historiografia regional, ocupando papel restrito na história de Goiás e do Brasil. Mesmo essa historiografia recente, acima citada, tem destacado principalmente a história da ciência nos grandes centros econômicos e políticos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde aparentemente ocorre maior incidência de instituições científicas. As instituições científicas das regiões não centrais ainda estão “escondidas” e são pouco mencionadas na historiografia. Como exceção, podemos mencionar os trabalhos de Lunardi (1993, 1995) para o caso do Paraná e alguns dos trabalhos de pesquisa que estão em desenvolvimento no Departamento de Geociências Aplicada ao Ensino do Instituto de Geociências de UNICAMP (DGAE/IG/UNICAMP).

Para realizar nossos estudos sobre o IHGG, partimos das concepções teóricas acima abordadas, fazendo a contextualização do Instituto na dinâmica da sociedade onde esteve inserido; e analisando sua trajetória considerando o seu papel institucional, os tipos de relações estabelecidas e de atividades científicas e educacionais oferecidas à comunidade do IHGG e à sociedade goiana.

Nesse sentido, procuramos abandonar, *“das concepções apriorísticas da ciência que trazem embutidas a visão atual para tentarmos compreender o que significava ciência na época, quais suas práticas, seus valores e métodos compartilhados por seus praticantes”* (Figueirôa, 1997, p.23). É imprescindível, ao optarmos por essa visão metodológica, inserir o desenvolvimento do IHGG no processo histórico geral, no qual estão envolvidos os fatores

sociais, econômicos, políticos e culturais de seu tempo e espaço. Enquanto uma arena científica, o Instituto mobiliza e faz circular os objetos científicos da e para a sociedade mais ampla na qual está inserido. Compreendemos as produções científicas elaboradas pela comunidade participante do Instituto como expressões de uma visão de ciência, e que as práticas científicas abrigadas pelo Instituto são produtos concretos, materialização do processo histórico no qual a instituição estava inserida. Assim sendo, podemos considerar as práticas científicas e/ou culturais do IHGG como a expressão de *“um corpo social sobre si próprio e sobre o universo no qual se insere, e que propicia a sua identificação, singularidade e permanência enquanto grupo”* (Brito, p.07). Isso permite identificar a marca da particularidade do lugar social e temporal, bem como nos obriga a procurar encontrar, na sua relação com o contexto histórico, inclusive *“significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais”* (cf. Chartier, p.67).

Nossos estudos caracterizam-se como um estudo de caso e dentre nossos objetivos principais não está comparar o IHGG com outra instituição científica regional ou nacional, nem tampouco estudarmos uma história laudatória ou crônica, mas visualizar o IHGG dentro de seu próprio campo institucional, procurando estabelecer, em cada momento, a relação dinâmica entre essa instituição científica e sociedade. Contudo, não iremos ignorar que o IHGG segue, como modelo institucional e historiográfico, uma tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo Schapochnik (1993, p.69), o IHGB é local de desenvolvimento de práticas científicas. Afirma esse autor que *“convém notar que a referência ao Instituto Histórico como o “locus” privilegiado para a fundação de saberes sobre o Brasil não parece fortuita”*, o IHGB nasce com a finalidade de construção de uma memória nacional, e por esse motivo podemos considerá-lo como local de práticas científicas políticas.

O trabalho de Schapochinik (1993) é um dentre vários outros trabalhos desenvolvidos acerca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O IHGB destaca-se como alvo de diversas pesquisas, realizadas pelos próprios membros como também por pessoas que compõem o quadro acadêmico do país, sobressaindo evidentemente, pontos de vista teórico-metodológico, bastante variados, conforme a visão com que cada estudioso do assunto se debruça sobre o tema.

Podemos notar essa diversidade ao buscarmos estudos que se reportam aos Institutos. Aqui cabe ressaltarmos os trabalhos de Azevedo (1945), Guimarães (1988), Figueirôa (1992),

Schwarcz (1993), Guimarães (1994), Zusman (1994) e Sandes (1997), para construirmos um quadro acerca das visões lançadas sobre essas instituições.

Sobre os outros Institutos Histórico e Geográficos regionais existe pouca ou nenhuma referência. Assistimos apenas a uma conferência na qual a pesquisadora falou acerca de sua pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, mas infelizmente não tivemos acesso ao trabalho final. Notamos que os trabalhos sobre os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil ainda estão sendo produzidos, principalmente por grupos de pesquisadores que trabalham com história regional. Nesse trabalho iremos nos debruçar sobre essas sete bibliografias já citadas, para visualizarmos como esses pesquisadores compreendem esses Institutos.

Iniciaremos com a clássica obra *A Cultura Brasileira*, do cientista social Fernando de Azevedo⁴, publicada em 1943 sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo o autor, as produções científicas no Brasil se deram aos saltos e caracteriza o período de 1890-1914 como marcado pelo desenvolvimento da ciência experimental, como Medicina Legal, dos estudos de Microbiologia e Parasitologia realizados por brasileiros, como Nina Rodrigues e Oswaldo Cruz. Considera que somente neste momento é que o fervor da ciência começa a ocupar o lugar do mundo das letras, da literatura e da retórica, esta última apontada pelo autor como caracterizadora de nosso atraso científico e/ou cultural. O autor assim se expressa:

“não era somente na medicina legal e nos estudos das raças negras que se introduziu no Brasil, graças à atividade fecunda de Nina Rodrigues, esse espírito crítico e experimental, com que, no mundo civilizado, se renovavam todos os domínios de conhecimentos e todas as profissões e atividades baseadas na aplicação prática das novas descobertas”.

Por assim entender o desenvolvimento da ciência no Brasil, Azevedo nos conta que os Institutos Históricos e Geográficos, somente no início do século XX, com a renovação da historiografia ocasionada pela entrada nessas instituições de Capistrano de Abreu e João Ribeiro, despontam como provedores de uma *“fase nova que se caracteriza pela penetração crescente do*

⁴ F. de Azevedo edita sua obra no período do Estado Novo, momento em que ocorre o que ele chama de ‘fermentação intelectual’ do país dada pela presença de professores estrangeiros na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. A fermentação mencionada por Azevedo é ocasionada também pelas idéias novas impostas pelo novo regime político que passa a vigorar em 1930. O autor ocupou cargos administrativos no estado de São Paulo na área educacional, o que lhe proporcionou a divulgação do seu entendimento acerca da cultura brasileira.

espírito científico, tanto pelo gosto da análise como pelo espírito sintético e pelas idéias gerais, pela pesquisa dos fatos e suas interpretações” (p.396).

Nesse sentido, entendemos que, para Azevedo, os Institutos Históricos e Geográficos, (não apenas o IHGB, mas também o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)), se constituem em palcos de produções culturais e científicas, históricas e geográficas, apenas durante o início desse século: “*o impulso, no domínio de geografia e da história, havia sido dado com bastante vigor para que se interrompesse essa magnífica série de trabalhos e de estudos de documentação*” (p.234-235). O autor se refere ao impulso dado, principalmente pelo governo de São Paulo ao IHGSP, para pesquisar, restaurar e publicar documentos históricos originais.

O artigo “*Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*”, escrito por Manuel Luís Salgado Guimarães, na *Revista Estudos Históricos: caminhos da historiografia* (1988), integra o trabalho de Guimarães realizado na Alemanha. O autor estuda a produção historiográfica do Instituto Brasileiro, afirmando que “*escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico*” (p.10). Para esse autor, o Instituto Brasileiro irá ter a tarefa de pensar o Brasil, buscando para tanto “*os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação a que se entregam os letrados reunidos no IHGB*”(p.06).

Guimarães debruça-se sobre as produções historiográficas do Instituto Brasileiro a fim de compreender como essa instituição leu e elaborou a História do Brasil. Sua investigação girou em torno do papel da escrita da História no processo de construção da nacionalidade brasileira, trabalhando para tanto as concepções de História formuladas pelos membros do Instituto Brasileiro.

Schwarcz (1993) no capítulo *Os Institutos Históricos e Geográficos: guardiões da história oficial*⁵, discute o papel dos Institutos Históricos e Geográficos no Brasil. A autora analisa os Institutos partindo do princípio de que essas instituições científicas buscam, em certo sentido, a construção de uma identidade nacional, ou seja, edificar uma história nacional. A autora nos conta que o IHGB é um *locus* de projeção intelectual ou de promoção pessoal e que esse círculo intelectual adota um modelo de história católica, patriótica e extremamente vinculada

⁵ Este faz parte do livro: *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1887-1930*.

à política oficial, composto por membros que possuíam compromisso com a construção de uma história nacional que “tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição” (p.133).

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) aparece no trabalho de Schwarcz como um instrumento criado para garantir a hegemonia cultural do estado que, ao adaptar-se ao modelo do IHGB, revela “*o perfil regionalista que caracterizou os diferentes estabelecimentos, assim como as disputas que se verificavam entre regiões influentes [São Paulo e Rio de Janeiro] no interior da política imperial e da República Velha*” (p. 129).

Nesse sentido, o Instituto Histórico paulista seguia o modelo institucional do Instituto Brasileiro, porém apontava para o apoio a uma nova configuração política:

“tratava-se de mais um estabelecimento que pretendia impor sua especificidade regional (...) o instituto era mantido por um Estado poderoso e com uma economia fortalecida, o que explicitaria a situação financeira estável vivida pelo IHGSP, garantida pelas jóias pagas pelos sócios e pelas contribuições cedidas regularmente pelo estado” (p.129).

Observa a autora que o IHGSP é criado com a finalidade de acirrar as disputas políticas entre os estados economicamente mais desenvolvidos do país. A rixa travada entre o Instituto paulista e o Instituto carioca não era apenas intelectual, mas uma contenda entre os estados. O IHG paulista reescreve a história nacional buscando “*no passado fatos e vultos da história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo*” (p. 126-127).

Divergentes em suas interpretações sobre a história nacional, mas semelhantes em seus modelos de criação institucional, o IHGSP e o IHGB tornam-se corpos e lugares para “*criação de falas oficiais sobre o país, bem como o espaço reservado a um discurso sobretudo enaltecedor da nação*” (p.137).

Lúcia Guimarães (1994), em seu estudo “*Debaixo da Imediata Proteção de sua Majestade Imperial*”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), mapeia, com bastante propriedade, o perfil dos sócios fundadores do Instituto Brasileiro, ou, como os chama, “a primeira mocidade”. Em seu texto estampa a escolarização, a formação profissional, a ocupação exercida, a titulação e a origem social, elaborando com esses dados o perfil sócio-profissional de cada um deles. A partir disso, analisa a atuação desses intelectuais no desenvolvimento da Instituição. A autora parte daí para analisar as produções contidas na revista

do Instituto Brasileiro, de 1838 a 1889. Para tanto, elege categorias representativas que lhe permitem “*detectar a efetiva contribuição historiográfica da Academia*” (p.111).

A fim de apresentar a dinâmica da Casa, Guimarães debruça-se sobre diversos fatos ocorridos. Dentre eles destaca-se o momento em que o Instituto Brasileiro busca a origem do povo brasileiro, assunto esse exaustivamente discutido por seus membros. Esta foi a primeira, dentre diversas iniciativas, de “*exame de certas inscrições na Pedra da Gávea, tidas como testemunhas da presença dos fenícios no Brasil*” (p.137). Segundo a autora, a comissão responsável pela investigação acreditava que a “*possibilidade de descender daqueles antigos navegadores do mediterrâneo parecia uma perspectiva atraente, para se começar a pensar os fundamentos do povo brasileiro*” (p.137). Os indícios foram por terra abaixo no momento em que a “*comissão encarregada das investigações naquele sítio concluiu que as marcas não passavam de acaso da natureza*” (p.137).

A autora compreende o IHGB como *locus* de construção de uma memória nacional, e nos conta que o primeiro propósito da criação do Instituto foi a sistematização das fontes históricas para redigir a História do Brasil. Valendo-se desse fato, no decênio de sua criação, o Instituto vivia “*a chamada fase de acumulação primitiva do capital arquivista, quando se iniciaram as atividades de pesquisa documental do IHGB. A organização do repertório de lembranças que constituiria a memória nacional*” (p.226).

Do ponto de vista da autora, o IHGB é uma “*Casa de Memória*”, lugar construído para recordar. Esta construção de memória parte da “*constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar*”.

Sandes (1997) em sua tese de doutoramento *A Invenção da Nação entre a Monarquia e a República*, busca acompanhar a trama produzida em torno das comemorações da Independência do Brasil, em meados do século passado e sua reelaboração cem anos mais tarde. Para tanto, o autor discute as comemorações programadas pelo IHGB, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e pelo Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP).

Em diferentes tons os Institutos comemoram o centenário da independência brasileira. Segundo o autor, para o IHGB “*a comemoração do centenário da independência constitui marca na história do Instituto*” (p.77). O Instituto Brasileiro avança além da realização de sessões solenes e promove um pensar acerca do Brasil, esboçando no decorrer das comemorações uma

reflexão histórica com “o peso dos documentos, a vida de homens ilustres, o respeito pelo passado” (p.82). O IHGB dá ao feito nacional uma repercussão internacional.

Enquanto isso, o IHGSP publica um número especial dedicado à passagem da independência. Sandes aponta que

“os paulistas reverenciaram a pátria como sua própria criação. Nos artigos que trataram da história da independência ou nos discursos proferidos em solenidade, quando foram inaugurados inúmeros monumentos, reverenciou-se a pátria paulista. O desmesurado crescimento da cidade e o vigor da economia paulista representavam exemplo maior do sucesso do Brasil enquanto nação” (p.82).

O IAGP dedicou-se a comemorar o centenário da revolução pernambucana de 1817. Segundo o autor “o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco não dedicou sequer, em suas revistas, um número especial em comemoração ao centenário da independência, mas compôs um número dedicado à história pernambucana” (p.87). Este fato ocorreu por acreditarem que a revolução ocorrida em Pernambuco em 1817 foi um feito importante para a História Nacional, e que merecia ter sido comemorada. Segundo o autor, os Institutos travam uma disputa de memória nacional. Para ele “os conflitos travados no interior dos Institutos representam simbolicamente as tensões latentes entre o discurso regional e a configuração política que compõe a nação” (p.86).

Figueirôa (1992), em seu estudo *Associativismo Científico no Brasil : Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX*, afirma:

“diferentemente de que tem sido voz corrente, pretendo mostrar que o IHGB, desde os primórdios, de sua criação constituiu um espaço institucional para as ciências naturais, tanto através das páginas de sua revista, quanto das discussões de suas sessões ordinárias, de documentação de seus arquivos e biblioteca, da correspondência com outras associações científicas ou mesmo através da organização de uma expedição para exploração científica da parte do território brasileiro” (p.457).

Para configurar esse quadro, Figueirôa expõe que, ao realizar levantamentos de 70 tomos (1839 – 1907) da revista da instituição, encontra um total de 45 trabalhos sobre História Natural, que podem ser classificados em: artigos originais de autores pertencentes ou não aos quadros do

Instituto; reproduções de textos antigos; e sob a forma de cartas de cientistas discutindo pontos específicos ou remetendo amostras (de rochas ou minerais, de fósseis, entre outros).

Nesse sentido, a autora nos apresenta uma outra maneira de olharmos para o IHGB, não só como produtor de uma História ou identidade nacional, mas como um espaço de conhecimento amplo para as ciências naturais. Assim a autora conclui seu raciocínio:

“[O IHGB] não se restringiu à Literatura ou à História (tal como entendemos hoje), mas também empreendeu diversas ações no campo das ciências naturais já que, segundo suas concepções, o Homem e a Civilização que ele constrói são determinados pelo meio físico que os circunda” (p. 457).

O texto *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Continuidade e ruptura no marco do projeto geográfico imperial*, escrito por Perla Zusman (1994) busca reconstruir os passos da configuração do discurso geográfico no Império por meio de duas Instituições: IHGB (1838) e Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (1883). Para tanto, aponta que

“reconstruir a história de uma disciplina significa buscar um caminho para levar a cabo tal tarefa. Recorrer ao entendimento do processo de institucionalização considerando-o a via pela qual uma ciência vai adquirindo autonomia com relação às demais, vai constituindo sua própria comunidade disciplinar, sua especificidade e validade como saber reconhecido no campo acadêmico e social para explicar algum aspecto da realidade, é uma postura possível de adotar-se dentro das vertentes historiográficas existentes” (p.17).

Para a autora o IHGB aparece como uma instituição científica que irá discutir, em seu tempo e espaço, as informações coletadas a respeito do Brasil dando ênfase a um conceito chave para a ciência geográfica: o território. O Instituto Brasileiro irá, nessa temática de estudos fazer descrições, levantamentos nas questões de definição territoriais e interestaduais.

O IHGB e a SGRJ, serão compreendidas pela autora como principais instituições que iriam prevalecer como espaços de discussões geográficas para o país até 1934, momento em que brotam novas concepções teóricas e metodológicas acerca da Geografia e da História promovidas pelo surgimento da Faculdades de Geografia e História na Universidade de São Paulo.

Baseados no quadro acima descrito, vimos que os Instituto Históricos no Brasil são vistos por Azevedo (1943) como lugares de produção científica e/ou cultural; por Guimarães (1988)

como lugar de construção de uma História da Nação brasileira; por Figueirôa (1992) como espaço institucional para as ciências naturais; por Schwarcz (1993) como *locus* que se propõe a construir uma identidade brasileira; por Zusman (1994) como um campo de investigações que contribui para a institucionalização da Geografia; por Guimarães (1994) como Casa de Memória; por Sandes (1997) como uma arena de disputas para a construção da memória nacional.

Os trabalhos de Guimarães(1988), Schwarcz (1993), Guimarães (1994) e Sandes (1997), analisam os Institutos pautando-se nas concepções históricas produzidas pelos institutos. Este fato diferencia-os dos trabalhos de Figueirôa (1992) e Zusman (1994) que iram analisar o Instituto Brasileiro como “locus” de produção de outras ciências, como a Geografia e as ciências naturais. Podemos citar ainda mais um trabalho que também encara os Institutos Históricos no Brasil, como espaço de produção de ciências naturais: o trabalho de Santana (1998) intitulado *A contribuição das ciências naturais para o consórcio da ciência e da arte em Euclides da Cunha*. Santana, analisa a vida intelectual de Euclides da Cunha e aponta que seu ingresso no IHGSP se deu em virtude de seus trabalhos na área das ciências naturais. Não só Euclides da Cunha aparece no cenário intelectual do Instituto paulista como também outros nomes de cientistas de relevância nacional, como Orville Derby, Alberto Lofgren e Teodoro Sampaio.

Isto posto, cabe a indagação : qual (ou quais) dessas representações foi encarnada pelo IHGG?

Ao ser construído como instituição científica, o Instituto goiano elaborou normas nas quais estabelecia as funções institucionais a serem desempenhadas. Ao formular seu Estatuto, o IHGG assume uma visão de ciência, institucionaliza as relações com outras instituições científicas, conserva documentos, divulga a produção dos trabalhos científicos e se propõe a publicar revistas anuais. No artigo 03 do Estatuto, a instituição assim descreve suas principais tarefas:

“1. Conservará e classificará documentos, livros, cartas geográficas e outros objetos que possam fornecer elementos de informação e devam constituir um arquivo, uma biblioteca, um museu histórico e mapoteca. 2. Receberá em depósito os manuscritos e documentos, que terceiros entreguem para serem abertos, lidos e divulgados em épocas determinadas. 3. Publicará anualmente a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz e nela serão inseridos trabalhos e documentos relativos ao Brasil e principalmente ao Estado de

Goiaz . 4. Estabelecerá correspondência com as sociedades congêneres nacionais e estrangeiras" (1933, p.03).

Buscando responder à indagação acima, optamos por estudar o IHGG levando em consideração os possíveis papéis exercidos pela instituição, regra geral semelhantes para as instituições científicas (cf. Figueirôa, 1987), ou seja, o papel social que a instituição desempenhou ao longo de sua trajetória (1930/1970) e a quais grupos sociais representou/envolveu/atendeu ao longo do período a ser estudado; o papel de pesquisa, isto é, para que tipos de investigação, dentro de quais linhas e "paradigmas" científicos o Instituto orientou suas atividades, seja exercendo pesquisa própria, seja armazenando material em seu acervo, seja elegendo outras associações científicas para intercâmbio; o papel educativo, que se pauta em investigar as contribuições do IHGG na formação de profissionais da própria instituição e cursos e estágios oferecidos pela instituição à sociedade, e em verificar o quê e para quem disseminava sua produção científica. Estudaremos, principalmente, os "Cursos de Cultura Goiana" oferecidos ao longo da década de 1970, assim como a distribuição do material do IHGG.

Essa análise levou em conta como o Instituto construiu seu discurso institucional, ou seja, divulgou por meio de revistas e reuniões a maneira de pensar sobre si próprio e como se colocava face ao contexto no qual estava inserido. Ao mesmo tempo, por ser uma instituição de caráter oficialista, sustentada essencialmente por verbas públicas, o discurso institucional mescla-se ao discurso do poder público, estabelecendo as relações entre o IHGG e o Estado. Ou seja, o discurso do poder público demonstra como a instituição se relacionava com os governos estaduais no período que nos propomos a investigar. Analisamos o perfil sócio profissional dos membros fundadores do Instituto, levando em consideração a formação intelectual, formação profissional e ocupação exercida no Estado.

Através desses papéis buscamos compreender a visão de ciência que predomina em toda a trajetória do Instituto goiano, visualizando-o não só como 'lugar' de produção da história regional e nacional, mas entendendo-o também como o primeiro centro goiano de estudos históricos e geográficos. Lembremos que no Estado de Goiás somente na década de 60 são consolidados cursos universitários de História e Geografia. Assim, o IHGG abrigou os primeiros estudos geográficos e históricos do estado de Goiás. Concordamos com as autoras Figueirôa (1992) e Zusman (1994), quando apontam suas visões dos papéis exercidos pelo IHGB no país, pensamos que os Institutos produziram conhecimentos vastos, não só na História como também

no campo do conhecimento geográfico. Por assim compreendê-lo iremos analisar também a produção e divulgação dos trabalhos históricos e geográficos.

I. Criação e Implantação de uma “Casa de Saber”: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930 – 1945)

Introdução

A discussão que ora segue aborda a construção do modelo institucional do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; as tentativas de criação do Instituto goiano no Império (1862) e na Primeira República (1918), e debruça-se com mais detalhe sobre o período de 1930 a 1945, momento da revolução de 1930 e da instalação do Estado Novo por Getúlio Vargas, período este caracterizado por nós como da implantação definitiva do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Buscaremos caracterizar os movimentos políticos e sociais em que o estado de Goiás esteve inserido (1930-1945), assim como caracterizar o perfil dos intelectuais que participaram efetivamente das transformações culturais aí ocorridas. Nosso objetivo é discutir a construção do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no contexto histórico goiano, assim como as elites locais elaboraram e divulgaram a imagem de Goiás para a Nação.

1. O Modelo

Para discutirmos o modelo institucional do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás é necessário nos remetermos a um século antes de sua implantação definitiva.

Em 1838, na cidade do Rio de Janeiro, inaugurava-se um lugar de congregação da elite econômica e intelectual do Império: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo nos conta Lacombe⁶ (1989, p.87) o IHGB foi a “*criação de uma elite progressista, preocupada com o progresso industrial do Brasil*”⁷, essa elite elaborou o modelo institucional inspirando-se em duas instituições européias: o ‘*Institut Historique*’ de Paris e a Academia das Ciências de Lisboa. Essas duas instituições inspiradoras tiveram papel importante nos primeiros momentos da criação do Instituto Brasileiro.

⁶ Conferência realizada em outubro 1988 em comemoração ao 150º aniversário do IHGB.

⁷ Isso pelo fato do IHGB ter sido criado no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que pretendia impulsionar as atividades agrárias e de agroindústria no Brasil, incentivando a produção do conhecimento prático que pudesse ser aplicado a esses setores da economia nacional. Sobre esse assunto consultar Pereira (1997); Guimarães (1988); Lacombe (1988).

A primeira, o ‘*Institut Historique*’, criada em 1833 sob os cuidados de Eugène Monglave, apresentava em seu quadro de sócios um certo número de brasileiros, alguns residentes em Paris, que participavam efetivamente das reuniões, e outros residentes no Brasil, que participavam da Instituição enquanto sócios correspondentes. Lacombe (1989, p. 89) nos diz sobre os sócios brasileiros do Instituto francês:

“é admitido Araújo Porto Alegre, (...) e Sales Torres Homem, pouco depois Gonçalves de Magalhães, e logo após Sérgio Teixeira de Macedo, encarregado de negócios do Brasil. Estes três propõem como correspondente o franciscano Monte Alverne. São numerosos os brasileiros, o Dr. Valdão Pimentel, Luís Moutinho (ministro do Brasil) que assina o jornal do Instituto para o Rio, São Paulo e Pernambuco. O Institut se expande. Castilho Antônio propõe-se a fundar um instituto filial em Lisboa. Em 1835 o número de brasileiros passa de uma dúzia e o número de sócios sobe a quase uma centena”.

O número crescente de brasileiros no quadro de sócios do Instituto francês criou expectativa e influenciou definitivamente a criação de um Instituto Histórico Brasileiro.

A segunda instituição inspiradora, a Academia das Ciências de Lisboa, influiu no caráter acadêmico adotado pelo IHGB e nos estatutos de 1852 produzidos pelo Instituto Brasileiro, o qual procurava modelar-se pela Academia portuguesa (Cf. Lacombe, 1989).

O IHGB foi fundado sob a liderança do Marechal Raimundo José de Cunha Matos e do Cônego Januário da Cunha Barbosa, os quais pertenciam à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Juntam-se aos idealizadores do Instituto nomes que se destacam no quadro político e intelectual da época. Como aponta Guimarães (1988, p. 9-10):

“um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela Instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho do Estado, sejam aqueles que seguem a carreira de magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem estudos universitários profissionalizam-se e percorriam uma carreira na média-burocracia”. O autor ainda diz que “parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à península Ibérica”.

Após sua fundação o IHGB faz o caminho do seu reconhecimento junto ao poder imperial e internacional, por meio das ligações que estabeleceu com academias científicas e/ou culturais estrangeiras. Este fato é citado por Figueirôa (1992, p. 143), que nos conta que :

“ o reconhecimento [do IHGB] veio através da concessão de títulos de Presidente Honorário a membros da nobreza européia, da incorporação, como membros honorários e correspondente, de diversos cientistas estrangeiros (como Martius, d’Orbigny, von Helmreich, etc.) além do intenso intercâmbio com várias associações científicas”.

O Instituto Brasileiro buscou escrever a história do Brasil tomando como modelo uma História de vultos e de grandes personagens, sempre exaltados como heróis nacionais. A elaboração da história do Brasil foi amplamente discutida pelos membros do IHGB e os primeiros passos dados foram uma premiação para o melhor plano apresentado para escrever tal história. O prêmio foi concedido em 1847 ao naturalista alemão Carl von Martius, o qual enfatizava a idéia da contribuição do branco, do negro e do indígena na história da Nação *“inaugurando a mitologia das três raças”*(Cf. Magnoli, 1997, p. 97). Sobre esse fato, vale recorrermos a Guimarães (1988, p. 17), que nos conta que:

“o indígena merecia um estudo cuidadoso da história até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção do mito da nacionalidade - neste ponto o autor [von Martius] toma o exemplo de mitos sobre os cavaleiros medievais no espaço europeu. O branco, a seu ver, deveria ser alvo de igual interesse por seu sentido claramente civilizador. O negro obtém pouca atenção de von Martius, reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção da história nacional: a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização”.

Contudo, von Martius apenas apresentou o plano para a elaboração da história do Brasil ficando ‘o contar’ a cargo de Francisco Adolfo Varnhagen, que entre 1854-1857 escreveu a *História Geral do Brasil*. Varnhagen, não levou em consideração os indígenas, habitantes primitivos da Nação. Somente anos depois *“ao sabor das flutuações ideológicas do nacionalismo, edições reformuladas da obra pioneira aparecem com uma inversão no ordenamento dos capítulos que situava os primitivos habitantes no começo de tudo”* (Magnoli, 1997, p. 97).

Levando em conta as considerações acima, fica clara a busca do Instituto Brasileiro pelo reconhecimento do Brasil e pela incorporação deste ao mundo representado pelas Nações européias. Abreu (1996, p. 200) ressalta que:

“algumas pessoas são eleitas como exemplares, paradigmáticas desse modelo de edificação nacional. Biografias de indivíduos singulares ilustram a singularidade da Nação. O processo de construção da Nação engloba, entre outros fatores, o alargamento e a demarcação de fronteiras territoriais, a unificação de todas as populações dispersas no território e até a aquisição de um gosto refinado. Os agentes desse processo formam a galeria dos heróis e pessoas-símbolo da nacionalidade”.

Nesse sentido, compreenderemos o Instituto Brasileiro como um local de formulação de uma história nacional que buscou com essa história a construção de uma identidade nacional, seja ela no Império ou República, pois a instituição sabia como adaptar-se às mudanças políticas do país. Este fato é visível na afirmação de seus membros em revista da Instituição:

“O Instituto Histórico não atende às diferenças da religião, de nacionalidade, de profissão, de opiniões. (...) Em seu recinto não entram decisões políticas. Seus intuitos são desinteressados. (...) Trabalhamos todos por amor do Brasil, sem outro incentivo que não o cumprimento rigoroso de um dever cívico” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1897, p. 421 apud Figueirôa, 1992, p. 143).

Essas posições políticas foram relevantes para o Instituto Brasileiro se estabelecer naquele momento e em outros, enquanto uma Instituição científica e/ou cultural. E ao se estabelecer buscou criar, desde o seus primeiros estatutos, uma teia de Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo país, a fim de canalizar informações sobre as diferentes regiões brasileiras, como se lê no terceiro artigo do seu primeiro estatuto:

“estender ramificações pelas províncias do império para melhor atender aos fins que se propõe”

E por meio desse artigo o Instituto Brasileiro abriu espaço para que se configurasse um quadro de “filiais”, compondo uma teia institucional que se propõe a elaborar a História e a Geografia regionais a fim de ‘desenhar’ o cenário nacional. O projeto de estudos regionais teve sua primeira proposta de criação lançada por Cunha Matos em 1839: *“que se escrevessem histórias particulares de cada província para só então se escrever a história geral do Brasil”* (apud Magnoli, 1997, p. 97). Porém, Cunha Matos não teve sua idéia adotada pelo membros do

Instituto, sendo primeiro elaborada a história geral do Brasil – por von Martins e escrita por Varhagen. Somente após quase três décadas nasceu o primeiro Instituto regional e, logo em seguida, outros que, juntos, irão, ao longo de sua existência, escrever a história regional.

Contudo, não queremos afirmar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi simplesmente incentivador de Institutos regionais pelo país, mas visualizá-lo enquanto modelo de “*instituição inspiradora*” das implantações regionais. Acreditamos que os Institutos regionais iam surgindo sem comunicação prévia ou solicitação de implantação ao Instituto Brasileiro. Para essa afirmação nos pautamos nos trabalhos de Schwarcz (1993) e Sandes (1997), já citados no nosso capítulo introdutório, que ao discutirem os Institutos de Pernambuco e de São Paulo expõem com clareza a rixa política/cultural que se trava entre essas duas instituições regionais e o Instituto Brasileiro. Lembremos que os Institutos pernambucano e paulista não estavam preocupados em apenas elaborar uma história regional, mas impor sua especificidade regional perante a Nação.

Esse fato também aparece nas correspondências estabelecidas entre o IHGB e o IHGG no período de 1930 –1945: a não de comunicação de implantação de “filial” do Instituto Brasileiro nos leva a supor que foi o contato do professor Colemar Natal e Silva com Capistrano de Abreu, na década de 1920, o elemento motivador da implantação do IHGG. Graças à influência de Capistrano de Abreu e outros historiadores de renome nacional, como Max Fleuss, Natal e Silva escreveu sua obra *História de Goiás*. Esse fato aproxima Colemar Natal e Silva do Instituto Brasileiro, influenciando-o a consolidar o Instituto regional.

Compreendemos que existia uma “aliança cultural” no que se refere ao modelo, de homenagens e comemorações de datas e homens ilustres (nacionais e regionais) com o intuito de manutenção de uma memória regional, mas não podemos nos esquecer que, de 1838, data da criação do Instituto Brasileiro, a 1938, data de implantação definitiva do Instituto de Goiás, ocorrem mudanças políticas/culturais/sociais que nos induzem a repensar a implantação e função dos institutos regionais. E, ao repensar, nos fazemos um questionamento: será que os Institutos regionais, implantados ao longo desse um século que separa a criação do IHGB e do IHGG, cumprem o mesmo papel do Instituto Brasileiro?

Para respondermos a essa indagação recorreremos a algumas discussões de inauguração dos Instituto regionais. Em primeiro lugar é indispensável caracterizarmos as datas de inauguração dos institutos regionais que foram criados desde o Império até a República. Assim,

Instituto, sendo primeiro elaborada a história geral do Brasil – por von Martins e escrita por Varhagen. Somente após quase três décadas nasceu o primeiro Instituto regional e, logo em seguida, outros que, juntos, irão, ao longo de sua existência, escrever a história regional.

Contudo, não queremos afirmar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi simplesmente incentivador de Institutos regionais pelo país, mas visualizá-lo enquanto modelo de “*instituição inspiradora*” das implantações regionais. Acreditamos que os Institutos regionais iam surgindo sem comunicação prévia ou solicitação de implantação ao Instituto Brasileiro. Para essa afirmação nos pautamos nos trabalhos de Schwarcz (1993) e Sandes (1997), já citados no nosso capítulo introdutório, que ao discutirem os Institutos de Pernambuco e de São Paulo expõem com clareza a rixa política/cultural que se trava entre essas duas instituições regionais e o Instituto Brasileiro. Lembremos que os Institutos pernambucano e paulista não estavam preocupados em apenas elaborar uma história regional, mas impor sua especificidade regional perante a Nação.

Esse fato também aparece nas correspondências estabelecidas entre o IHGB e o IHGG no período de 1930 –1945: a não de comunicação de implantação de “filial” do Instituto Brasileiro nos leva a supor que foi o contato do professor Colemar Natal e Silva com Capristano de Abreu, na década de 1920, o elemento motivador da implantação do IHGG. Graças à influência de Capristano de Abreu e outros historiadores de renome nacional, como Max Fleuss, Natal e Silva escreveu sua obra *História de Goiás*. Esse fato aproxima Colemar Natal e Silva do Instituto Brasileiro, influenciando-o a consolidar o Instituto regional.

Compreendemos que existia uma “aliança cultural” no que se refere ao modelo, de homenagens e comemorações de datas e homens ilustres (nacionais e regionais) com o intuito de manutenção de uma memória regional, mas não podemos nos esquecer que, de 1838, data da criação do Instituto Brasileiro, a 1938, data de implantação definitiva do Instituto de Goiás, ocorrem mudanças políticas/culturais/sociais que nos induzem a repensar a implantação e função dos institutos regionais. E, ao repensar, nos fazemos um questionamento: será que os Institutos regionais, implantados ao longo desse um século que separa a criação do IHGB e do IHGG, cumprem o mesmo papel do Instituto Brasileiro?

Para respondermos a essa indagação recorreremos a algumas discussões de inauguração dos Instituto regionais. Em primeiro lugar é indispensável caracterizarmos as datas de inauguração dos institutos regionais que foram criados desde o Império até a República. Assim,

as Províncias e Estados que aderem a essa “aliança cultural” são: Pernambuco (1862); Alagoas (1869); Ceará (1887); Bahia (1894); São Paulo (1894); Santa Catarina (1896); Paraná (1900); Paraíba (1905); Minas Gerais (1907); Sergipe (1912); Espírito Santo (1916); Pará (1917); Amazonas (1917); Piauí (1918); Mato Grosso (1919); Rio Grande do Sul (1912); Maranhão (1925); Goiás (1932).

Podemos observar que em diferentes momentos da história do Brasil são criados e implantados Institutos Históricos e Geográficos regionais que possuíam uma proposta central em comum: a elaboração de uma História e de uma Geografia regionais.

Os Institutos regionais surgem, muitas vezes, com denominações diferenciadas, como foi o caso do Instituto alagoano que em 1869 denominava-se *Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas*, transformando-se em 1932 em *Instituto Histórico de Alagoas* e em 1977 em *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Contudo, essas alternâncias de denominações não proporcionaram mudanças no principal projeto da instituição, nem tampouco descaracterizaram sua razão primordial de existência, mas sim foram somadas novas funções na medida em que as alterações em seus estatutos iam ocorrendo.

Outras vezes, os Institutos são batizados com denominações inversas, como foi o caso do *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB) implantado em 1894. Esse Instituto foi criado tendo inspirações no *Instituto Histórico Provincial da Bahia*, de 1854, que naquele momento já havia deixado de existir. Em discurso quando de sua instalação afirmava-se:

*“é por isso natural o maior afã com que esta geração acolhe a criação de um instituto, que lhe vem estudar o passado, para resguardo da tradição, e zelar-lhe o presente, para lição e exemplo do futuro”*⁸ (grifos meus).

O Instituto baiano se propôs a cumprir o nítido papel de mantenedor de uma **tradição** regional, cabendo utilizar as ciências para estabelecer continuidade com um passado apropriado, ou seja, retira do passado o que lhe convinha para configurar um quadro das tradições regionais.

Podemos afirmar que, de uma maneira geral, os institutos regionais desenvolvem o que Eric Hobsbawm (p. 09, 1997) descreve como um

“conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de

⁸Discurso de implantação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, anno 01, setembro de 1894, num. 01

comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”(grifos meus).

Um outro fato que nos chama atenção, ao examinarmos alguns discursos de instalação e também alguns estatutos dos Institutos regionais, é que, em comum, os Institutos regionais buscam constantemente escrever a história regional a fim de apresentarem-se à Nação. À guisa de exemplo, podemos mencionar a conferência realizada no *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* em 1905, quando o orador João Pereira de Castro Pinto afirmava:

“começo fazendo a distinção entre História e crônica, significando esta apenas o registro fiel dos acontecimentos, e aquela a sua apreciação filosófica. Sob essa acepção, entendo que só temos uma história colonial, a do Brasil, encarando-se o evoluir conjunto de todas as forças orgânicas do povo luso-americano a sucessão gradual dos fatos decisivos da nacionalidade, constituída pelo cruzamento das três raças elementares do povo brasileiro. Mas, à luz desse mesmo critério, pode-se escrever, à parte, a história colonial de uma região onde se tenham manifestado originalmente ou com intensidade notável os fatos precipuos dessa história”(grifos meus).

É interessante também observarmos que em 1900 é implantado o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense* e, segundo informações encontradas na primeira revista dessa instituição, a sua existência dá-se pelos

“grandes preparativos nacionais que ao raiar o ano de 1900 por todos os Estados se fizeram para a solenização do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, despertaram também em nosso meio diversas iniciativas e entre elas a da fundação deste instituto”.

Esse fato também ocorre com o *Instituto Histórico de Mato Grosso*, contudo a data escolhida para a sua instalação é do bicentenário do estado de Mato Grosso. Nesse caso, as datas comemorativas tornam-se mecanismos que impulsionam a criação desses dois Institutos regionais. Mas não podemos nos esquecer de que as comemorações de datas nacionais e regionais reforçam o culto à memória pátria, sendo assim, as datas comemorativas tornam-se símbolos e marcas fundadoras das regiões. Os IHG regionais tornam-se lugares particularmente ligados à guarda e à elaboração uma memória pública. São visualizados por nós como instituições culturais e/ou científicas que elaboraram e cultuaram, em diferentes tempos e espaços, a cultura e a política

de um povo. Fato esse que caracteriza a aproximação do modelo institucionais regionais dos modelos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os institutos regionais inspiram-se no modelo institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro formando assim uma teia de Institutos Históricos e Geográficos regionais que tem suas raízes, a nosso ver, na visão de ciência que vigorava no IHGB. Essa se configurava na elaboração da história e da geografia pátria proposta pelo Instituto, para a qual era preciso recorrer aos documentos originais que existiam em todo o Império ou República.

Para melhor expor nosso ponto de vista podemos citar Guimarães (1989, p. 27) quando discute a concepção de História adotada pelo Instituto Brasileiro. O autor diz que:

“a escrita da História em bases científicas demandava agora o documento original como peça chave e indispensável no trabalho do historiador. Não mais o relato descompromissado, mas sim um relato comprometido com o acontecimento, com a verdade, que deixou o Instituto plenamente de acordo com os princípios àquela altura mais modernos de fazer a história: o documento enquanto via de acesso à verdade do acontecimento”.

Nesse sentido, para escrever a História do Brasil e no nosso entender, também a Geografia, o IHGB precisava estabelecer relações estreitas com as documentações espalhadas por todo o Brasil e um dos caminhos para tal fim era a instalação dos Instituto regionais, visto que estes iriam armazenar e classificar documentos que permitiriam o desenho de um quadro da Nação, não só histórico como também geográfico, etnográfico ou arqueológico.

Fazendo parte dessa teia de Institutos regionais, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás apresentará em sua criação pontos, evidentemente, de semelhança com o Instituto Brasileiro, visto que segue o mesmo modelo institucional. Contudo, em virtude de particularidades regionais, estabelecem-se condições de trabalho delimitadas pelo momento social e político em que estava inserido. Aqui vale citar Certeau (1993, p. 173), quando diz que entre uma *“situação histórica e o instrumento intelectual que lhe é adequado, existe uma relação que constitui em sistema cultural. O acontecimento pode mudá-lo, acontecimento ao qual é preciso adequar as representações culturais assim como as instituições sociais”.*

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, seguiu um determinado modelo institucional, mas os acontecimentos culturais regionais e a situação política e social em que o estado de Goiás estava inserido conduziram seus agentes a adaptarem esse modelo

institucional, de raízes francesas e com um século de existência, a uma região com pouca ou nenhuma expressão cultural no país. Nesse processo, emerge o grupo que irá apresentar Goiás e si mesmo à Nação.

Esta discussão sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Institutos regionais permite-nos compreender o IHGG como uma instituição que irá, de certa forma, manter uma tradição historiográfica. Ocorre nesse caso, como nos diz Eric Hobsbawn (1997 p. 13), *uma conservação de velhos costumes em condições novas*.

Essa conservação de velhos costumes pode-se encontrar nos rituais, no simbolismo e nos princípios morais estabelecidos pelo IHG Brasileiro que serão mantidos pelo IHG de Goiás. E as condições novas seriam justamente o momento histórico vivido nacionalmente, ou seja, como o pensamento historiográfico estava sendo configurado. Entendemos que aquele momento foi marcado por novas maneiras de *ler e escrever* sobre a realidade brasileira. Aqui, vale citar Guilherme Mota (1994, p. 28) que se refere ao quadro intelectual que se forma em 1933. Segundo o autor:

“na seara historiográfica novos estilos surgiram, contrapondo às explicações autorizadas por Varnhagem, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana concepções até então praticamente inéditas e que soavam como revolucionárias para o momento. A historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo IHGB (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Roberto Simonsen (1937)”.

Tomemos como exemplo para apresentarmos os novos parâmetros que surgem na historiografia brasileira o livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. De uma maneira geral, Buarque de Holanda analisa nossas ‘raízes’ utilizando como fundo teórico *“a nova história social dos franceses, a sociologia da cultura dos alemães, e certo elementos da teoria sociológica e etnológica também inédita a nós”* (Cf. Cândido, 1976, xii). Respalando-se nessa concepção teórica utiliza a metodologia dos contrários e oposições, abrindo espaço para uma análise dialética. Buarque nasce como novo parâmetro historiográfico por apresentar a dinâmica das relações estabelecidas no processo histórico brasileiro, deixando de lado a descrição dos fatos

e analisa as relações sociais, políticas, econômicas e culturais pelo caminho da psicologia e da história social. Para o autor, o conhecimento deve estar vinculado aos problemas do presente.

No entanto, apesar do nascimento desses novos parâmetros na historiografia brasileira, o modelo tradicional dos Institutos Históricos e Geográficos ainda, mesmo após um século, continua vigorando e integrando, ainda que secundariamente, a construção da História do Brasil.

No momento em que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás é instituído, o Estado de Goiás precisava legitimar-se. E um dos meios que encontrou foi pelo viés cultural. Lembremos que era o momento do fim da Primeira República, São Paulo perdendo a hegemonia e *nascendo* novos estados e novas oligarquias - restabelece-se a federação. Um novo pacto federativo traz outras regiões “para falar”, regiões de fronteiras que incorporam o Brasil esquecido. A pátria tem que dar conta dos novos estados, ela não é só litoral, possui um interior que pulsa e vive e precisa incorporar-se nesse pacto federativo que emerge no país. E para tanto, Goiás precisava de uma *carteira de identidade* para se apresentar à Nação.

2. As Propostas

Desde o período Imperial cogitava-se a idéia de fundação de um Instituto Histórico goiano, idéia essa que retorna em nova proposta na Primeira República e se constitui, definitivamente, após a revolução de 1930. Em nosso entender, não ocorre uma relação de continuidade institucional, mas sim, a cada momento, pensa-se em institutos diferentes, respondendo à sua época histórica.

A primeira tentativa foi chamada de Instituto Histórico Goiano, buscou sua implantação em 1862 na cidade de Goiás, que era a Capital da província. Em correspondência ao IHGB, o presidente da Província de Goiás afirmava:

*“Em 19 de outubro de 1862 às 12h da manhã funda e instala em uma das salas do Palácio da Presidência debaixo do título de Instituto Histórico goiano – uma sociedade que tenha por fim tratar, por meio de esforços associados dos primeiros interesses intelectuais e materiais da Província”*⁹.

⁹ Primeira correspondência do Presidente da Província de Goiás comunicando ao Instituto Brasileiro a criação do Instituto Histórico Goiano (1862). IHGB Lata 562 pasta 09.

Essa foi a primeira comunicação oficial ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro feita por Caetano Alves de Souza Filgueiras, que ocupou o cargo de Presidente da Província de Goiás de 26 de fevereiro de 1862 a 08 de junho de 1863.

Em sua segunda correspondência ao Instituto Brasileiro, datada de 11 de outubro de 1862, Filgueiras reafirma a data de instalação do Instituto goiano anunciando que já havia 23 membros da mais nova instituição cultural da Província. Diz em sua correspondência que a instalação da Instituição será:

*“uma verdadeira novidade na Província quer como Instituição científica quer como núcleo de associados cujo espírito é aqui imperceptível, não pude para obter os grandes fins que colimo, separar os elementos propriamente históricos e geográficos do fabril, mineiro e comercial, de onde espero grandes recursos e variados resultados”.*¹⁰

Compreendendo que, para aquele momento, era necessário que o Instituto não tivesse apenas o papel de reunir documentos sobre a Província, mas sim um ainda mais amplo, o de estudos das indústrias¹¹ agrícola, da mineração e da fabril, Filgueiras afirmava:

“fundar quatro, três, ou mesmo duas associações é impossível: fundar uma só ... é possível, mas correndo ao Governo Provincial a condição indispensável de protegê-la e com a mesma dedicação com que o nosso Augusto Presidente proteja e acalenta o Instituto Histórico. Fundo, pois, o Instituto como se fora a refusão do Instituto Histórico e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”.

Visualizamos, nos dizeres de Filgueira, a proposta de criação de uma instituição que congregasse dois modelos - o primeiro, do Instituto Brasileiro e o segundo, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional¹². Lembremos que no momento da proposta de criação do Instituto goiano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ocupava posição de peso na economia do Império sob a presidência de Miguel Calmon du Pin e Almeida (1848 – 1865), e era tida como uma entidade de direito privado e agência auxiliar da administração imperial, posicionando-se no âmbito do Ministério do Império, no qual tinha a função de consultora (Cf. Werneck da Silva, 1988). Dessa forma a SAIN era uma entidade que visava a modernização da

¹⁰ Segunda correspondência do Presidente da Província de Goiás comunicando ao Instituto a proposta de funcionamento do Instituto regional (1862). IHGB Lata 177 pasta 124

¹¹ Werneck da Silva (1988) nos conta que, para aquele momento histórico, século XIX, o termo indústria tinha sua significação próxima à de força produtiva.

economia do sistema imperial. Tendo como caráter principal de sua existência a divulgação no Império, dos “conhecimentos úteis” sobre a lavoura e as demais indústrias, buscava, através da educação primária de adultos e de escolas industriais para a classe não-escrava, o conhecimento que proporcionaria de certa forma o aperfeiçoamento de uma mão-de-obra para o processo econômico que se alargava pelo país.

Dessa forma, com um olho no desenvolvimento dos estudos históricos e geográficos e outro no aprimoramento dos trabalhos industriais em Goiás, o Presidente da Província cria as seguintes comissões para o funcionamento do Instituto:

*“comissão de trabalhos históricos, estatísticos, arqueológicos;
comissão de trabalhos geográficos, etnográficos, catequese;
uma de indústria agrícola e mineração e,
uma de indústria fabril e comercial.”*

A soma de características institucionais do IHGB e da SAIN, na criação do Instituto, goiano era proposta por Filgueiras por acreditar que tal instituição poderia sanar uma série de preocupações da Província e, principalmente, uma das que ele considerava:

“urgente e importantíssima (...) uma biblioteca pública. Pode-se dizer um hipérbole: ninguém lê em Goiás. É triste, é lastimável porém é verdade: não há livros, não há imprensa, não há livreiros, há muita pobreza, muita indiferença e por isso não há leitores. O Instituto, sob o impulso e prestígio do governo plantará o gosto e fornecerá os meios”.

Contudo, essa primeira tentativa de instalação do Instituto goiano não foi fecunda. Embora mais investigação seja necessária, o que foge ao nosso propósito, acreditamos que esse fato pode ser justificado pelo curto tempo que seu criador, Caetano Filgueiras, permaneceu no governo da Província de Goiás, não tendo tido as condições necessárias para implantá-la com solidez.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás deu seus segundos “suspiros” em 1918, no governo de João Alves de Castro (1917-1921), valendo-se de uma proposta apresentada pelo Secretário do Interior e Justiça de Goiás, Antônio Americano do Brasil. Esse concebeu a lei número 629, de agosto de 1918, redigida e aprovada pela Assembléia, criando na capital do

¹² Devemos lembrar que o Instituto Histórico Brasileiro nasce no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Possivelmente esse fato influenciou a decisão de Filgueiras de formar uma única sociedade inspirada em dois modelos institucionais.

Estado de Goiás a primeira instituição científica onde seriam produzidas obras de cunho geográfico e histórico sobre o Estado.

Tal fato tem suas raízes, segundo Bretas (1991, p.544) “ *na solicitação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que pretendia publicar um Grande Dicionário Enciclopédico do Brasil, estado por estado, em comemoração ao Centenário da Independência, a ocorrer em setembro de 1922*”.

O modelo institucional dessa proposta tinha uma grande semelhança com o IHGB. Contamos Bretas (1990, p. 543) que “*esse instituto não foi criado como órgão do governo, mas como uma sociedade composta de sócios beneméritos, sócios honorários, sócios efetivos e sócios correspondentes*”. Ainda conforme o autor, o presidente honorário do instituto seria o presidente do Estado, e apenas seriam sócios fundadores aqueles que “*apresentassem até maio do ano seguinte (1919) trabalho de real valor sobre a corografia e história de Goiás; os que oferecessem ao Instituto, até aquela data, quaisquer publicações ou objetos de incontestável valor histórico ou artístico relativos ao Estado; os que fizessem ao Instituto donativos superiores a 500\$000 réis*”.

O Secretário do Interior e Justiça do Estado de Goiás, Antônio Americano do Brasil, ficou encarregado da execução das pesquisas históricas e geográficas sobre o estado de Goiás. No período de 1917 a 1918, vasculhou os arquivos goianos disponíveis e em suas pesquisas relatou os acontecimentos em Goiás desde o ‘*descobrimento*’ por Anhangüera até a proclamação da República. Sua obra foi dividida em textos inéditos sobre a história político-administrativa, militar, judiciária, educacional e eclesiástica de Goiás. Entretanto, o Grande Dicionário Enciclopédico do Brasil imaginado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) não foi editado (Cf. Bretas, 1991) e, por conseguinte, Antônio Americano do Brasil não publicou sua obra.

O projeto da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi interrompido nessa segunda tentativa pelo não cumprimento da lei que regulamentava sua criação e funcionamento por parte do governo, ficando ‘*condenado inapelavelmente ao olvido*’¹³.

Apesar da não consolidação dessa instituição e da não publicação do Dicionário Enciclopédico do Brasil, Antônio Americano do Brasil estabeleceu relações estreitas com o

¹³ Collecção de Leis do Estado de Goyaz, sancionada no ano de 1918 Tomo XXV, 2 ed. Tipografia do Correio Oficial, 1922.

IHGB. Em 1921 redige e publica no *'Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico'* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um resumo da história de Goiás, abrangendo o período de 1722 a 1889. Publica na Revista da mencionada Instituição a memória intitulada *'Cunha Matos em Goiás – 1823 –1826'*, no tomo 96, vol. 150 do ano de 1924. E por meio de verbas da Câmara Federal, faz doação de um busto de bronze do tenente-general Joaquim Xavier Curado, conde de São João das Duas Barras, para ser colocado na galeria do IHGB. Americano do Brasil foi responsável pela confecção do livro *"Súmula de História de Goiás"* que, segundo Bretas (1990), destinava-se às escolas normais do estado, sendo o terceiro livro didático publicado em Goiás.

Somente na década de 1930 foi retomada a proposta de criação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. O retorno da discussão de implantação desta Instituição dar-se-á em 07 de outubro de 1932, pelo então Diretor Geral do Interior do Estado – José Honorato da Silva e Souza. Foram convidados para participar da discussão professores do Lyceu de Goiaz e da Faculdade de Direito, pessoas que naquele momento representavam a intelectualidade goiana. A reunião deu-se na cidade de Goiás, até então capital do estado, e contou com a presença de membros do governo e simpatizantes que solicitavam mudanças, dentre elas as de ordem cultural.

Mas o que proporcionava a criação de um Instituto Histórico e Geográfico em Goiás na década de 1930? Ao retomar a discussão em 1932, Sousa e Silva justificou a criação do instituto pelo viés da necessidade do desenvolvimento cultural em Goiás, salientando o papel dos estudos da História e Geografia do estado afirmando que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás *"irá sanar os prejuízos de ordem intelectual e moral que Goiás sofrera até o momento"* (IHGG, Ata 07 de outubro de 1932).

3. O Momento

Ao ser implantado o Instituto, consolida-se o discurso do Estado, firmado pelo então Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira. Político pertencente ao Partido Democrático Social, médico da cidade de Rio Verde, localizada no sudoeste do estado e intelectual apreciador de filosofia e literatura francesa, Ludovico ou *bandeirante do século XX*, como era chamado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, administra Goiás passando pela revolução de 1930, pelo Estado Novo e retoma o poder do governo estadual na década de 1950.

No decorrer de suas gestões administrativas, seja como Interventor Federal ou Governador, cria, apóia e atribui às Instituições culturais goianas o papel de veículos que irão, em determinado momento, consolidar seu discurso político, o discurso do novo, do progresso, do moderno. Esse discurso dar-se-á com maior intensidade no período em que ocorre a revolução de 1930, momento de consolidação do poder por Ludovico.

A proposta de modernização lançada em 1930 no estado de Goiás tem como pano de fundo intensas lutas pelo poder local no final da década de 1920 à década de 1930, lutas que significavam o embate entre o “*velho*” e o “*novo*”. O primeiro, o “*velho*”, representado pelas oligarquias ruralistas da Primeira República, que concentravam seu poder político na cidade de Goiás, até então a capital. O segundo grupo, o “*novo*”, representado pela oligarquia ruralista revolucionária, que por sua vez tinha a base de seu poder nas regiões sul e sudoeste do estado.

Essas lutas políticas refletiam o cenário nacional, que segundo a visão de Thomas Skidmore (1982), era o momento em que a política nacional era posta à prova, pois a revolução de 1930 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890 e, em segundo, havia uma concordância disseminada a favor da mudança no sistema político brasileiro.

Bóris Fausto (1995) visualiza a revolução de 1930, no âmbito nacional, como resultado de uma luta intra-oligárquia, que teve a força participativa dos militares, cujo objetivo era depôr do poder a burguesia cafeeira. É sabido que no cenário nacional a Aliança Liberal nasce do descontentamento das oligarquias que não estavam ligadas diretamente ao café, a fim de contestar a burguesia cafeeira. A Aliança Liberal impõe-se politicamente e alia-se aos setores dos militares e da classe média.

Em Goiás, a partir de 1927, surgem as primeiras fissuras no próprio grupo oligárquico abrindo caminho para a formação do núcleo regional da Aliança Liberal, articulado às oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Segundo Chaul & Alencar (1992), o rompimento entre as oligarquias da capital, até então detentoras do poder político, ocasionou a união da oligarquia do sul e sudoeste à Aliança Liberal, favorecendo dessa forma o apoio dessas regiões a Ludovico. Goiás não possuía uma população urbana capaz de realizar manifestações e tampouco uma classe de militares que reagisse contra as ordens estabelecidas.

O contexto da revolução de trinta em Goiás já foi abordado, sob diferentes pontos de vista, por historiadores e cientistas sociais que realizaram trabalhos sobre o movimento em nível regional. Por exemplo, ao ressaltar os reflexos de 1930 em Goiás, os historiadores Chaul &

Alencar (1992) afirmam, através de uma revisão historiográfica, que as análises realizadas em nível nacional devem ser consideradas e estudadas para compreendermos este movimento em Goiás, porém apontam que as particularidades em que o Estado se encontrava devem ser amplamente ressaltadas e levados em consideração pontos de relevância regional para obtermos uma compreensão das transformações políticas sofridas no estado de Goiás.

A fim de destacarmos as particularidades políticas de Goiás na década de 1930, vale nos referirmos ao estudo do cientista político Itamir Campos (1989) como motor de análise do quadro regional desse período. Campos (1989, p.90) diz que

“quando se analisa o quadro das transformações trazidas pelo movimento de 1930 em nível das regiões – em Goiás especialmente – não aparecem estas transformações. A revolução chegou a Goiás por força da intervenção da ‘coluna mineira’ que, não encontrando resistência, controla o Estado e entrega o governo a uma junta governativa composta por opositores aos Caiados, até então dominantes”.

O quadro político então constituído em Goiás baseava-se nas disputas entre as oligarquias rurais do Estado. De um lado, os grupos dominantes, com base política na capital, eram representados pela família Caiado, que segundo a visão de Chaul & Alencar (1990), produzem em Goiás mecanismos de manutenção do poder, dentre os mais relevantes a proibição, por meio de leis estaduais, do desenvolvimento econômico de algumas regiões do estado. Esta oligarquia ruralista – mantenedora do poder político em Goiás em décadas anteriores a 1930 – acumulava para si as grandes propriedades fundiárias da Capital, neutralizando economicamente as regiões Sul e Sudoeste com medidas jurídicas que impediam o seu desenvolvimento econômico, confirmando seu poder mantendo *firme os arreios* da administração sobre a terra e sobre quem nela trabalhava, reprimindo qualquer forma de manifestação que questionasse o direito à propriedade.

De outro lado encontra-se o grupo oligárquico formado por famílias das regiões sul e sudoeste do estado, tendo como representante político Pedro Ludovico Teixeira. Segundo a historiadora Ana Lúcia Silva (1980 p.102):

“o aperfeiçoamento das vias de comunicação e a introdução de meios de transportes mais eficientes, a estrada de ferro, principalmente, significaram uma verdadeira revolução nas regiões sul e sudoeste: capitais e mão-de-obra, antes aplicados nos transportes, foram liberados para a lavoura; estabelece-se maior rapidez nas

comunicações, aumentou-se a capacidade de transporte e ocorreu uma baixa nos preços dos fretes. Assegurada a preservação dos produtos, estes puderam ser de melhor qualidade, obtendo assim melhores preços no mercado. Estas transformações fizeram com que as regiões sul e sudoeste se tornassem as áreas economicamente mais dinâmicas do Estado e o centro da economia goiana”.

Por sua vez, Ludovico era o lídimo intérprete dos interesses desenvolvimentistas dos grupos políticos do sul e sudoeste que pretendiam transformar Goiás em um pólo de desenvolvimento e progresso (Cf. Chaul,1997).

Esses dois grupos possuíam forte intenção de abocanhar o poder político estadual.

Essas controvérsias em Goiás resultam numa jornada de batalhas políticas que culminaria na ascensão ao poder de Ludovico Teixeira, e na retirada parcial do cenário político regional da oligarquia ruralista goiana, representada pela família Caiado. Assim, o fator de maior importância que contribuiu para Ludovico assumir o poder era o apoio dado pelas regiões sul e sudoeste do estado.

Contudo, vale ressaltar que os donos do poder político, no momento aqui estudado, só foram contestados no instante em que as regiões diferenciam-se economicamente, estabelecendo, desse modo, uma disputa econômica que culminaria com oposição política.

As manifestações contrárias deram-se de início em pontos isolados, através de meios de comunicação que atingiam boa parte da sociedade - os jornais. Em Goiás (capital) Mário Caiado¹⁴ - juiz de direito da primeira vara da capital - fundou o jornal “Voz do Povo” denunciando os direitos violados da população. Na região sudoeste de Goiás as denúncias eram feitas por meio do jornal “O Sudoeste”.

Ludovico ascende em 1930 com um discurso de compromisso político e social com uma nova mentalidade. Esta nova mentalidade procura negar o chamado Estado arcaico, ou seja, busca o rompimento com a forma de governo dos seus adversários políticos. Emerge com o discurso de que levará Goiás ao mercado nacional, com novas linhas de transporte e comunicação, superando a visão de um Estado fechado ao contexto do capitalismo desse momento histórico.

Os autores já mencionados, Alencar & Chaul (1990, p. 128), compreendem que os grupos oligárquicos de Goiás na Primeira República firmam a manutenção do atraso econômico como

¹⁴ Apesar de pertencer à família Caiado, era este um forte opositor da oligarquia Caiadista.

meio de controle da hegemonia política no estado. E em 1930, quando ascendeu ao poder o grupo contrário, havia uma necessidade de encontrar *“formas de separação político-ideológicas dos grupos depositos, simbolizando o novo nas facetas possíveis, em detrimento do velho poder que caía”*.

Na busca do novo, o Interventor Federal desenvolve projetos no estado para sua consolidação no poder. Sua primeira tentativa foi o projeto de saneamento básico em Goiás, mas por carência de recursos estaduais sua realização tornou-se inviável. Aguçadas as rixas políticas, e a fim de desmanchar o berço político de seus adversários, suspendeu temporariamente seu projeto sanitário e, de imediato, lançou outro projeto que restaurasse sua liderança: a construção de uma nova capital.

Assim, o Interventor Federal enfeixa em suas mãos os recursos políticos e orçamento que a máquina administrativa lhe torna possíveis, buscando estratégias capazes de lhe assegurar o controle político do Estado (Cf. Campos, 1989). E com esse controle lança a proposta da mudança da capital, pautando-se nos problemas estruturais de serviço de saúde pública na cidade de Goiás - até então Capital do estado.

Isto significava para Ludovico a sua manutenção no poder. Campos (1989, p.91) nos diz que a

“questão da mudança da capital vai oferecer as condições necessárias para que ele se torne o líder mais expressivo de Goiás. A antiga capital, cidade de Goiás, construída na época da mineração, tendo sérios problemas estruturais, é condenada pelo Governo com base no Regulamento dos Serviços de Saúde Pública, regulamento este elaborado em 1931, por Pedro Ludovico”.

Ludovico inspira-se nas idéias lançadas pelos governadores da Província de Goiás, Miguel Lino de Moraes em 1830 e Couto Magalhães em 1863, os quais já propunham a mudança da capital, argumentando que o local de instalação da então capital da Província era impróprio para o desenvolvimento da região e para exercer a função de capital. Principalmente Couto Magalhães afirmava que existia uma deficiência sanitária incurável na cidade de Goiás. Ludovico, médico, constrói sua plataforma política em pontos já levantados pelo relatório enviado em 1891 à Assembléia Estadual, o qual apontava a necessidade urgente de solucionar o problema sanitário da cidade de Goiás, caso contrário seria um local impróprio para uma capital.

Pela posição tomada, Ludovico enfrenta forte oposição à mudança. Os opositores reagiam, principalmente por saberem que, ao ocorrer a transferência, o poder administrativo do estado seria transferido definitivamente para as mãos de Ludovico Teixeira.

Para combater os oposicionistas Ludovico usa sua profissão como uma arma a favor de suas idéias. Segundo Chaul (1997, p.175), por “*Pedro Ludovico ter como profissão o exercício da Medicina, ele passou a representar em Goiás o mito do saber médico, que significava a cura da sociedade*”. Neste momento em que o estado era palco de intensas endemias e epidemias, Ludovico era contemplado como “*símbolo da singularidade entre os comuns mortais e libertador da morte, o médico era visto como ser capaz de salvar muitos seres numa época de endemias e epidemias*” (Chaul, 1997, p.187). O autor afirma que o saber científico dava ao governante uma ascensão, a força legitimadora para a execução de seus projetos. Era a ciência em prol do progresso, a serviço do político.

Cabe, no entanto, observar que a utilização do discurso médico na prática política era comungada em nível nacional. Desde de 1920, o repensar sobre a saúde pública tomou uma maior dimensão na sociedade brasileira. Sandes (1989) aponta 1920 como momento em que as políticas do Estado brasileiro institucionalizam as práticas de saúde pública.

Nesse sentido, Ludovico exibe três armas fundamentais para construir Goiânia: a primeira, o apoio das áreas mais dinamizadas economicamente; a segunda, o saber médico que lhe proporcionava o aval público do governo federal para consolidar o fato; e a terceira, a imprensa. Esta última fornecia da perfeito pano de fundo para sua progressão política. Maciel (1996) nos conta que o jornal *O Sudoeste*, publicado na cidade goiana de Rio Verde, era editado e dirigido por Ludovico. Ele também prestava colaboração a outros órgãos da imprensa, tanto do estado de Goiás como do Triângulo Mineiro, e permaneceu escrevendo matérias para jornais mesmo depois de se achar à frente do governo goiano, dessa feita, às vezes anonimamente. A imprensa, tanto goiana como mineira, constitui o meio encontrado por Ludovico para a construção da sua imagem. Como nos conta Maciel (1996, p.94), Ludovico

“tinha perfeita noção do papel que exerce a palavra escrita na formação de opiniões, tendo usado fartamente deste recurso, tanto na construção de sua imagem como homem público, quanto na atividade propagandista que promoveu, no sentido de atrair a atenção, interesse e/ou simpatia da opinião pública nacional em relação ao Estado de Goiás e, particularmente à nova capital.”

A representação da imagem do político certo no momento propício estava feita. Ele se utilizava de seu saber médico e atribui à cidade de Goiás um mal incurável, um perfeito atestado de óbito. E é apoiando-se firme neste discurso que Ludovico trilha o caminho da mudança da capital. Assim, o saber médico assegura ao homem político o poder no estado.

A construção da nova capital, Goiânia, inicia-se em 1933, porém as dificuldades para concretizar este fato são inúmeras, desde falta de recursos financeiros até a firme oposição dos políticos na cidade de Goiás.

Em 1934 é promulgada nova Constituição, a terceira do Brasil, abrindo espaço para eleições para a legislatura estadual, e como nos conta Campos (1980, p.91), a eleição *"comprova o apoio à mudança da capital dado pelas expressivas vitórias do Partido Social Republicano (PSR), situacionista, nas eleições de maio de 1933 e outubro de 1934, nos quais o PSR fez da mudança da Capital a sua plataforma eleitoral"*.

Em 15 de abril de 1935, Pedro Ludovico é eleito, por meio de eleições diretas, para assumir o cargo de governador. Neste momento passa a ser o principal líder político de Goiás e, através de diversos ajustes políticos, combate seus adversários. Como exemplo, podemos apontar que o seu principal concorrente ao governo, também do mesmo partido, Domingo N. Velasco, deixa o PSR e cria o Partido Libertador, que se coliga com o Partido Democrático recriado pelos Caiados, formando a partir de então a Coligação Libertadora, responsável por tenaz oposição a Pedro Ludovico e à mudança da capital (Cf. Campos, 1980,p.91).

Em dezembro de 1935, Ludovico Teixeira passa a residir em Goiânia, levando consigo a sua família e o Secretário Geral de Estado. Neste momento, como nos conta Maciel (1996, p.89), *"o governador baixou atos sucessivos pelos quais ia transferindo as diferentes repartições públicas estaduais para Goiânia"*.

O então governador inicia uma apelação violenta, através de discursos e de ações concretas, para acabar com qualquer tipo de manifestação contrária à mudança do governo para a nova capital. Dentre elas está a prisão de um deputado estadual, a perseguição de membros da oposição da Assembléia Legislativa e a destituição do Presidente da Assembléia. Apesar das intensas e acirradas disputas, em março de 1937 ocorre a mudança definitiva da capital.

Durante os anos do Estado Novo¹⁵, as repressões políticas, o controle das informações, o fechamento de partidos e de organizações fazem com que o debate político praticamente desapareça. A partir de 1943, questiona-se mais intensamente o fechamento político imposto em novembro de 1937 (Cf. Campos 1989, p.100). Esses questionamentos que surgem ao longo desse período conduzem a uma insatisfação por parte da sociedade goiana. Com a tomada do poder nacional pelos militares em outubro de 1945, Getúlio Vargas deixa o comando do país. Esta crise nacional reflete-se, evidentemente, regionalmente e leva Ludovico, em 06 de novembro de 1945, a deixar o poder em Goiás. Ludovico é substituído pelo então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e logo em seguida pelo General Felipe Antônio Xavier de Barros, este último nomeado Interventor Federal de Goiás até o momento das eleições em janeiro de 1947 (Cf. Campos 1989).

Durante todo seu período no poder, desde a revolução de 1930 até o fim do Estado Novo, Ludovico estimula o desenvolvimento de instituições culturais. Estas acompanham o discurso em nome do progresso e da modernidade, palavras que vigoram nesse período e são formadoras do projeto regional durante todo o governo de Ludovico Teixeira.

Os momentos acima mencionados ganham destaque quando nos propomos a analisar a participação dos intelectuais do estado na ascensão e permanência de Ludovico no poder. Os intelectuais regionais comungam e divulgam o *novo*, e este por sua vez será representado pela nova capital e pela proposta de transferir para ela o berço cultural de Goiás.

Para melhor compreendermos tais afirmações, nos reportaremos aos dizeres de Colemar Natal e Silva (1989), presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás durante o período de 1933 a 1956 e de 1973 a 1992, em relato oral cedido ao Museu de Imagem e Som de Goiás (1989), em que afirma que *“não bastava o progresso material, era necessário lançar semente da cultura e do saber, porque nós vínhamos de uma cidade, a cidade de Goiás, que era o berço da cultura”*.

Este discurso, elaborado por intelectuais membros do governo, levou à criação de órgãos públicos e oficialistas, que divulgaram a cultura goiana não apenas no estado de Goiás. Caracterizam-se como uma forma de regionalizar entidades nacionais, ou criando instituições regionais novas no cenário nacional, como foi o caso da Academia Feminina de Letras e Artes de

¹⁵ Segundo Iglesias (1992) o termo Estado Novo não é um termo original, advém do regime português nascido da Revolução Nacional de 1926, que se implantou quando Salazar subiu ao poder e quando se instaurou em 1933 a República Unitária e Corporativa.

Goiás que, segundo dados coletados, foi a primeira instituição desse gênero criada no Brasil, dando início à construção de outras pelo país.

Isso proporcionou a ligação entre o estado de Goiás e outras capitais brasileiras, apresentando-se as instituições como “cartão de visita” que elevava Goiás ao *status* de um estado promissor. Dentre as instituições criadas, vale mencionar o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1932), o Instituto dos Advogados de Goiás (1932), a Academia Goiana de Letras (1939), o Museu Estadual de Goiás (1941) e a já mencionada Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, entre outros.

4. *O Cenário Cultural em Goiás*

A cidade de Goiás, enquanto Capital, abrigou as instituições culturais existentes até a construção de Goiânia, momento em que se configura um novo espaço da ciência e da cultura no estado. Essa mudança espacial foi articulada por um grupo de intelectuais goianos que afirmavam que era preciso transferir para a nova Capital as instituições culturais existentes na antiga Capital e implantar novas, para aprimorar o cenário cultural de Goiás. Nesse sentido, foram criadas e transferidas diversas instituições. A seguir buscaremos apresentar as mais importantes instituições criadas a fim de esboçar o quadro cultural que se configura nas décadas estudadas nesse capítulo (1930 e 1940).

Ao iniciarmos nossas pesquisas acerca das instituições culturais em Goiás, não conseguimos localizar onde se encontra ou em que se transformou o *Instituto dos Advogados de Goiás*, por esse motivo não fomos ao próprio Instituto coletar os dados. Mas encontramos informações sobre a Instituição em artigos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás publicados por Augusto Fleury Curado (1975) e Clemar de Barros Loyola (1975).

O *Instituto dos Advogados de Goiás* (IAG) foi instalado em 14 de abril de 1932 na cidade de Goiás. A reunião de instalação contou com a presença de inúmeros advogados que propuseram que se criasse também naquele momento, junto com a criação do IAG, uma Seção da Ordem dos Advogados no Estado de Goiás. A primeira diretoria contava com a presença de um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – Dário Délio Cardoso, que ocupou o cargo de 2º secretário do Instituto dos Advogados.

Após a mudança para nova Capital o IAG contou com a presença de Colemar Natal e Silva o qual afirmava:

“que se congratulava com a Diretoria do Instituto e com todos os sócios da importante agremiação científica pelo auspício fato, manifestando as suas esperanças e formulando ardentes votos para que tivesse o Instituto vida profícua e útil e dias de prosperidade em sua nova sede”.

A mudança do Instituto para a nova Capital do estado se dá em 15 de julho de 1937 e, assumindo a presidência o advogado Albatênio Caiado de Godoy, que promove *“conferências, reuniões, comemorações de datas nacionais e estudos de teses de direito”* (Cf. Curado, 1975, p. 70). Godoy preside o Instituto de 1937 a 1948, passando o cargo a Colemar Natal e Silva. Segundo nos conta Curado (1975), a gestão de Natal e Silva é marcada pelas comemorações de datas cívicas, destacando-se os dias vinte e um de abril; sete de setembro e quinze de novembro.

Criada em 21 de abril de 1939 na cidade de Goiânia, a *Academia Goiana de Letras* (AGL) teve como sócios fundadores boa parte dos nomes que fundaram o IHG de Goiás¹⁶. Destaca-se aqui a participação de Colemar Natal e Silva como o mentor da implantação dessa instituição. Natal e Silva lançou a idéia de sua criação, constituiu a Comissão organizadora, instituiu a Comissão de redação dos Estatutos e conseguiu a sede provisória da Academia. Segundo dados coletados na AGL o impulso que proporcionou a implantação dessa academia por Natal e Silva veio desde 1904, quando sua mãe, Eurídice Natal, fundou na cidade de Goiás a primeira Academia de Letras do estado, tendo como objetivo central os estudos da literatura goiana. Segundo Basileu Toledo França¹⁷, as oito primeiras cadeiras criadas pela Academia eram *“dedicadas a áreas diferentes do conhecimento”*, História, Política, Instrução, Jurisprudência, Administração, Literatura, Jornalismo e Geografia. Essa instituição seguia os Estatutos e Regimento Interno da Academia Brasileira de Letras e foi instalada no palácio Conde dos Arcos (sede do Governo estadual), porém teve vida efêmera, permanecendo em atividade por quatro anos.

¹⁶ Segundo informações coletadas na Academia de Letras de Goiás os sócios fundadores foram: Pedro Ludovico Teixeira; Venerando de Freitas Borges; Vasco dos Reis Gonçalves; Alfredo de Castro; Colemar Natal e Silva; Dário Délio Cardoso; Sebastião Fleury Curado; Zoroastro Artiaga; Joaquim Carvalho de Ferreira de Azevedo; Francisco Ferreira Santos Azevedo; Gerson de Castro Costa entre outros.

¹⁷ Discurso realizado por ocasião do 58º aniversário da AGL.

Apenas com a transferência da Capital retorna o projeto de implantação dessa Academia. Dessa vez realizado por Colemar Natal e Silva, filho da precursora e idealizadora da primeira Academia de Letras do estado. Em depoimento oral¹⁸ Colemar Natal e Silva nos conta que o que o conduziu a fundar a Academia de Letras em Goiânia foi a preocupação de um grupo de intelectuais com o desenvolvimento cultural do estado. Dizia Natal e Silva (1989):

“sob o impacto do urbanismo tornado ciência, uma preocupação prioritária ia prevalecendo: rasgavam-se avenidas largas e harmoniosas, multiplicavam-se as construções de casas com elevado padrão de conforto, de beleza e de estética, executavam-se plantas de edifícios públicos, amplos, sob novas técnicas funcionais e a própria delimitação dos bairros, a localização dos prédios públicos, tudo era feito dentro de critérios modernos e mais racionais. Era o cortejo imperioso e complexo da luta pelo progresso material. Nós pensávamos que preciso seria também lançar, senão as bases, ao menos as sementes da evolução cultural. Lançamos a idéia de criação da Academia Goiana de Letras”.

A Academia Goiana de Letras permanece funcionando a pleno vapor com sede própria na qual também funciona a Casa Colemar Natal e Silva. A sede da AGL funciona na antiga residência de Natal e Silva, que a doou quando do seu falecimento.

No início dos anos 40, Zoroastro Artiaga inaugurou e assumiu a diretoria geral do *Museu Estadual de Goiás* (MEG) por um período de quinze anos consecutivos (1942 a 1957). Em 1942, ano de sua criação, o MEG tinha por finalidade:

“exposições permanentes, contendo documentos históricos, utensílio antigos, peças de valor científico ou de real utilidade, objetos relacionados com a vida histórica de Goiás, com os índios do Brasil Central, bem como peças artísticas, originais, com real motivo de beleza”¹⁹.

Contudo, com a mudança do governo estadual em 1946, o MEG deixa de compor o Departamento de Cultural do Estado passando a ser responsabilidade da Secretaria da Educação

¹⁸ Esse depoimento foi cedido a Brasigóis Felício a fim de compor o número especial para a revista do cinquentenário da Academia Goiana de Letras. (texto miniografado s/d).

¹⁹ Dados obtidos no texto Museu Estadual de Goiás: histórico e relatório, Goiânia, 1959.

do Estado. Esses fatos, mudança de governo e de órgão estadual, proporcionaram a total modificação das finalidades do Museu, passando a ser as seguintes:

*“coligir, classificar e conservar material dos três reinos da natureza, especialmente no que diz respeito ao Estado de Goiás, e divulgar conhecimentos de ciências naturais e antropológicas, por meio de exposições, publicações, conferências e assistência aos interessados”.*²⁰

Essas modificações de função do MEG significaram um aumento considerável nas coleções de Mineralogia, Zoologia, Botânica, Antropologia e História. Segundo relatório do Museu (1959),

“a classificação das coleções de mineralogia foi feita, inicialmente, por técnicos e cientistas paulistas, integrantes de uma Comissão que transitou por Goiânia em 1946, entre os quais podemos citar Tarcísio de Sousa Santos, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. Posteriormente, o cientista Rômulo Argentiére, que esteve algum tempo em Goiânia, realizou um trabalho de reclassificação da seção de mineralogia do Museu, organizando, inclusive, etiquetas para cada objeto exposto”.

Durante a administração de Zoroastro Artiaga o MEG fazia exposições periódicas e cursos de extensão cultural. Com seu falecimento em 1972, o Museu Estadual de Goiás recebeu o nome de *Museu Estadual Zoroastro Artiaga*.

Outro fato de relevância para a vida cultural da cidade de Goiânia na época de sua fundação foi a transferência do Liceu de Goiás para a nova Capital. Fundado em 19 de setembro de 1845 a instituição ocupava um papel de peso na vida cultural da cidade de Goiás. Conta-nos Bretas (1990, p. 483) acerca dos sentimentos da população da cidade de Goiás para com o Liceu:

“a vida do Liceu era a vida da cidade. O coração da cidade pulsava na casa de Corumbá (local [onde estava] instalado o colégio). Se o Liceu não ia bem, atacado de qualquer mal, também a cidade sentia os mesmos sintomas, apatia, nervosismo, tristeza, indisciplina, ou, ao contrário, alegrias, euforias, glórias. O sino do Liceu, que marcava o início e o término de cada aula, era o relógio da cidade. Os bons professores, os bons

alunos eram respeitados e homenageados. Os maus, tratados com frieza ou desdém. Tudo que ocorria ali era comentado e julgado pelo povo”.

Com as transferências das instituições culturais para a nova Capital, criou-se um clima de insatisfação geral na população da antiga Capital. Apesar do apelo feito ao Interventor Federal para deixar o Liceu na cidade, afirmando-se através dos meios de comunicação que a *‘cidade de Goiás não sobrevive sem o Liceu’*, em 1937 já se encontrava pronto o prédio que se destinava ao Liceu na cidade de Goiânia. O governo apontava que era mais econômico e mais rápido para o Estado transferir o Liceu com todos os professores e alunos para a nova Capital do que construir outro colégio, os gastos seriam enormes para um Estado que estava em difícil situação financeira. O governo sofreu diversas pressões, tanto da sociedade da cidade de Goiás como da cidade de Goiânia. As pressões levaram à transferência do Liceu para a nova Capital e na cidade de Goiás criou-se uma sucursal do Liceu, fazendo com que se amenizassem os ânimos.

Todas as instituições criadas e transferidas, acima citadas, não tinham no ato de sua implantação sede própria, ficando à mercê de empréstimo de salas ou da casa de associados. Apenas o Liceu de Goiás encontrava-se em situação diferente das demais instituições que migraram para a Goiânia.

6. Os Intelectuais e a Criação de uma “Casa de Saber”

O período dos anos trinta até o fim do Estado Novo foi marcado por momentos de debates promovidos por intelectuais brasileiros acerca da integração do Brasil, da construção da Nação e da construção da identidade nacional. Debates estes que possuíam como pano de fundo o discurso nacionalista.

Este fato tem suas raízes com o advento da Revolução de 1930 e da instalação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, quando o então presidente, Getúlio Vargas, promulga uma nova Constituição, dando a si mesmo poderes autocráticos. Essa nova Constituição traz diretrizes inspiradas na filosofia corporativa portuguesa, no fascismo italiano, na carta magna da Polônia de Pilsudski e na tradição gaúcha dominada por uma política mais rígida relacionada com o caudilhismo e militarismo platense (Cf. Iglesias, 1994, p.82).

²⁰ Idem ibidem

Com toda essa miscelânea de inspirações, Vargas dissolve o Congresso e censura rigidamente os meios de comunicação. Contudo, instala seus próprios meios de *falar* com a sociedade, criando em 1938 o Departamento Nacional de Imprensa e em 1939 transforma-o em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Miceli (1989,p.95-96) nos conta que o DIP *“com suas extensões nos diversos estados e nas organizações culturais vinculadas às empresas incorporadas ao patrimônio da União exerceram efeitos multiplicadores comparáveis àqueles hoje provocados pelos grandes conglomerados privados da indústria cultural. Na órbita do DIP foram abertos inúmeros periódicos políticos e culturais pela primeira vez modelados em função de uma segmentação de mercado, se bem que impressionista, e de uma estratégia complexa de propaganda do regime vigente e de suas realizações e palavras de ordem”*.

O autor ainda ressalta que o regime imposto *“se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um 'negócio oficial', implicando um orçamento próprio, a criação de uma 'intelligentsia' e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico”* (Miceli, 1979 apud Miceli 1986, p. 95)

O Departamento de Imprensa e Propaganda terá como função controlar todos os tipos de divulgações científicas e culturais, promover festas cívicas e efetuar concursos. Esses concursos contavam com a presença de escritores, cantores, compositores e intelectuais brasileiros. Francisco Iglesias (1994, p.88-89) afirma que *“o trabalho do Departamento de Imprensa e Propaganda, com suas publicações e emissões radiofônicas, dos discursos do presidente e de outros funcionários, fortalece a mística de Getúlio Vargas como chefe supremo, clarividente, pai dos pobres, emancipador da economia através da indústria e da ideologia nacionalista. Em miúdo se organizavam concursos, e em um deles foi premiado o famoso compositor mineiro Ari Barroso por sua Aquarela do Brasil, que quase se converteu em um segundo hino nacional. A influência estatal se estendia aos escritores, por exemplo através da revista Cultura Política, na qual colaborava boa parte da nata da "intelligentsia", ora adepta ao regime, ora oposta a ele, porém habilmente atraída por essas publicações”*.

Por meio desses concursos, Vargas encontra subterfúgios para o apoio de uma ala da intelectualidade brasileira. Este apoio, como nos conta Thomas Skidmore (1982, p.60-61), *“era de jovens intelectuais geralmente oriundos da classe média e ajudava a fornecer, a cada estágio, uma aura de legitimidade a um líder que não era dado a auto justificativa ideológica. Tal*

legitimidade intelectual era importante para muitos brasileiros que aprovavam em silêncio as medidas de Vargas, mas que queriam receber algumas explicações racionais para os atos do presidente”.

Assim, parte dos intelectuais brasileiros engajou-se politicamente a favor do Estado Novo, e junto a ele reclamavam, de certa forma, por um projeto nacional, no qual estaria embutida a construção de uma identidade nacional e de instituições culturais. Essa busca pela construção simbólica da identidade nacional é resultado de um período de intensas reformulações políticas, impregnado pela ideologia do Estado Novo na busca da integração do Brasil.

Para Oliveira (1980, p.38) a tarefa assumida por uma parcela dos intelectuais é vista como um imperativo diante do que eles nomeiam a *‘gravidade do momento histórico’*. A autora nos diz que os intelectuais que aderiram à causa desempenharam o papel de *juntar pedras* do Estado Nacional, apontando o Brasil como possuidor de dois sérios problemas: a falta de contato com a realidade nacional e a necessidade de rompimento com os modelos estrangeiros. Esses problemas, segundo os intelectuais, só seriam solucionados no momento em que se buscasse o conhecimento da terra e do povo do país, ou parafraseando Mota (1994) *era o momento de redescobrimento do Brasil*.

Daniel Pécaut (1990) confirma a autora mencionada, afirmando que os intelectuais dos anos 25-40 mostram-se preocupados sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições. O autor nos diz que convinha, naquele momento, criar instituições que de alguma forma compreendessem a realidade brasileira, com o intuito de organizar a Nação. Este papel coube às elites e uma parcela da intelectualidade brasileira envolvem-se com a causa a fim de organizar uma cultura capaz de assegurar a integração da Nação.

Formula-se então o pensamento em defesa da *“idéia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir “de cima” e “dar forma” à sociedade”* (Cf. Pécaut, 1990, p. 15). A partir daí ocorre uma maior valorização das ciências humanas, principalmente da Sociologia. Assim, o pensamento científico passa a ocupar papel central. Será atribuído à ciência um valor de salvadora dos males brasileiros. O pensamento em vigor busca conhecer a realidade brasileira e agir sobre ela. Este pensamento será marcado por ser organicista e elitista, por acreditar que o Estado representa a Nação e se compõe dos mais *sábios e capazes*, que podem arbitrar o que é melhor para a Nação como um todo, já que os intelectuais ocupam cargos públicos e produzem ensaios sobre o momento político, principalmente os bacharéis em Direito.

Outros, como os médicos, irão manter a tradição das escolas de Medicina como centros de cultura, e aos engenheiros cabe “*sugerir o desenvolvimento dos meios de comunicação como premissa para a unificação nacional*” (Cf. Oliveira, 1980, p. 34).

Nesse momento, ainda segundo a autora acima mencionada, o estudo da realidade brasileira pautar-se-á por uma política científica positivista, em que “*se pode saber, cientificamente, por quê o passado foi o que foi, por quê o presente é o que é e como o futuro inevitavelmente será*” (Cf. Oliveira, 1980, p. 34).

Assim, a autora nos apresenta a base de sustentação que irá, apoiada no positivismo e em outras formas de evolucionismo, analisar o quadro social e econômico brasileiro, e que dará como chave para solucionar os problemas brasileiros a construção de uma nacionalidade, que para estes intelectuais ainda não havia se formado, já que faltava ao país consciência nacional.

Essa construção de nacionalidade passava pela reestruturação do Estado e, dessa forma, emerge ideologicamente o discurso da integração do Brasil. Esta ideologia promove o papel legitimador da ação do Estado como motor do desenvolvimento econômico, passando por um projeto nacional de formação territorial, no qual a ocupação dos espaços vazios é um elemento crucial para a unidade da Nação.

O preenchimento dos espaços vazios, somado à necessidade de crescimento do mercado interno, leva o governo federal a criar programas de ocupação de espaços vazios regionais, os quais levariam de certa forma à divulgação da política em voga para as demais áreas do país. Cria-se por meio desses programas a “*Marcha para Oeste*”, na qual o estado de Goiás estaria sendo alvo das mudanças econômicas e sociais. Politicamente, o programa “*Marcha para o Oeste*” serviria, segundo Silva (1980, p. 98), “*para dirigir correntes migratórias, desagrevando os problemas e aliviando as tensões existentes nos centros urbanos, e resolveria o problema de acesso à terra, além de ideologicamente ser justificado como mecanismo de defesa e unificação nacional*”.

O Estado Novo busca, dentro do discurso de integração nacional, apresentar a parte que cabe à Goiás nesse processo político e econômico. Goiás ficará encarregado da produção de gêneros alimentícios e de matérias-primas capazes de abastecer o centro-sul do país. Doles (1972) afirma que foi por buscar atender à demanda agrícola para a futura área de industrialização do país que Goiás se integrou à “*Marcha para Oeste*” e, indiretamente, à política nacionalista de Vargas.

Concentra-se aí o papel de alguns intelectuais brasileiros, que no caso de Goiás fazem parte efetiva da administração pública, ocupando cargos de alto escalão no poder estadual e/ou federal e apóiam com afínco o discurso do nacionalismo e a necessidade nele embutida de ocupação dos espaços vazios para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

No cenário goiano, notaremos que os intelectuais regionais exerceram importante papel nos projetos de implantação e consolidação de instituições científicas e/ou culturais. Tais instituições possuíam como pano de fundo projetos políticos de criação de novos valores a fim de institucionalizar uma cultura nacional, ou seja, dar forma aos valores culturais nacionais.

Ludovico, dirigente do Estado, contará com a união de intelectuais de Goiás para construir o discurso do *novo* Estado. Segundo Campos (1989, p.96), Ludovico *"se acerca de um conjunto de jovens, advogados em sua maioria, que paulatinamente vão se tornando expressões políticas goianas"*.

O papel dos intelectuais no processo de consolidação do poder foi fundamental para a manutenção do discurso modernizante e de progresso divulgado em Goiás e no Brasil. Como aponta Pereira (1997, p.120), *"os intelectuais goianos passaram a atuar a partir da primeira década do século XX, de forma mais intensa, no sentido de viabilizar um progresso futuro para o estado. Na valorização de Goiás foi utilizada, entre outros recursos, a imprensa regional e nacional. Uma das frentes mais visíveis dessa atuação foi a revista Informação Goyana (1917-1935), editada sob a responsabilidade de Henrique Silva e Americano do Brasil, cumprindo o objetivo principal de divulgar uma imagem positiva de Goiás para a Nação brasileira"*.

Além da revista Informação Goyana, aparece no cenário da imprensa regional a *Revista Oeste* (1942-1944). Esta era a voz do Estado Novo em Goiás, e o meio de comunicação que Ludovico e os intelectuais que o circundam encontram para divulgar e legitimar as propostas do governo federal e, conseqüentemente, do governo estadual.. Segundo Chaul (1997, p.219), a *"propaganda política de Pedro Ludovico caminhou no sentido de buscar cada vez mais uma aproximação com Getúlio Vargas – não faltaram afirmativas de que Vargas representava para o Brasil o que Ludovico representava para Goiás. Na propaganda que unia Vargas – Ludovico – Estado Novo, a Revista Oeste procurava passar a imagem do novo regime como expressão da democracia e Pedro Ludovico Teixeira como seu consolidador em Goiás"*.

Segundo um dos responsáveis pela publicação da revista em 1943, Paulo de Figueiredo, as edições possuíam amplas e profundas análises políticas, procuravam promover e estimular a

produção intelectual do estado de Goiás, fosse ela constituída de contos, poemas ou outras mais que possuíssem, de certa forma, o cunho ideológico que contribuísse para a divulgação do estadonovismo. O mesmo considera que a atuação da *Revista Oeste*, no estado de Goiás, é comparável à atuação da revista de circulação nacional *Cultura Política*. Figueiredo nos diz que “no Rio de Janeiro, à mesma época, saía todos os meses a notável revista *Cultura Política*, das melhores coisas já surgidas no Brasil e onde também acolhia ensaístas, romancistas, contistas e poetas, alguns adversários do regime, como Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo e Gilberto Freire”²¹.

Concordando com Pereira (1997), entendemos que os intelectuais goianos, através das revistas *Informação Goyana* e *Oeste*, apostavam, junto com o patrocínio de Ludovico, na necessidade de divulgação de Goiás para o Brasil, para assim integrar Goiás à Nação brasileira. Dentre os intelectuais goianos que contribuíram para a divulgação do *paraíso interiorano brasileiro*, estão as figuras de Colemar Natal e Silva, Leopoldo de Bulhões, Vitor Carvalho Ramos, Hugo Carvalho Ramos, Henrique Silva e Americano do Brasil. E para atingir o objetivo proposto pelas revistas, os intelectuais regionais juntam-se aos intelectuais nacionais Capistrano de Abreu e Afonso Arinos, os quais acreditavam na integração do interior brasileiro. Neste momento, esforços são somados do *sertão ao litoral*²² para a ocupação do espaço com a finalidade da formação nacional.

Parte dessa elite intelectual de Goiás, que participou da organização e divulgação das revistas, funda definitivamente em 1933 o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Esta elite é constituída, em sua grande maioria, por jovens que estudaram na Faculdade de Direito 'Cândido Mendes' no Rio de Janeiro, Faculdade de Direito de Belo Horizonte, Faculdade Livre de Direito em Goiás, Escola de Minas e Escola de Farmácia, as duas últimas em Ouro Preto, Minas Gerais. O quadro abaixo resume os nomes, formação e instituição a que estavam vinculados no momento da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás:

²¹ Depoimento de Paulo Figueiredo encontra-se no Fac-símile da Revista Oeste, publicado em 1983.

²² Segundo Souza (1997), as denominações de “Sertão” e “Litoral” são as mais utilizadas para identificar essas duas regiões. No entanto, também surgem outras nomeações equivalentes, tais como “hinterlândia”, “interior” e “oeste”, correspondente ao lugar “sertão”; e “marinha”, “costa” para indicar lugar “litoral”.

Quadro 1.1

Os Fundadores: seus nomes, suas formações e órgão vinculados

Nome do Intelectual	Formação	Instituição à qual se vinculava
Agnelo Fleury Curado	Farmácia	Lyceu de Goiás
Alcides Celso Ramos Jubé	Direito	Lyceu de Goiás
Colemar Natal e Silva	Direito	Faculdade de Direito de Goiás
Dário Délio Cardoso	Direito	Lyceu de Goiás
Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	Engenheiro	Lyceu de Goiás
Joaquim Carvalho Ferreira	Direito	Lyceu de Goiás
Zoroastro Artiaga	Direito	Lyceu de Goiás/Faculdade de Direito

Vale examinar as breves biografias²³ dessa elite intelectual que fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás nos anos trinta. E para que seja possível oferecer uma amostragem do perfil intelectual apontaremos suas formações acadêmicas, funções públicas em que atuaram, locais em que trabalharam e obras publicadas.

Agnelo Arlington Fleury Curado, formado em Farmácia pela Escola de Ouro Preto, ocupou em 1922 a cadeira de professor substituto de Física e Química no Lyceu de Goiaz. No mesmo ano concorre, por meio de concurso, à vaga das disciplinas Física e Química tendo sido aprovado e nomeado catedrático. De 1930-1932 e 1946-1948 assume a direção do Lyceu e, funda na cidade de Goiás a primeira Escola de Farmácia, que por divergências internas teve vida curta. Com a mudança da capital cria a Escola de Farmácia em Goiânia, que ao ser consolidada a Universidade Federal de Goiás, torna-se parte integrante dessa Instituição.

Alcides Celso Ramos Jubé, formado pela Escola Livre de Direito de Goiás, era professor do Lyceu de Goyaz nas disciplinas de Geografia de Goiás, do Brasil e do Mundo. Exerceu várias funções administrativas no Estado, dentre elas foi amanuense da Secretaria da Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas (1915-1920). Foi professor catedrático e diretor da Escola Normal Oficial e do Lyceu de Goyaz, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, membro da Sociedade de Geografia do Rio

²³ As informações biográficas foram encontradas no Arquivo do Frei Dorvi e no Gabinete Literário, na cidade de Goiás, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, no Arquivo Estadual de Goiás, na Sociedade Goiana de Cultura,

de Janeiro, sócio perpétuo do Instituto Técnico e Industrial do Rio de Janeiro e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Publicou a obra “*Geografia de Goiás*” na década de 1930, sendo o quarto livro didático publicado em Goiás. No Lyceu de Goiás, Jubé utiliza os trabalhos por ele mesmo confeccionados como material didático, dentre eles estão *Corografia de Goiás* (1919); *Eurásia e África* (1924); *Exercício de Geografia* (1926); *Terras do Brasil* (1927) e *Lições de Geografia Descritiva* (1929)²⁴.

Um dos primeiros nomes que assumiu importância no quadro regional foi **Colemar Natal e Silva**. Ainda jovem volta do Rio de Janeiro para Goiás e, a pedido de Ludovico Teixeira, assume o cargo público de professor de História de Goiás, na escola Normal e professor de Sociologia, de Português e de História Universal, no Lyceu de Goiaz. Professor catedrático de Ciências das Finanças da Faculdade de Direito de Goiaz, exerceu também nessa instituição o cargo administrativo de Diretor. Foi Promotor Público do Estado e Secretário do Interior e Justiça. Na década de 1940 representa o estado de Goiás como advogado a fim de resolver a rixa territorial existente com Minas Gerais. Teve participação em várias decisões do governo, dentre elas podemos destacar a escolha do local de instalação da nova capital. Foi Secretário do Interior e Justiça (com uma diretoria abrangendo a Educação) em cujo exercício criou, dentre várias outras coisas, o cinema educativo, a justiça gratuita e uma série de projeto retratados na obra publicada sob o título “Na Tribuna e na Imprensa”. Natal e Silva foi, para o seu tempo, um homem arrojado, pois por meio de sua influência política divulgou e instalou diversas instituições culturais. Assumiu a primeira presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás por um longo período de tempo (1933 a 1956), tendo o segundo mandato de 1973 a 1992. Ocupou cargos nas comissões permanentes durante o período em que esteve afastado da presidência da Instituição e foi eleito presidente perpétuo do IHGG. Foi mentor de várias outras instituições científicas e/ou culturais do estado, dentre elas a Academia Goiana de Letras e o Sindicato dos Homens de Letras. Idealizou a construção do Palácio da Cultura, no qual ficariam instaladas as instituições científicas e culturais do estado. Ao longo de sua vida manteve diálogo, desde dos tempos em que cursava Direito na cidade do Rio de Janeiro, com nomes de relevante posição intelectual do país, dentre eles podemos citar Ramiz Galvão, Afonso Celso, Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu. Segundo as próprias palavras de Colemar: “ *convivi e desfrutei anos a fio*

no Departamento de Imagem e Som do Museu Zoroastro Artiaga, na cidade de Goiânia. Apesar de vasculhar todos os arquivos disponíveis nessas cidades não foram encontradas outras mais informações.

²⁴ Algumas de suas obras ainda se encontram no Gabinete Literário na Cidade de Goiás.

[com Capistrano de Abreu] *na travessa Honorina e a cujo estímulo devo a preocupação adquirida pela pesquisa e pelo cultivo da História*” (RIHGB, v. 317, 1997). Exerceu atividades políticas de relevo, tendo sido um dos fundadores em Goiás do primeiro partido político após a revolução de 1930, o Partido Social Republicano e, na década de 1940, do Partido Social Democrático. Em 1960, implanta e consolida a Universidade Federal de Goiás, criando, em sua gestão enquanto reitor, a Rádio Universitária, a Escola de Agronomia e Veterinária, a Faculdade de Filosofia, entre outros órgãos que compuseram a Universidade. Em 1976 é aceito como sócio honorário do IHGB.

Homem público, desde o início de sua carreira Natal e Silva esteve atento ao desenvolvimento cultural do estado de Goiás, publicando na Revista *Informação Goyana* e Revista *Oeste*, artigos e ensaios de cunho político, econômico e histórico que deixavam claro seu ponto de vista em relação ao Estado. Publicou livros e, dentre eles, destacam-se: *Rui Barbosa, em seu tempo e em seu meio*, obra premiada quando estudante de Direito no Rio de Janeiro; *História de Goiás*, em dois volumes, editada por Borsoi & Cia, com prefácio do Conde De Afonso Celso, presidente do IHGB (1935); *Pareceres e Decisões*, cujo prefácio feito por Clóvis Beviláqua, editada no Rio de Janeiro (1940); *Na Tribuna e na Imprensa*, a obra que recebeu críticas honrosas de Pedro Calmon, editada no Rio de Janeiro (1940); *Na Secretaria do Interior e Justiça, Na Procuradoria Geral do Estado, Enciclopédia do Estado de Goiás*, todas as três publicadas no Rio de Janeiro na década de 1940. Em 1942 publica *A Capital do Brasil e o Planalto Central* na Revista *Cultura Política* ano II, número 17, jul. de 1942. Em 1977 publica o artigo *A missão da História na conjuntura atual* na Revista do IHGB²⁵.

O professor **Dário Délio Cardoso**, bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, assumiu em 1922 o cargo de amanuense e oficial da secretaria particular da presidência do Estado, e foi escriturário municipal da capital do Estado entre 1923-1925. Foi professor catedrático do Lyceu de Goiaz da disciplina Instrução Moral e Cívica de 1925 a 1934, tendo se tornado vitalício da mesma cadeira em 1926. Em 1929 assumiu o ensino de Português na Escola Normal do Estado e de História da Civilização do Lyceu de Goiaz. Na década de 1930 é nomeado professor da Escola de Direito do Estado e Diretor do Lyceu de Goiás. Em 1932, une-se ao grupo que irá fundar o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. E, a partir de 1934, assume cargos de alto escalão, sendo nomeado Procurador Geral do Estado em

²⁵ Conferência no IHGB, por ocasião da posse como sócio honorário em 04 de agosto de 1976.

1934, Desembargador da Corte de Apelação do Estado - Tribunal da Justiça, permanecendo no cargo de desembargador até 1945, exercendo em conjunto com suas atividades a função de primeiro orador do Instituto Histórico e Geográfico de 1933 a 1945²⁶.

O professor **Francisco Ferreira dos Santos Azevedo** teve seus estudos realizados em Ouro Preto, na Escola de Minas. Em 1907, é aprovado e nomeado professor da cadeira de Geografia no Lyceu de Goiaz, instituição onde teve uma longa gestão como diretor no período que vai de 1921 a 1929, observando-se uma preocupação com datas comemorativas, dentre elas a que mais se destaca é a Independência do Brasil²⁷. Além de membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, foi também membro da Academia Goiana de Letras. Publicou diversas obras de cunho geográfico e histórico, dentre elas *Carta Geográfica de Goiás, Páginas Áridas, Almanaque de Goiás, Considerações Gerais sobre as Quantidades Negativas, Anuário Histórico de Goiás* e, por fim, o *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa*, bastante elogiado pela Academia Brasileira de Letras e publicado pela Companhia Editora Nacional.

Filho de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, **Joaquim Carvalho Ferreira** ingressa na vida intelectual do estado ocupando o cargo de segundo secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pelo período de 1933 a 1945. Foi aprovado por concurso público para a cadeira de História do Brasil no Lyceu de Goiaz e, após a fundação da Universidade Federal de Goiás é nomeado professor catedrático de Direito. Escreveu por vários anos no jornal *Folha de Goiaz* sobre os governadores do Estado e, dez anos após sua morte, foram reexaminadas suas publicações, que se transformaram em 1980 no livro “*Presidentes e Governadores de Goiás*” sob o patrocínio da Universidade Federal de Goiás.

Outro nome de grande destaque na história científica e cultural do estado de Goiás foi **Zoroastro Artiaga**. Artiaga tornou-se membro do IHGG em 1939, participando ativamente da vida do Instituto. Formou-se em Direito pela Escola Livre de Direito de Goiás e fez vários cursos de aperfeiçoamento no Rio de Janeiro e São Paulo na área de Geociências, (Geologia,

²⁶ Não encontramos referência sobre obras publicadas.

²⁷ Essa preocupação era corrente no ensino primário das primeiras décadas do século XX. Conta-nos Bittencourt (1997, p.44) que as “atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às ‘datas nacionais’, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de ‘cívicas’, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizaram e fiscalizaram tais práticas escolares e segundo o conteúdo das denominadas festas cívicas, é possível verificar que o ensino de história não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da ‘história da pátria’ ser tema preferencial do livro de leitura e das músicas escolares, havia outros recursos de comunicação, como rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional”.

Mineralogia, História Natural, Paleontologia e Geografia.) e outros em Didática, Radioatividade, Economia e Estatística²⁸. Participou de diversas associações, dentre elas: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Academia Goiana de Letras; Associação Goiana de Escritores; Associação Goiana de Imprensa; Instituto de Advogados do Brasil; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília; membro da Academia Belo-Horizontina de Letras. Além das associações também fez parte de comissões, diretórios e conselhos a fim de solucionar problemas regionais e nacionais, tais como: Comissão de Propaganda em prol da interiorização da Capital Federal; Comissão de Limites Intermunicipais de Goiás; Diretório Regional de Geografia; Junta Regional de Estatística de Goiás; Conselho Nacional de Pesquisa/RJ, entre outros. Fundou o Museu Estadual de Goiás, na cidade de Goiânia e o Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás.

Professor da Escola de Direito de Goiás e do Lyceu de Goiaz, Zoroastro Artiaga escreveu inúmeras obras, algumas publicadas e outras não, além da publicação de mapas do estado de Goiás. Dentre as obras publicadas podemos destacar como principais: *Geografia Econômica e História Descritiva do Estado de Goiás* (2 vol.), publicada pela Tip. Triângulo Mineiro, Uberaba/MG no ano de 1951; *Geologia Econômica de Goiás*, publicada pela Tip. Triângulo Mineiro, Uberaba/MG no ano de 1947; *Riquezas Vegetais do Planalto Goiano e do Vale do Tocantins*, Imprensa Oficial, Goiânia, 1947. Segundo Gomes (1999,p.75) no período de 1940 a 1960 Zoroastro Artiaga foi tido como “o maior produtor e divulgador da informação geográfica, abrangendo a sua pesquisa cerca de 12 livros publicados e vários artigos e jornais goianos”. As produções cartográficas de Artiaga foram os Mapas do Município de 1937, editados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Mapa Geológico de Goiás, publicado pelas Centrais Elétricas de Goiás.

Estes breves relatos biográficos nos permitem observar que o Lyceu de Goiaz e a Escola Livre de Direito de Goiaz, na década de 1930, são os centros aglutinadores dos intelectuais do Estado. A união dessa elite dar-se-á com maior amplitude através de publicações de revistas e da formação dos centros científicos e/ou culturais do estado, responsáveis pela divulgação da *Casa Goiana*.

²⁸ Conforme dados biográficos coletados no Museu Zoroastro Artiaga e estudos biográficos realizados por Horieste Gomes.

Nesse sentido, a criação, implantação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás faz-se por meio de uma homogeneidade do grupo, o qual partilharia uma identidade política e intelectual de interesses e pontos de vista.

Podemos destacar três aspectos em comum como sendo de maior relevância. O primeiro, a posição política assumida a favor de Ludovico Teixeira. Eles rejeitaram o quadro político, econômico e social que vigorara em Goiás durante a permanência no poder da família Caiado. Acreditavam que Goiás tinha um papel importante a desempenhar no cenário nacional. O segundo, por serem professores, os quais almejavam a construção de uma “*Casa de Saber*”. Lembremos que a maioria dos fundadores do Instituto formou-se ou especializou-se em instituições fora do estado de Goiás e este fato pode ter representado a incorporação de idéias ‘*modernizantes*’, que teriam desempenhado importante papel em suas atuações públicas. O terceiro ponto em comum seria o exercício de funções no Estado, seja como juristas, seja como pesquisadores, seja como professores do ensino médio ou universitário.

Assim, ao visualizarmos o grupo que implantou o Instituto goiano em 1930 perceberemos que houve critérios materiais e intelectuais que se misturaram na escolha dos seus componentes. Dário Délio Cardoso, Colemar Natal e Silva, Zoroastro Artiaga ocuparam desde de 1930 a 1945 altos cargos políticos, apesar de se dedicarem a pesquisas históricas e geocientíficas. Outra parte do grupo dedicou-se ao ensino nas escolas e faculdade do estado.

Apesar dos pontos em comum, observamos que há uma certa diversidade de conhecimento devido às suas formações, dentre elas Farmácia, Engenharia Civil e, em sua grande maioria, advogados. Os advogados, formados no estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de Goiás, migram de seus conhecimentos do campo da advocacia para desenvolverem os estudos históricos e geocientíficos²⁹ dentro e fora do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, como foi o caso de Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga. Essa migração ou junção de áreas de conhecimento não transformou as obras publicadas pelos autores em trabalhos de amadores *munidos de entusiasmos não instruídos*³⁰, mas sim podemos observar em suas obras uma discussão teórica e metodológica que lhes permitiu fazer parte da comunidade de historiadores e geocientistas e, ao mesmo tempo, serem eles próprios a comunidade científica regional.

²⁹ Sejam eles cartográficos, geológicos ou geográficos.

³⁰ Phillipe Levina *apud* BANN, Stephan. *As Invenções da História*. São Paulo: editora Unesp, 1996. p. 45

58/



*Foto 02 – Professores do Liceu de Goiás que contribuíram para a criação e consolidação
do IHGG em 1933/1938
(Arquivo/IHGG)*

A fim de apresentarmos um quadro das pesquisas dos membros do IHGG na década de 1930, tomaremos como exemplo dois dentre os vários trabalhos dos pesquisadores goianos: o do advogado e historiador Colemar Natal e Silva “*História de Goiás*” obra publicada pela Borsoi & Cia em 1935, e do advogado e geocientista Zoroastro Artiaga “*Minerais de Radium em Goiaz*”, publicado na Revista Goiana ano III, número VI março/ abril de 1949.

Ao debruçar-se na confecção de sua obra, *História de Goiás*, Colemar Natal e Silva pesquisou em vários arquivos e bibliotecas públicas do estado de Goiás, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mas foi no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que encontrou uma grande fonte documental para a produção de seu trabalho, não só dos arquivos dessa instituição, mas também dos membros Max Fleuss e Rodolfo Garcia, que o auxiliaram nas pesquisas das fontes de que precisava.

Sua obra teve a primeira publicação em 1935, e a reedição em 1979 teve o prefácio escrito por Pedro Calmon³¹. Naquela época presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Calmon apresentou a obra de Natal e Silva como sendo a elaboração de uma história regional e nos diz: “*teremos inevitavelmente História segundo nos pareça compreensível, contanto que obedeça a três determinantes, a cronologia que indica a sucessão, o ambiente, que contém as condições em que se move, a biografia de pioneiros e chefes, onde se combinam o fenômeno do heroísmo (na acepção simples da liderança) e o fermento social que o justifica*” (p.11, 1979). [grifos meus]. E foi por meio dessa concepção de História que Natal e Silva elaborou os dois volumes da história de Goiás.

Pedro Calmon já nos demonstra, de certa forma, a concepção de história que foi adotada por Natal e Silva. A História como arte, já que exige do escritor um grande habilidade na escrita, para que possa cativar o público leitor, e a História como ciência, já que busca o descobrimento da verdade.

Em seu primeiro capítulo, Colemar Natal e Silva compreende a História como a ciência da verdade que estuda o passado e nele a “*exatidão das narrativas que devem nortear suas informações, tendo diante de si sempre e sempre como imagem austera e inspiradora - a verdade histórica - única bússola do destino que se traçou, nem o prejudicará na grandeza de seu papel*”

³¹ Calmon nasceu em 1902 na Bahia. Escreveu em 1920 seu primeiro livro, “Pedra D’Armas” editado, em 1923, por Monteiro Lobato. Exerceu o mandato de Deputado Estadual e trabalhou ainda na área jurídica. Sua maior contribuição foi na área de História, tendo escrito mais de 60 livros. Em 1935 lecionou História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal (Cf. Abreu, 1996, p.29).

Ao estudar o passado, compreende o presente “*por que é nele que deverá ela atuar, para ele é que deve valer imediatamente, e com ele é que se fará divulgada, conhecida e consagrada, a verdade histórica*”. Por último, depois de estudar o passado e compreender o presente, a História decifra o futuro “*porque será, então, a base de todas as investigações posteriores*”. É visível nas afirmações do autor a sua compreensão de continuidade da história humana.

Segundo Natal e Silva (p. 13, 1979) “*a história é, e não podia deixar de ser um dos guias mais seguros aos que mergulham nos tempos, à busca da verdade dos acontecimentos, em quaisquer esferas da atividade humana*”. O autor levanta pontos de vista de historiadores e sociólogos (Comte, Spencer, Marx, Engels, Buccle, Lapouge, Gobineau) afirmando que “*ainda que sigamos, à risca o conselho sábio de que os historiadores devem ter mais em conta os métodos modernos dos sociólogos de que os processos clássicos dos cronistas, - não nos assiste o direito de digressão mais amplo, pelos domínios férteis da Sociologia*”. Para Natal e Silva o trabalho histórico deve aproximar-se da História pura. Segundo seu ponto de vista, como ele mesmo diz, quase particular, o campo da História deve ser “*o cenário, em que o espírito histórico reviva fatos, acontecimentos e ações que a cinza dos tempos vai sepultando e que é preciso descobrir para o gozo inapreciável de um bem comum*”.

Seguindo suas concepções Natal e Silva elabora a história de Goiás desde o período de formação da província goiana, com a chegada dos bandeirantes, às discussões de demarcações de limites territoriais com os estados vizinhos de Goiás. Em todo o texto os heróis são apontados e homenageados e a cronologia é utilizada dividindo tempos definidos por mudanças econômicas e políticas sofridas em Goiás. A nosso entender essa forma de *contar* a história regional tem relação não só com a corrente teórico-metodológica do período, mas também com as relações estreitas de Colemar Natal e Silva com historiadores nacionalmente reconhecidos, com por exemplo Capristano de Abreu. Não podemos negar que em seu livro “*Caminho antigos e povoamento do Brasil*”, Capristano de Abreu considerava que até o final do século XIX e início do XX a história brasileira tinha sido a história do litoral (Cf. Oliveira, 1998, p. 210) e defendia que se investigasse o interior do Brasil. E não podemos esquecer que a proposta do IHGB ao pensar na implantação de Instituto regional era de elaboração da História Regional como elemento de compreensão da História Nacional.

A concepção de História adotada por Natal e Silva segue o modelo historiográfico produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se lembrarmos que a proposta do

IHGB, ao pensar na implantação do Institutos regionais, era de elaboração da História Regional como elemento de compreensão da História Nacional.

Migrando para os estudos das Geociências na década de 1930, o advogado Zoroastro Artiaga assumiu em 1937 a Secretaria do Diretório Regional de Geografia, órgão vinculado ao Governo Federal, ficando responsável por diversas atividades na área geocientífica, dentre elas a de pesquisas minerais no estado de Goiás. Podemos destacar, dentre suas pesquisas mineralógicas, os estudos realizados em Niquelândia, município goiano onde localizou uma vasta quantidade do minério de níquel. Esse fato ocorreu em 1937, quando foi convocado pelo governo estadual para acompanhar técnicos da Universidade de Ozaka às minas de níquel em Niquelândia. Segundo relato de Artiaga, sua participação na comissão de estudos mineralógicos *“justificava-se pelas anteriores ligações à descoberta de minério resultante da desintegração da rocha matriz, que eu havia, pela imprensa do Rio de Janeiro, anunciado largamente”*. Ainda segundo Artiaga *“fizemos um reconhecimento geológico numa extensão imensa, e nossos estudos foram, mais tarde, secundados pelos americanos do norte que estimaram em dez milhões de toneladas metálicas a reserva da primeira jazida prospectada”*.

Nesse sentido, as anteriores pesquisas de Artiaga deram-lhe crédito junto ao governo estadual para examinar a área de Niquelândia. Contudo, após verificar o campo junto à comissão japonesa e realizar coleta de amostras de minerais (cobalto e pechblenda), retorna a Goiânia solicitando de imediato uma audiência com o Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, a fim de comunicá-lo de suas convicções de que em Niquelândia havia um grande depósito de rádio e, que, apesar de não ter sido confirmado pelos japoneses, sua certeza advinha de uma amostra de cobalto encontrada em campo, que segundo o geocientista *“há uma lei que afirma que, onde há cobalto há radium. Bastava o cobalto para justificar”*.

As afirmações de Artiaga provocaram dúvidas e receios em um público, segundo ele *“de geólogos de gabinetes que vieram pelos cartazes, para negar a existência e as possibilidades de ocorrência de uma idade geológica em que pudesse aparecer radium onde só havia terrenos arenosos vermelhos”*. O especialista Axel Hoffgram, ao saber pelos meios de comunicação acerca das pesquisas de Artiaga, confirmou a já antiga existência de rádio no Brasil³².

Assim, Artiaga deu continuidade a suas pesquisas mineralógicas em Goiás afirmando em 1947 que: *“hoje, posso adiantar que encontramos o urânio não só naquele minério, como*

³² Antes se afirmava que existia rádio apenas no Canadá e na Noruega.

também em muitos outros que abundam em todo o Brasil Central, que tem zonas imensas e que são um só campo radífero. A última descoberta foi em veios de pegmatito de minerais de terras raras, contendo urânio e tório. Desses minerais uma amostra apresenta um pardo escuro de brilho vidrado, muito denso. Há grande quantidade de quartzo leitoso. A ocorrência é constituída de uma série de veios de pegmatitos. Ali o feldspato está totalmente caolinizado e o quartzo fragmentado. Existe na mancha tipicamente arqueana, mica esverdeada, fragmentada, havendo depósitos de caolim com os minerais de terras raras que ocorrem como acessórios disseminados no caolim entre as paredes encaixantes”³³.

Como resultado de suas pesquisas publicou documentos em *Geologia Econômica de Goiaz*, livro que foi distribuído para diversos países pelo Ministério do Exterior. O geocientista goiano recebeu homenagem de honra ao mérito da *Standard Oil Company of Brazil* pelo estudo sobre minério de rádio, demais que a Comissão Nacional de Energia Nuclear e Comissão de Física de São Paulo confirmaram a veracidade dos resultados de suas pesquisas.

Tanto o trabalho de Colemar Natal e Silva quanto o de Zoroastro Artiaga são estudos respaldados por uma visão de ciência reinante no período da confecção da obra, com objetivos e metodologia claramente definidos. Consideramos Artiaga um dos primeiros goianos estudiosos das Geociências do estado de Goiás, e os fatos relatados acima referem-se a apenas um dos estudos sobre os quais o geocientista debruçou-se, havendo vários outros.

Olhando por esse prisma, podemos afirmar que os membros fundadores do IHGG tinham objetivos de pesquisa definidos e, ao buscarem a criação de uma ‘*Casa de Saber*’, tinham claras propostas de desenvolvimento científico e cultural para Goiás.

Esse membros fundadores buscaram, a cada momento, promover no estado uma **política cultural**, ou seja, “*um conjunto coerente de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamentos*” (Cf. Certeau, 1995, p.195). Por meio dessa proposta de mudança de comportamento, eles se estruturaram enquanto **agentes culturais**, ou seja, “[exerceram] *uma das funções ou uma das posições definidas pelo campo cultural: criador, animador, crítico, promotor, consumidor etc*” (Cf. Certeau, 1995, p. 195). E enquanto **agentes culturais** buscaram a promoção do desenvolvimento do estado por meio do conhecimento científico e cultural. Uma das primeiras ações do IHGG para esse fim será a organização,

³³ Op. Cit. 07p.,1949.

conservação e classificação de documentos, que se encontravam dispersos pelo estado. Assim, seus membros se propõem juntar o “quebra-cabeças” da história do estado.

Na busca de um mesmo ideal para a construção de uma “*Casa de Saber*” e exercitando a montagem do “quebra-cabeças” da história de Goiás, os membros do Instituto iniciam a elaboração dos Estatutos da Instituição. A discussão dá-se no salão do Palácio da Instrução na cidade de Goiás em 29 de outubro de 1932 com a organização de uma comissão³⁴ responsável pela sua confecção. E em 17 de novembro de 1932 é apresentado por Agnelo Arlington Fleury Curado o primeiro projeto dos estatutos. Conta-nos a ata³⁵ que o mesmo foi lido e votado apenas em seu primeiro capítulo, pois com o adiantar das horas “encerrou-se a sessão, ficando designado o dia 24 do corrente para, no mesmo local e à mesma hora, se realizar a 6ª reunião da comissão provisória”. Em sessão realizada antecipadamente, no dia 22 do mesmo mês, Alfredo de Castro apresentou o Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e propôs “ser o mesmo, depois de convenientemente alterado e adaptado, aprovado como Estatuto da sociedade [IHGG]”.

Desse modo, foi por terra o trabalho da comissão designada a produzir um projeto estatutário, ficando esta apenas responsável pelas adaptações dos Estatutos do Instituto Brasileiro, a fim de adequá-lo às condições sociais e culturais que o Instituto regional comportava.

Definidos e divulgados em 14 de abril de 1933, os Estatutos do IHGG possuíam como diretrizes básicas o estímulo ao caráter de investigação histórica, geográfica, etnográfica e arqueológica do Brasil e principalmente de Goiás. Sendo seu papel o de coligir, conservar e classificar documentos, livros, cartas geográficas e outros objetos que pudessem fornecer elementos de informação e devessem constituir um arquivo, uma biblioteca, um museu histórico e mapoteca. O Instituto receberia em depósito os manuscritos e documentos que terceiros entregassem para serem abertos, lidos e divulgados em épocas determinadas; publicaria anualmente a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e nela seriam inseridos trabalhos e documentos relativos ao Brasil e, principalmente, ao Estado de Goiás. E por fim estabeleceria correspondência com as sociedades congêneres nacionais e estrangeiras³⁶.

Os Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás definem o número de 125 sócios para a Instituição, distribuídos da seguinte forma: cinco sócio grande-beneméritos, quinze

³⁴ A comissão era composta por: Agnelo Arlington Fleury Curado, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Dário Délio Cardoso, Colemar Natal e Silva e Alcide Ramos Jubé.

³⁵ Ata da 5ª reunião da Comissão Provisória para a fundação do IHGG.

³⁶ Conforme Estatuto do IHGG, redigido e publicado em 1933.

sócios beneméritos, trinta sócios honorários, quarenta sócios efetivos e quarenta sócios correspondentes.

Os Estatutos nos contam que o sócio efetivo, para ser aceito, deveria residir na Capital do estado, apresentar diretamente, ou por intermédio de algum sócio, trabalho de sua própria autoria sobre História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia, ainda inédito ou já estampado, que provasse a capacidade do referido candidato, perante uma comissão responsável³⁷. Após passar pela comissão responsável esta repassaria à Comissão de Admissão de sócios a fim de ser avaliada a idoneidade do mesmo e a “conveniência de sua admissão”. Em seguida seria realizada a votação “em escrutínio secreto” e, em caso de aprovação, o presidente do IHGG “*proclamá-lo-á sócio efetivo do Instituto*”. Este critério de seleção também era válido para os sócios correspondentes.

Seriam eleitos sócios honorários “*as pessoas de alta representação social ou que tivessem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia*”. Somente se tornariam sócios beneméritos os sócios efetivos e correspondentes que exercessem atividades na diretoria do Instituto ou prestassem serviços notáveis no período ininterrupto de dez anos. O último posto de ascensão de sócios era a categoria de sócio grande-benemérito, com no mínimo 20 anos na diretoria ou nas comissões permanentes.

O estatuto confeccionado em 1933 não sofre alteração em seu texto até o momento da confecção de outro estatuto (1975), porém, podemos verificar que as propostas de trabalho que aparecem no estatuto nem sempre são cumpridas ao longo de seus primeiros quinze anos de existência. Começamos por observar que no artigo 3º o estatuto afirmava que o Instituto deveria publicar anualmente a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (RIHGG) e nela seriam inseridos trabalhos e documentos relativos ao Brasil e principalmente ao estado de Goiás. O que vimos na trajetória do Instituto (1933 a 1945) é que ocorre apenas uma publicação da RIHGG em 1940 com artigos em homenagem a historiadores e políticos goianos, e apenas em 1972 volta a ser publicada a revista.

Todo esse esforço para criação do IHGG busca, a nosso ver, a construção de uma identidade regional. Para construir essa identidade regional e apresentar Goiás para a Nação, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás utilizará biografias de homens considerados de salutar importância regional, seja ela política ou cultural, para apresentá-las ao país. Ou através da

³⁷ A comissão poderá ser de História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia dependendo do teor do trabalho.

recuperação de estudos históricos elaborados por homens da *inteligência* nacional, os quais incorporam os estudos históricos ou geocientíficos sobre Goiás.

Podemos notar esses esforços quando nos reportamos às atas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e observamos a busca da integração de Goiás aos fatos históricos nacionais. Na sessão datada de 10 de abril de 1939, em homenagem a Raimundo José da Cunha Matos, o então presidente do IHGG, Colemar Natal e Silva, resolve comemorar o centenário da morte do homenageado. O destaque dado a Cunha Matos pelo orador do Instituto, Euclides Felix de Souza, se dá não só por esse ter sido sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas principalmente por haver exercido a função de Primeiro Governador das Armas da Província de Goiás (1823-1826) e por ter escrito a primeira Corografia Histórica da Província de Goiás. Até então, segundo o IHGG, não se encontrava *"nenhum trabalho sistematizado sobre o assunto senão relatórios sobre comércio, indústria, etc"*³⁸.

O orador busca na narrativa escrita por Cunha Matos, um caminho a fim de exprimir a *realidade* geográfica de Goiás, desmentindo aquela divulgada tão amplamente pelos viajantes, que há muito vigorava como imagem negativa do estado, de terra e gente hostis. Felix de Souza recorta dos estudos do homenageado a visão de Goiás de forte exuberância natural, quando afirma que Matos *"descreve os rios caudalosos como eles devem ser descritos com respeito e admiração. Falou em nosso clima, solo e subsolo, em nossa configuração geográfica como os sábios sabem narrar, com dados e indicações objetivas, estudos físicos e práticos. E por isto é que pode parecer árida, espessa, sem estilo – a sua Corografia Histórica da Província a seu poema de sábio"*.

Outro fato de relevância, a nosso ver, é a descrição da personalidade do homenageado feita pelo orador: aquele se configura como severo, mas científico, verdadeiro e honesto. Aparece, assim, a figura de um homem forte que busca a razão, e não a emoção, para realizar seu trabalho de homem da ciência. Este ponto se torna de relevo se levarmos em consideração que, por esse motivo, as descrições feitas por Cunha Matos sobre o estado se apresentarão como verdadeiras e assim confiáveis. O orador parece buscar, por meio de seu discurso, um caminho para exprimir a realidade do passado goiano. De fato, Felix Souza demonstra sua preocupação com a realidade local, e tal preocupação é uma coisa do presente e não de um passado histórico e glorioso que Goiás possuiu.

³⁸ IHGG, Ata 10 de abril de 1939, p. 30 verso.

Ao mesmo tempo, lembremos que o Instituto nasce em meio a uma conjuntura em que se lutava pelo poder político local: o IHGG, fruto de um projeto de modernização do estado de Goiás, apresenta-se à sociedade goiana como um veículo “moderno” de divulgação cultural e científica. O Instituto Histórico goiano representaria para o Estado um dos canais de aproximação com o cenário nacional, onde a História e a Geografia cumpririam o papel de construtoras de um passado glorioso para Goiás.

II. A Consolidação e a Dinâmica de uma “Casa de Saber”

Introdução

No capítulo que ora segue discutiremos a trajetória do IHGG nos anos de 1938 a 1962, analisando o seu reconhecimento público e a sua relação com o governo, para esse fim recorreremos aos decretos-lei sancionados pelo Estado. Apresentamos a dinâmica da *Casa*, as mudanças da direção da instituição, que ocorreram com a posse de Jarbas Jayme (1956), Zoroastro Artiaga (1956) e Gilberto Mendonça Teles (1962); as reuniões, principalmente aquelas que trazem enfoque regional e, finalmente, a publicação de sua primeira revista em 1940

1. A Casa: anos 38 a 45

Envolvidos pelas manifestações em torno da transferência da Capital do estado, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás suspende suas atividades por um período de cinco anos, que se estende de 17 de setembro de 1933, momento em que o então Interventor Federal, Pedro Ludovico, recebe homenagem do Instituto, até 25 de junho de 1938, momento em que ocorre a Assembléia Geral para o retorno das atividades da associação.

O retorno é marcado pelo decreto-lei número 824 de 10 de junho de 1938, o qual cede ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, segundo o artigo primeiro, *"a título de auxílio para sua organização, a importância de dois contos de réis, pagáveis em duas prestações de um conto, pela verba de Propaganda do orçamento e que se destina à aquisição da máquina de escrever, livros próprios para ata, registros de sócios, talões de contribuição mensal, reimpressão de 200 exemplares dos estatutos e mobiliário, etc"*.

O decreto-lei, em seu segundo artigo, *"concede gratuitamente ao Instituto a construção do edifício de sua sede e um lote na zona que será designada pela superintendência geral das obras de Goiânia, que deverá fornecer a planta do prédio, cujo orçamento não poderá exceder de 15:000\$000 (quinze contos de réis)"*.

Em seu terceiro artigo, o decreto-lei acima mencionado nos diz que as prefeituras do Estado serão obrigadas a contribuir uma única vez *"dentro do menor prazo possível, com a importância de 500\$000, 250\$000 e 100\$000, distribuídas para esse fim as prefeituras em 3*

classes, 1ª, 2ª e 3ª nelas compreendidas respectivamente as de renda superior a 100:000\$000, inferior a 100:000\$000 e superior a 50:000\$000, como auxílio à construção do edificio do IHGG, que se obrigará a estudar e emitir parecer, sem ônus para os cofres municipais, sobre todas as questões de história, limites, etc dos municípios sem prejuízo da legislação vigente, a respeito".

As verbas que as prefeituras '*doariam*' seriam, num primeiro momento, depositadas nos cofres do Estado e, num segundo, utilizadas para erguer o prédio sede do Instituto Histórico, ou como diziam seus membros fundadores, *erguer a guarita da História e Geografia de Goiás*.

É precisamente em 25 de junho de 1938, através de edital publicado no Correio Oficial, que os membros do Instituto Histórico goiano são convocados a participar de uma Assembléia Geral, voltando assim, às atividades normais dos trabalhos da associação.

Por meio desse decreto-lei o presidente do IHGG, Colemar Natal e Silva, busca estabelecer *ordem na casa*. Sua primeira atitude foi justificar os anos sem qualquer atividade na associação, apontando que, em virtude da mudança da capital, os membros do Instituto ora se encontravam em Goiânia, ora na cidade de Goiás. Este fato dificultou o andamento dos trabalhos do Instituto. Contudo, com o *assentar da poeira* e a grande maioria dos membros da diretoria já residindo em Goiânia, a Instituição retomaria suas atividades.

Natal e Silva sugere ao grupo que ao invés de ser criado outro Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, "*fosse aproveitado o trabalho árduo representado pela fundação da entidade anterior. Tendo a Assembléia Geral poderes para decidir soberanamente o destino do Instituto, propunha então, fosse ele apenas reorganizado.(...) O passo inicial para sua reorganização, seria o apoio oficial do governo, para quem apelava nos termos da representação então redigida, acompanhada de um projeto de decreto-lei regulando a situação e a vida do Instituto*"³⁹.

Sugestões aprovadas pelos membros, foi reempossada a diretoria eleita em 14 de abril de 1933. Ao serem restituídos aos seus respectivos cargos, o primeiro-secretário sugeriu novos nomes para compôr o quadro de sócios do Instituto, e logo foram aceitos os nomes de: Jeronymo Coimbra Bueno⁴⁰, Euclides Felix de Souza, José Neddemeyer, Iron da Rocha Lima, Zoroastro Artiaga, Joaquim Taveira, Nero Macedo e João Abreu.

³⁹ IHGG, Ata de 25 de julho de 1938, p. 09 verso e p. 10.

⁴⁰ Este assumiria o governo do Estado, com o apoio de Colemar Natal e Silva, no período de 1947 a 1951.

Dentre os nomes indicados e aceitos para juntar-se à *Casa*, Zoroastro Artiaga já se fez presente para representar o Instituto na reunião do Congresso Nacional de Geografia que aconteceria no Rio de Janeiro. E na mesma sessão é eleito para ocupar o cargo de 3º vice-presidente do Instituto Histórico goiano. Outros nomes de novatos iriam compôr a comissão de Etnografia.

Natal e Silva, reportando-se ao decreto-lei aprovado naquele mês pelo Estado, conta *"sobre as providências que havia tomado para a construção da sede social que já dispunha da planta, terreno designado para a sua ereção e terminou designando o dia 26 de julho para o lançamento da pedra fundamental"*⁴¹.

O governo, a partir do decreto-lei anunciado, realiza a primeira menção legislativa a favor do Instituto Histórico, aproximando ainda mais o IHGG do poder público. Tal aproximação do Instituto com o Estado dar-se-á pelo fato dos próprios fundadores manterem laços estreitos com o governo, ora ocupando cargos públicos, ora participando da vida privada do Interventor Federal. O processo de criação da *Casa* toma maior fôlego ao ser reconhecida oficialmente pelo Estado como instituição de utilidade pública em 21 de novembro de 1939 com o (decreto-lei nº 2.593). Até a aprovação desse, o Instituto permaneceria recebendo subvenções estaduais. A primeira, já citada, subvenção estadual no valor de 2.000\$000 (dois contos de réis) e a segunda no valor de 3.000\$000 (três contos de réis).

Por meio da segunda subvenção o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás fica encarregado de adquirir *"o arquivo do notável intelectual e historiador goiano Dr. Antônio Americano do Brasil"* e também de enviar ao Rio de Janeiro Euclides Felix de Sousa, orador do Instituto, a fim de solicitar subvenções ao governo federal.

Após a liberação das verbas estaduais o Estado se faz presente baixando mais dois outros decretos. Um em 18 de novembro de 1938, de nº 1.303, a fim de contratar o Sr. Armando Graziani para *"a construção do primeiro pavilhão do edificio daquela associação de acordo com a planta confeccionada pela Superintendência Geral das Obras de Goiânia e nos termos do decreto-lei número 824, de junho deste"*.

Outro decreto-lei, de 14 de agosto de 1939 (nº 2.358), autoriza a Diretoria Geral de Produção e Trânsito a terminar a construção de uma parte já iniciada do prédio do IHGG. Porém, nesta construção ficarão instalados *"alguns dos Departamentos da Administração Pública,*

⁴¹ IHGG, Ata já citada.



Foto 03 – Presença de Colemar Natal e Silva (canto esquerdo da sala) no momento da

pagando por isso o aluguel que combinar pelo tempo necessário à cobertura dos gastos efetuados”.

Somente após a aprovação e efetivação desses decretos-lei é que o IHGG será considerado de utilidade pública. Para tanto o Estado considerará o IHGG uma *“associação científica de duração ilimitada, tendo por objetivo o estudo da história, geografia e etnografia, com estatutos regularmente votados, registrados, personalidade jurídica, comissões permanentes em cada um dos ramos de sua atividade dispondo de sede própria nesta Capital;*

Considera, como público e notório que essa associação vem desenvolvendo intenso programa cultural, visando conservar, defender e aumentar o patrimônio histórico do Estado, aprimorando as fontes de sua intelectualidade nos diversos ramos do saber humano;

Considerando ser de alto relevo para o seu desenvolvimento cultural dispor o Estado de uma entidade, cujo principal objetivo é a guarda do espírito da tradição, indispensável à vida de povos civilizados”[Grifos meus].

À primeira vista, o gesto do Estado aparece como interessado somente no desenvolvimento cultural de Goiás. Contudo, ele também anuncia o IHGG como veículo de propaganda oficial. O Estado busca afirmar seus próprios interesses na medida em que, ao conceder meios do Instituto consolidar materialmente sua *Casa*, este por sua vez terá que prestar serviços ao Estado. Tais serviços seriam de cunho geográfico e histórico, como a elaboração das histórias dos municípios, resolução de divisas municipais e comemorações que convinhassem ao Estado.

Graças às subvenções estaduais os agentes culturais, construtores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, prosseguiram suas atividades e, em 13 de julho de 1938, o Instituto recebe em sua sede provisória o cientista brasileiro Othon Henry Leonardos⁴². Segundo relato da ata, o engenheiro geógrafo veio ao estado financiado pelo governo federal para estudar a navegabilidade do Rio Tocantins e, aproveitando a vinda aceitou o convite feito pelos membros do Instituto para conferenciar sobre a *“influência da formação geológica na formação das*

⁴² Othon Henry Leonardos nasceu em Niterói, estado do Rio de Janeiro, em 1899. Formou-se Engenheiro geógrafo em 1917, e engenheiro civil em 1919, pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Engenheiro do Serviço Geológico (1920), foi aprovado em 1923 em concurso para petrógrafo. Doutor em ciências físicas e matemáticas, em 1925 e, nesse mesmo ano, docente livre de geologia econômica. Lecionou, desde 1918, Mineralogia, Geologia e Metalurgia na Escola Nacional de Engenharia, na Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Distrito Federal, na Escola Técnica do Exército e na Escola Fluminense de Engenharia. Exerceu o cargo de Engenheiro de minas no Departamento Nacional de Produção Mineral de 1933 a 1938, transferindo-se depois para o Museu

civilizações. Nessa conferência analisou, ilustrando com um mapa de sua autoria, a exposição que fazia, a natureza de nossa formação geológica quer ainda no norte, demorando-se nas referências feitas às fabulosas riquezas naturais de São José do Tocantins – vasto repositório de ouro, prata, níquel, diamante e etc.”

A vinda do mineralogista ao estado de Goiás tem suas raízes na preocupação de Getúlio Vargas em construir um sistema de transporte e comunicação nacionalmente integrado, visando favorecer a penetração no *sertão* e a interligação dos mercados consumidores internos. Vargas propõe sanar, através de seu projeto governamental, a carência de transportes, o aproveitamento dos rios fluviais e os meios de acesso às riquezas do subsolo no Centro Oeste. Lembremos que as políticas do Estado Novo, principalmente aquelas voltadas para a ocupação econômica e demográfica do interior do país, como a “Marcha para o Oeste”, *“formavam um conjunto de ações governamentais bastante variado, que iam desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e construção de hospitais”* (Cf. Diniz Filho, 1993, p.91). Dentre essas medidas encontravam-se também a busca pela viabilidade de transportes fluviais e as pesquisas de minerais estratégicos no país. Para tanto, Vargas cria o *slogan* “valorização do sertão”, a fim de atingir suas metas políticas e ideológicas.

Naquele momento, Leonardos ocupava o cargo de engenheiro de minas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão federal criado em 1934. O DNPM, desde o momento de sua criação possuía o papel de estudar todos os assuntos relativos à produção mineral do país e ao ensino técnico correspondente, bem como os que se referiam ao conhecimento da geologia do território nacional e ao aproveitamento de águas superficiais ou subterrâneas para fins de produção de energia e irrigação⁴³. No Estado Novo, o DNPM possuirá uma nítida preocupação em dinamizar suas atividades de pesquisa pelo Centro Oeste.

Em 26 de julho de 1938 é realizada cerimônia para o lançamento da pedra fundamental do Instituto, estando presentes autoridades militares, civis, religiosas e o Interventor Federal, Pedro Ludovico. A solenidade dividiu-se em três momentos. O primeiro, com o pronunciamento do orador, Felix de Souza. O segundo, com as bênçãos do Reverendo Cônego Abel Ribeiro. O

Nacional. Assessor de minerais estratégicos na Diretoria de Material Bélico do Exército e no Conselho de Segurança Nacional (Cf. AZEVEDO, F. As Ciências no Brasil, 1994, p.347).

⁴³ Brasil, Ministério da Agricultura. Boletim do ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, Diretoria da Estatística de Produção, 20 (1-3) *apud* BONGIOVANNI (p. 39).

terceiro, com o discurso do presidente do Instituto, Colemar Natal e Silva. Este último ato da cerimônia nos interessa particularmente analisar.

Numa visão preliminar e de caráter geral, podemos perceber no discurso proferido por Natal e Silva o modo como a análise histórica do conferencista se desenrola, baseada fundamentalmente na história política do estado de Goiás. Contudo, ao buscarmos mais detalhes da interpretação dada para a história da região, é visível na narrativa a preocupação de Natal e Silva em organizar as informações históricas em uma seqüência cronológica e elaborando paralelos entre os atores eleitos por ele como representação simbólica de cada momento histórico. Para tanto, demarca tempos históricos e elege para cada tempo autores históricos, figuras-chaves, datas célebres e fatos memoráveis que irão, em sua visão, desempenhar papel unívoco para a região. O narrador vê o tempo como uma representação histórica e como um importante elemento para a construção do sujeito histórico.

Na construção do tempo goiano, Natal e Silva buscará três tempos para montar o quebra-cabeças da história regional. No primeiro tempo, *o ontem*, o bandeirante paulista exercerá o papel da figura simbólica de Goiás e será tido como o elemento fundamental para a inserção do estado de Goiás na pátria brasileira. Em seu segundo tempo, *o hoje*, Natal e Silva trabalha com a chegada da racionalidade científica, a ciência passa a ser o sujeito da história. E o terceiro tempo, *o amanhã*, sendo resultado do ontem e do hoje.

Nesse caso, fica clara a idéia de progresso: o narrador lança luz no presente pensando-o como resultado do seu próprio passado e visualiza o futuro como "*o tempo de colher os bons frutos do tempo: ontem e hoje*". Isso pode ser constatado já desde o início de seu discurso, quando se reporta ao passado como um momento da chegada dos bandeirantes em Goiás, expressando uma visão otimista da exploração de riquezas minerais como um elemento central para a unificação do território goiano ao país. Afirma o orador sobre o passado goiano: "*o ontem - a fanfarra estridente das bandeiras gloriosas iluminadas pelo ideal de conquista, acalentadas pelo sonho do ouro, bravas, indômitas, rasgando a entranha virgem e generosa das florestas seculares, alargando as fronteiras da Pátria (...) Fadigas, canseiras, febres, fome, luta com os índios e as feras, tudo levou de vencida o ideal que havia de fazer de nós um país grande pela sua extensão e por suas decantadas riquezas minerais. Os envios caminhos que não têm fim, as estradas salientes, longas, aspérrimas, guardam os lances desse drama épico da luta entre a*

natureza e o homem das bandeiras. O tropel da glória passou por cima de tudo, soluços, gemidos e dores, para que a Pátria brasileira crescesse como cresceu em extensão territorial".

O narrador, em seu segundo tempo, contempla a chegada do *hoje*, atribuindo à ciência o papel do sujeito histórico que está agindo e se refletindo na sociedade. Ele nos diz: "*Hoje - não mais a exploração desordenada, não mais a conquista bruta do solo e do gentio, não mais a fome do ouro e sim a preocupação extensa e profunda de se ligar o passado ao presente [grifos meus], de encontrar o sentido histórico, real, econômico, desses fatos e acontecimentos, dentro dos novos rumos que a sociologia nos aponta. Uniformizar, tornar homogêneos esses fatos para que, no seu curso evolutivo, o sociólogo encontre a significação, a razão de ser deles, orientados".*

Lembremos que o *hoje* para o narrador é 1938, momento que o Estado Novo já havia se instaurado e em que as ciências humanas haviam assumido o papel, no cenário nacional, de mecanismo que irá solucionar os problemas da Nação. O papel das ciências, aqui em especial da História e da Sociologia, será o de estudar e buscar soluções para os problemas da realidade do país, construindo dessa forma a Nação brasileira. E é por pensar assim que o IHGG se consolida, é dado a ele o mérito de Instituto científico que buscará trabalhar a fim de construir a Nação, apresentando a ela uma nova função econômica e política para a região goiana.

O *amanhã*, para o narrador, "será o remate de todas essas fases, na conquista gloriosa que uma época de cultura maior nos promete", e assim o orador finaliza a construção dos três tempos da história goiana.

Ao prosseguir com sua eloquente narrativa, Natal e Silva aponta a nova Capital do estado como sendo uma "*conquista gloriosa*". Uma conquista devida a Pedro Ludovico. Elabora um paralelo entre Bartolomeu Bueno e Pedro Ludovico. Para ele, esses são homens que proporcionaram a inserção de Goiás à Pátria. O primeiro, Bartolomeu Bueno, por ter permitido, por meio das bandeiras paulistas, o alargamento territorial brasileiro, sendo enquadrado nessa nova extensão política e econômica o estado de Goiás. O segundo, Pedro Ludovico, por ter construído a nova Capital do estado, introduzindo aí o discurso de modernidade em Goiás.

A Pedro Ludovico envia saudações pela construção da nova Capital e junto a ela a implantação definitiva do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que será visto como uma *Casa de 'orientação da cultura histórica'*.

Finalizando sua fala, o narrador estabelece um paralelo entre a cidade de Goiás (antiga Capital) e Goiânia (nova Capital), atribuindo a cada uma o papel que lhes cabe na História. A cidade de Goiás representará “o berço querido de tantas tradições preciosas que um dever cívico imperioso nos induz, não só a guardar como a defender”. Goiânia, nova Capital, é a cidade “das realizações ousadas, dos empreendimentos e iniciativas felizes e construtora em todos os setores da atividade humana, a cidade que já nasceu grande e já traduz tão bem a vertigem do progresso e da civilização contemporânea”.

Para Natal e Silva, *“Goiânia e Goiás são duas cidades que se completam, que devem se entender e que precisam viver unidas. Uma é a tradição - é o passado repleto de recordações gratas e afetivas, de glórias legítimas de louros imperecíveis, outra é a cidade do presente e do futuro a materialização da vertigem do porvir. Não basta o progresso material”*.

Assim, o narrador expressa o momento político vivido em Goiás. Momento marcado pelas rixas criadas pelos políticos da cidade de Goiás que eram contra a mudança da Capital, visto que havia interesses em jogo, não só políticos, como também econômicos e sociais. O narrador busca expressar os lugares que cabem no cenário goiano a cada cidade. E o faz em meio a uma ação conciliadora na qual não atribui a nenhuma delas valor pejorativo ou apenas uma valorização. À cidade de Goiás cabe ser o lugar das tradições goianas, das feições culturais, de conservação de memória e Goiânia, o arquétipo da modernidade. Assim o narrador, por meio da soma das duas cidades, finaliza a construção da história regional goiana, incorporando à dimensão temporal as transformações espaciais e sociais que o estado vinha sofrendo.

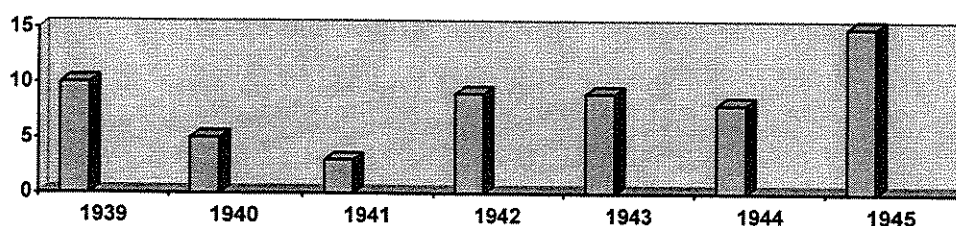
O discurso acima mencionado foi um dentre vários outros que discutiram as funções das cidades de Goiás e de Goiânia. Os membros do Instituto em cada sessão que mencionavam o assunto buscavam amenizar as rixas políticas e culturais ocasionada com a mudança da Capital, apresentando para a sociedade a perspectiva futura de Goiânia e, por meio dela, o avanço do estado de Goiás no reconhecimento da Nação.

No período que se segue à retomada das atividades da *Casa*, os membros realizam no decorrer de 1939-1945 um total de 59 sessões. Essas sessões tratam de discussões sobre a vida da Instituição, de homenagens a figuras nacionais regionais que, muitas das vezes, representavam o estado em nível nacional. Os temas das sessões, na sua grande maioria, mesclavam-se, discutindo assuntos internos da *Casa* e realizando homenagens em uma mesma reunião.

Para fins de melhor visualização da dinâmica institucional, vejamos, em seguida, no gráfico número 01, o balanço das sessões realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás entre 1939 a 1945. Período este definido por nós como o momento de consolidação da *Casa*, marcado pela liderança de Colemar Natal e Silva à frente da Instituição e pelo domínio político de Pedro Ludovico no estado de Goiás.

Gráfico 2.1

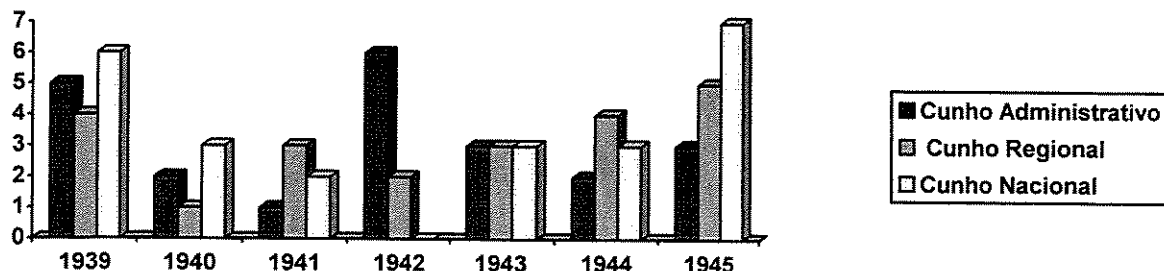
Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás : 1939-1945



Os índices registrados no gráfico acima ganham maior expressão quando acompanhamos o *cotidiano* do Instituto. No total das reuniões realizadas pela *Casa* estão aquelas em cuja pauta constou um único assunto ou aquelas que possuem uma diversidade de assuntos a serem tratados. E é comum, nas sessões do IHGG, mesclar homenagens com assuntos da vida da Instituição. Os assuntos não variam muito nesse período do Estado Novo. Concentram-se em três linhas gerais: 1) *Sessões para tratar da vida administrativa e social da Instituição* (construção da sede própria da Instituição; admissões de sócios; eleições, prestações de contas; assembléias gerais; discussões sobre decretos-lei aprovados ou em andamento); 2) *Sessões de cunho regional* (homenagens a políticos ou intelectuais goianos, datas célebres e comemoração de fatos políticos e sociais do estado de Goiás); 3) *Sessões de cunho nacional* (homenagens a políticos ou intelectuais de repercussão nacional; datas cívicas do Brasil). Para efeitos comparativos, o gráfico a seguir ilustra os assuntos tratados ao longo das sessões (1939-1945).

Gráfico 2.2

Sessões do IHGG nos anos 1939/1945



No âmbito da *Casa*, veremos que existe variedade entre os assuntos tratados. Os membros do IHGG elaboravam um programa cultural a todo início de ano. Este programa ficava restrito às homenagens e festas cívicas e não incorporava reuniões que discutissem o cotidiano do Instituto, pois esses assuntos deveriam ser obrigatórios.

A elaboração dos programas culturais teve início após a eleição da nova diretoria. Nesta eleição estavam concorrendo as chapas de Colemar Natal e Silva⁴⁴ e de José Honorato Silva e Souza⁴⁵. Sendo eleita para um novo pleito, a chapa liderada por Natal e Silva assumiu a presidência no biênio de 1939 a 1941.

Natal e Silva, ao ser reeleito, propõe uma agenda cultural para o IHGG para o ano de 1939, possuindo conferencistas que eram sócios do IHGG e professores de colégios estaduais que não compunham a classe de sócios do Instituto. É certo que existe oscilação no programa proposto, contudo, em sua grande maioria há um acréscimo de sessões. Vejamos o programa elaborado no início de 1939: no dia 20 de abril, palestra *em comemoração da morte de Tavares de Bastos*, proferida pelo segundo orador do Instituto, Euclides Felix de Sousa; no dia 30 de abril, *comemoração de morte de Floriano Peixoto*, proferida pelo Sr. Joaquim Carvalho Ferreira; no dia 21 de julho, sessão magna *em comemoração do centenário de Machado de Assis*, sendo que o Instituto iria sugerir ao governo dar o nome do homenageado a um colégio da Capital ou do

⁴⁴ Na chapa estavam concorrendo Colemar Natal e Silva (presidente), Agnelo Arnigton Fleury Curado (1º vice-presidente), Alcides Celso Ramos Jubé (2º vice-presidente), Zoroastro Artiaga (3º vice-presidente), Alfredo de Faria Costa (1º secretário), Joaquim Carvalho Ferreira (2º secretário), Dário Délio Cardoso (1º orador), Euclides de Sousa (2º orador), Joaquim Taveiro (tesoureiro). Cada participante da chapa recebeu vinte e dois votos.

⁴⁵ Na chapa estavam concorrendo José Honorato Silva e Sousa (presidente) recebeu um voto, Zoroastro Artiaga (1º vice-presidente) recebeu um voto, Manuel Gomes Pereira (3º vice-presidente) recebeu três votos, Newton Albernez

interior do estado. Essa conferência ficou a cargo do professor José Aparecido; no dia 07 de setembro, programa de *comemoração cívica*, e o presidente do Instituto faria a conferência; no dia 12 de outubro sessão especial para *comemorar o descobrimento da América*. Ao longo desse período haveria comemorações com visitantes ilustres a Goiás e *comemoração especial com a visita do Presidente da República* ao estado de Goiás, com a presença de compositores goianos. A festa seria litero-musical, nesse mesmo dia seria inaugurado o pavilhão do IHGG.

No decorrer de 1939, observamos que as solenidades planejadas para comemorar datas cívicas e homenagear políticos e homens da cultura nacional foram cumpridas e, em acréscimo, seria proposta uma programação cultural com a preocupação de homenagear as datas de falecimento de goianos ilustres, principalmente aqueles que participaram de “fatos memoráveis” do país como a *Retirada da Laguna* e a *Primeira Guerra Mundial*. Para tanto, cria-se uma comissão⁴⁶ para estudar quem deve ser homenageado e quando.

Assim se faz o cotidiano da *Casa*. Aparentemente, as sessões comemorativas do Instituto apresentam-se como sendo tranqüilas, sem divergências quanto às posições e visões historiográficas. Contudo, uma sessão para comemorar o descobrimento de Goiás registrada em ata indica uma ponta de divergência sobre a visão de História reinante no IHGG. Nesta comemoração, em 21 de julho de 1939, houve três conferencistas. O primeiro, Natal e Silva, salienta em seu discurso “*a bravura indômita dos bandeirantes paulistas que representavam a grandeza da raça*”. Natal e Silva pauta-se no determinismo econômico para construir sua pronunciamento e afirma que os fenômenos históricos do estado de Goiás “*vieram-se inscrevendo dentro dos capítulos da história pátria*”. O segundo orador, Lacerda de Athayde, pronunciou-se sobre seu desejo de transformar a cidade de Goiás em cidade histórica e diz que os fatos históricos considerados pela História Pátria eram repletos de mentiras e erros. Este logo foi contestado por Albatênio de Godoy. Godoy afirma que o caro colega estaria equivocado quanto às suas posições e visões históricas e aproveitou para exaltar “*nossa descendência luz*” confirmando o discurso proferido pelo primeiro orador. Para encerrar a divergência, Natal e Silva, finaliza a sessão dizendo que “*como intelectual acho que toda intolerância é condenável porque toda convicção é sincera*”.

(secretário) recebeu um voto, Manuel Gomes Pereira (3º vice-presidente) recebeu vinte e um votos e Joaquim Taveiro (tesoureiro) recebeu vinte e dois votos

⁴⁶ Composta por representantes de Goiânia (Agnelo Fleury e Zoroastro Artiaga) e de representantes da cidade de Goiás (Sebastião Fleury Curado e Joaquim Carvalho Ferreira).

As atividades do Instituto na década de 1930 encerram-se com a comemoração do centenário do Visconde de Mauá. Nesta mesma sessão foi feita a leitura do ofício que seria enviado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no qual se comunicava a comemoração realizada.

Em 1940 foi publicado o primeiro número da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (RIHGG). Nela encontram-se homenagens a homens que compunham o cenário da intelectualidade e da política goiana. Tanto assim que a revista foi destinada a homenagear a figura de Pedro Ludovico Texeira, naquele momento Interventor Federal de Goiás e Fernando Delgado Freire de Castilho, então presidente da Província de Goiás por volta de 1810. Além de homenagear essas duas figuras políticas a revista publica o artigo “*Tradições que Desaparecem*” do livro “*Goiaz: usos, costumes e riquezas naturais*” publicado por Victor Coelho de Almeida e o artigo “*Efemérides Goianas*” escrito por Gelmires Reis em homenagem à nova Capital.

A publicação do primeiro número da RIHGG tinha por objetivo escrever a História de Goiás. Afirmava o diretor da revista, professor Luiz Couto (1940, p.02), que ela: “*abrirá os fechados olhos até hoje, publicando a nossa história, defendendo os nossos direitos territoriais, a nossa situação de unidade federativa, o que é de verdade e de justiça que não pedimos, mas exigimos como é de direito*”.

Para Couto (1940) “*a História de Goiás, dentro da História do Brasil, é um capítulo de rara beleza capítulo quase desconhecido, mas que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás vai localizar em todos os seus detalhes, de maneira a desaparecer o conceito generalizado que esta terra, não é, apenas, uma expressão geográfica de valor secundário (...) o Instituto vai reivindicar o passado de glória da unidade rica e dadivosa, e descortinar, ela sua revista o que até hoje tem sido sepultado no silêncio do indiferentismo*” (RIHGG, 1940, p. 03).

Os esforços dos membros do Instituto goiano, por meio da revista, para construção de história regional pautando-se no reconhecimento geográfico e histórico de Goiás junto à Nação. É visível que o reconhecimento geográfico ficava por conta dos empreendimentos realizados pelo Estado Novo para a exploração do solo e sub-solo da região. Dizia a RIHGG sobre os empreendimentos de exploração: “*nestes últimos anos Goiás deixou de ser desconhecido: a sua vida, a sua administração, as suas possibilidades incalculáveis, a sua formidável riqueza latente do solo e sub-solo, já se vão, de maneira assombrosa, projetando em todo o país, e mesmo no estrangeiro, com desconhecido fulgor. Já não somos mais os selvagens de outrora; somos uma*

parte integrante da nacionalidade que quer vencer e vencerá dentro do Estado Novo e das imensas riquezas que nos assegurarão lugar proeminentes entre os maiores e mais poderosos Estados do Brasil”(RIHGG, 1940, p. 06).

Vale mencionarmos que durante os primeiros quinze anos de existência a divulgação dos recursos minerais e da cultura regional constituiu-se um dos principais papéis do IHGG. Era preciso naquele momento apresentar uma região de grande diversidade e de preciosos atributos naturais, forma essa encontrada para a incorporação do *sertão goiano* no processo capitalista que ora se configurava no país.

Os anos quarenta marcam uma série de comemorações e homenagens a homens e datas regionais e nacionais, além da participação dos membros do Instituto goiano em Congressos de História⁴⁷ e Geografia, e da participação do membro Zoroastro Artiaga no Conselho Nacional de Geografia (CNG). Este órgão, vinculado ao Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia foi criado em 1938. Nos conta Hemerly (1996, p. 04) que “*uma das primeiras tarefas dos integrantes do Conselho Nacional de Geografia foi o estudo de uma nova divisão territorial do país juntamente com a elaboração de mapas mais precisos*”. Esses mapas apresentariam as divisas municipais e estaduais do país, demarcando a divisão territorial do Brasil. Segundo a lei federal, o município que não cumprisse a elaboração do mapa para o Conselho perderia sua autonomia e seu território seria anexado a um dos municípios vizinhos⁴⁸. Para cumprir a missão que lhe foi designada pelo governo estadual, o membro do Instituto goiano, Zoroastro Artiaga, mapeia os municípios goianos e entrega o produto final ao Conselho Nacional de Geografia. Esse mapeamento do estado de Goiás foi citado em atas do Instituto em sessão de divulgação dos trabalhos realizados por Artiaga.

A fim de apresentarmos os assuntos abordados nos anos 40 e 45 pelo Instituto Histórico goiano optamos por organizar o quadro abaixo. Nele estão distribuídos os temas das sessões que tratam de temas regionais e nacionais.

⁴⁷ Podemos citar a participação no I Congresso de História ocorrido na Bahia, no período de 19 a 29 de março de 1949. O IHGG foi representado pelo membro professor Alfredo de Faria Costa e, coube a ele a presidência da sessão ‘História Econômica e Social’, à qual estavam presentes representantes de Portugal e Pedro Calmon, naquela reitor da Universidade do Brasil.

⁴⁸ Hemerly *apud* Conselho, Secretaria Geral. ‘Mapas Municipais’. Revista Brasileira de Geografia, v. I, nº 01. Rio de Janeiro: janeiro de 1939, pp. 80-89.

Quadro 2.2

Sessões Regionais e Nacionais do IHGG - 1940/1945

Data	Temas Regionais	Temas Nacionais
25 de março de 1940	A conferência dividiu-se em duas partes, a primeira dizia respeito a uma apreciação de Goiânia e na segunda foi discutida a possibilidade de trazer os restos mortais de Henrique Silva	Riquezas do Brasil
26 de julho de 1940	Descobrimento de Goiás	
10 de outubro de 1940		Comemoração do 4º Centenário da Fundação da Companhia de Jesus
19 de novembro de 1940		Comemoração do aniversário de Getúlio Vargas
05 de agosto de 1941	Descobrimento de Goiás	
18 de novembro de 1941	Contribuição do IHGG no Congresso de Brasília	Comemoração do primeiro decênio de Getúlio Vargas
06 de maio de 1941	Discutir os direitos autorais da obra de Derval Alves de Castro 'Comarca do Rio das Pedras'	
08 de julho de 1941		Entrega de diploma aos novos sócios: Getúlio Vargas, Carlos de Macedo Soares, Mário Augusto Teixeira de Freitas e General Emílio Fernando de Sousa Doca
07 de setembro de 1942	Entrega de diploma a Odorico Costa	
15 de dezembro de 1942	Homenagem ao professor e sócio do IHGG, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, falecido no mês de dezembro de 1942	
19 de abril de 1943	Conferência sobre os benefícios do governo Vargas no desenvolvimento de Goiânia	Homenagem a Getúlio Vargas

03 de agosto de 1943	Descobrimento de Goiás	
07 de setembro de 1943		Comemoração da Independência do Brasil
23 de outubro de 1943	Homenagem ao aniversário de Pedro Ludovico Teixeira	
11 de novembro de 1943		Programa do Congresso de Brasilidade: o Estado Nacional
18 de maio de 1944	Levantamento das coordenadas geográficas do Brasil em Goiás, discussão do limite territorial entre Goiás e Minas Gerais	
05 de julho de 1944	Comemorar a consagração da fundação de Goiânia	
26 de julho de 1944	Descobrimento de Goiás	
25 de agosto de 1944		Homenagem a Duque de Caxias
12 de outubro de 1944		Descobrimento da América
02 de dezembro de 1944		Conferência com Henrique Gonzalez 'Cartas Chilenas'
31 de dezembro de 1944	Conferência sobre a literatura em Goiás	
24 de fevereiro de 1945		Comemoração à Bandeira Nacional
21 de março de 1945		Comemoração do centenário de Barão do Rio Branco
21 de abril de 1945 ⁴⁹		Comemoração do centenário do Barão do Rio Branco
21 de abril de 1945		Comemoração da Inconfidência Mineira
25 de abril de 1945		Comemoração do centenário do Barão do Rio Branco
21 de maio de 1945	Comemoração da data de nascimento do escritor goiano Hugo de Carvalho Ramos e aniversário de morte de Henrique Silva	
21 de julho de 1945	Comemoração do Batismo Cultural	

⁴⁹ Nesta data são realizadas duas sessões, a primeira pela manhã e a segunda no período vespertino.

	de Goiânia	
15 de agosto de 1945	Discussão sobre a elaboração de álbum do goianos que participaram da 1ª Guerra Mundial	
25 de agosto de 1945		Comemoração a Duque de Caxias
28 de setembro de 1945	Homenagem a Felix Bulhões	
15 de agosto de 1945	A fim de denunciar a degradação do monumento histórico da Cruz do Anhangüera na cidade de Goiás.	
07 de setembro de 1945		Comemoração da Independência do Brasil
Total	19 sessões	18 sessões

Observarmos, por meio do quadro acima, que os temas mesclam comemorações e homenagens de datas e homens. Contudo, visualizamos nessa prática do Instituto uma discussão acerca da história regional que irá girar em torno do “*Descobrimento de Goiás*” e da “*Construção da nova Capital do estado*”. Por meio dessas duas discussões visualizamos uma preocupação dos membros do IHGG em zelar pelas tradições goianas, estabelecendo o que faz parte e o que não faz parte de Goiás, construindo dessa forma uma identidade regional, que iria negar a ordem estabelecida anteriormente por viajantes e historiadores que acreditavam que o *sertão* jamais seria incorporado à economia e à política nacional, por ser constituído de um natureza sem grandes recursos econômicos e de uma população de alarmante “pobreza cultural”.

Para combater essa visão negativa do *sertão* o Instituto divulgava para os seus frequentadores⁵⁰ sua concepção de História regional, a qual tinha como função apresentar o glorioso passado goiano. Daí a insistência dos membros na discussão acerca do descobrimento de Goiás realizado pelos bandeirantes, os quais eram vistos como um mito heróico, aparecendo algumas vezes como lenda. Podemos perceber esse fato na conferência de 26 de julho de 1940 quando o orador “*relembra a lenda poética do prato de álcool queimado por Anhangüera*”, segundo nos conta a ata, Goiás nascera sob os signos de ouro e fogo. Essa visão refere-se à chegada dos bandeirantes em Goiás e de seu encontro com os indígenas que aqui habitavam. A lenda nos conta que Anhangüera, na presença dos indígenas, colocou álcool em um prato e

⁵⁰ Deixamos claro que os frequentadores do Instituto foram professores, alunos, autoridades políticas, militares e religiosas entre outros. Configurando, na grande maioria das sessões realizadas nos primeiros quinze anos um número elevado de convidados.

acendeu fogo dizendo aos indígenas que o álcool era água e que ele iria incendiar a água, caso eles não se rendessem.

Contudo, os conferencistas apresentavam os bandeirantes como homens de coragem, responsáveis pelos primeiros passos da incorporação de Goiás à Nação. Essa visão era a mais divulgada pela *Casa*, principalmente por Colemar Natal e Silva que compreendia os bandeirantes como os principais condutores do *sertão* ao *litoral*, já que as bandeiras proporcionaram a ocupação de espaços vazios e a incorporação econômica do *sertão* a Nação.

Nesse sentido, a figura do bandeirante divulgada pelo IHGG “*um dos desdobramentos do mito do sertão (...) responsável pelo aumento do espaço territorial da colônia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. O movimento das bandeiras constitui a principal experiência de fronteira na história brasileira*” (Oliveira 1998, p. 204). Daí a importância dos bandeirantes para a História de Goiás, daí sua divulgação pelos membros da *Casa*.

As atenções não eram somente voltadas para os bandeirantes quando se falava em história regional, mas também para a construção da nova capital do estado de Goiás. O Instituto goiano participou ativamente da comemoração do Batismo Cultural de Goiânia, além de elaborar várias solenidades para homenagear a mudança da Capital. Esse fato nos apresenta um quadro político a favor de Pedro Ludovico Teixeira. Mas não foram somente essas solenidades que compuseram as discussões regionais montadas pelo IHGG, aparecem também as comemorações das datas e fatos históricos nacionais e regionais.

Olhando por esse prisma, as reuniões sobre a questão regional tomam fôlego, mas os membros do Instituto não deixaram para trás as discussões sobre as “*biografias da nação*”⁵¹. Dentre essas destacaremos a figura de Getúlio Vargas, intensamente homenageado, não só por decisão dos próprios membros do Instituto, mas também por pedido do governo do Estado de Goiás ou por pedido de instituições nacionais que criaram o Congresso Nacional de Brasilidade.

Este último, o Congresso Nacional de Brasilidade, foi concebido pela *Sociedade de Homens de Letras do Brasil* sendo o primeiro realizado em 12 de novembro de 1941, no salão do Instituto Lafayette⁵². Tendo como meta a divulgação do Estado Novo, os “brasilianistas” afirmam, através dos meios de comunicação, que esse era um “*movimento intensivo de exaltação*

⁵¹ O termo foi usado por Heloisa Domingues “A noção de civilização na visão dos construtores do Império: a revista do IHGB: 1838 – 1950/60” para retratar parte da discussão sobre História Nacional divulgada pelo IHGB.

⁵² Participaram desse Congresso nomes como dos escritores: Edgar Sanches, Sílvia Moncorvo, Edgar Susseckind de Mendonça, J.G. de Araújo Jorge e Arnaldo Damasceno Vieira.

*cívica, em todas as esferas das atividades brasileiras, dentro do espírito do Estado Novo*⁵³. Verificamos que ocorreu um apelo por parte das instituições realizadoras da manifestação, evidentemente, influenciadas pelo “pedido” do governo federal a todas as regiões brasileiras para a realização do evento, justificado pelos organizadores como revigoração das manifestações ocorridas no período da independência brasileira. Assim eles se referiam ao Congresso: *“Precisamos, outrora, de brasilidade para conquistar e firmar a nossa independência; hoje precisamos dessa mesma brasilidade talvez em dose maior, para que essa independência não seja, de forma alguma, diminuída. Um Congresso de Brasilidade é, pois, um toque de reunir de espíritos e corações, um meio para criar, manter e desenvolver tudo quanto possa unir os brasileiros, tudo quanto possa conjugar os esforços de todos os brasileiros. Esse espírito de união e essa convergência de amor pela Pátria realizam coisas estupendas como estamos observando neste próprio e angustioso momento que o mundo está atravessando*”⁵⁴.

Contudo, antes mesmo de sua divulgação, ocorreu no IHGG uma homenagem a Getúlio Vargas, sendo esta realizada em 09 de novembro de 1940. Nela, os membros do Instituto elaboraram um decreto-lei a ser enviado ao Interventor Federal de Goiás, solicitando que, na data da instalação oficial da nova Capital e do Congresso Nacional de Educação, fosse erguida a estátua de Getúlio Vargas em Goiânia.

O Congresso Nacional de Brasilidade impulsionou um total de quatro sessões comemorativas realizadas no Instituto goiano. Ele foi realizado em todo o país, a fim de comemorar o primeiro decênio do governo de Getúlio Vargas. O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás promoveu solenidade que contou com os discursos de Colemar Natal e Silva, com o título *“Realizações do Estado Novo no Brasil Central”*, e de Alfredo de Faria Castro sobre *“A ação do Interventor Federal, Pedro Ludovico Teixeira, no Estado Novo”*. Através dessa sessão e de algumas outras, com a presença de um grande número de profissionais do ensino goiano e altas autoridades, divulgaram-se os benefícios do Estado Novo para o estado de Goiás⁵⁵. A participação do Instituto goiano na divulgação do Congresso de Brasilidade, a nosso entender, possuía como principal objetivo o pensar Goiás como integrante da Nação brasileira por meio da divulgação da “Marcha para Oeste”.

⁵³ PRAZERES, Oto. Primeiro Congresso de Brasilidade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31 out. 1941.

⁵⁴ Idem ibidem.

2. A Casa: anos 46 a 62⁵⁶

No decurso dos anos 1946 a 1962 o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás possuiu 04 presidentes. O primeiro, Natal e Silva, prosseguiu na presidência desde os anos 30 até o ano de 1955. No período que aqui nos interessa Natal e Silva presidiu o IHGG nos anos 46 a 55, promovendo um total de 35 reuniões, que mesclavam sessões solenes para admissão de novos sócios⁵⁷, homenagens a sócios fundadores falecidos, comemorações de datas cívicas, homenagens a personagens nacionais e regionais, eleições e apresentações de relatórios de atividades da instituição.

Ao investigarmos os livros das atas da gestão Natal e Silva notaremos que ocorreu uma diminuição dos trabalhos regionais, se compararmos aos primeiros quinze anos de funcionamento do IHGG, nos quais as preocupações com a discussão sobre Goiás foram expressivamente enfocadas. Nesse sentido, com o enfoque das discussões ‘invertido’, os temas abordados a partir de 1946 a 1955 foram distribuídos entre homenagens a ‘símbolos nacionais’, como Tiradentes, Dom Pedro I, Rui Barbosa e Duque de Caxias, e a ‘datas simbólicas nacionais’, como Independência do Brasil, Proclamação da República, Abolição dos Escravos e Descobrimento da América. Observando os temas escolhidos para as sessões fica explícito o caráter de culto aos grandes vultos, caracterizando uma história cronológica de fatos e datas.

Contudo, as sessões não eram apenas para comemorar e homenagear. Havia, evidentemente, as discussões sobre o andamento das atividades da *Casa* e nelas constatamos a ausência de solicitação e de recebimento de subvenções estaduais. Ao nosso ver, esse fato pode ter ligação com a mudança de governo que ocorreu nas eleições de 1946, na qual disputava o

⁵⁵ O Congresso de Brasilidade tinha uma função ideológica, na medida em que visava tornar pública uma imagem positiva do chefe da Nação, seja por meio de propaganda de sua própria personalidade ou de suas obras na construção do Estado Nacional.

⁵⁶ Gostaríamos de deixar claro que todo o período que cobre os anos 1946 a 1962 possui atas que estão em sua grande maioria incompletas, ora ilegíveis, ora contêm apenas a data, a hora, o tema e as assinaturas dos participantes, proporcionando uma dificuldade de compreensão dos discursos transcritos. Procuramos em outras instituições e em relatos orais dados que pudessem nos auxiliar, mas, infelizmente, localizamos apenas dados biográficos. Destacamos que os discursos ora apresentados foram retirados das reproduções publicadas no livro “Realizações e Projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás”. Nesse sentido, só aparecerão aqui discursos proferidos por Natal e Silva.

⁵⁷ Em sua gestão houve a admissão como sócios correspondentes de Hélio Viana e Heráclito Amâncio.

poder político o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno pelas forças coligadas de Goiás e José Ludovico de Almeida pelo Partido Social Democrata⁵⁸.

No período da campanha eleitoral, Natal e Silva discordou das posições políticas de Ludovico Teixeira, partido ao qual até então era filiado, e passou a apoiar Coimbra Bueno. Este, por sua vez, vence as eleições, mas para a Assembléia Legislativa foram eleitos deputados do partido de Ludovico Teixeira. Apesar do apoio político de Natal e Silva a Coimbra Bueno, o Instituto ira sentir reflexos da discordância política ocorrida entre o seu presidente, quase vitalício, e o homem que governou Goiás durante o Estado Novo. Fato esse visível quando observamos as coleções de leis do estado e nos deparamos com a inexistência de subvenção para o Instituto. Lembremos que as subvenções que possibilitaram a criação e implantação do IHGG ocorrem no governo de Ludovico Teixeira, momento em que Natal e Silva ocupou o cargo de procurador geral do Estado. Nem mesmo com a volta de Pedro Ludovico Teixeira ao governo goiano 1951 a 1954 ocorreu qualquer menção de participação nas reuniões do Instituto ou de qualquer homenagem do IHGG ao seu governo.

Convém notar que Coimbra Bueno, já com o cargo de governador do estado, compareceu a uma das reuniões promovidas pelo Instituto. Essa reunião não era para homenageá-lo, mas havia um número expressivo de pessoas presentes, desde membros, secretários, alunos e professores de escolas públicas. Esta reunião foi a última em que a *Casa* contou com a presença de um governador.

Contudo, se o governador não prestigiava mais as reuniões do IHGG, o Instituto se fez presente em festividade organizadas por ele, o que pode ser verificado na festividade ocorrida em agosto 1947. O Instituto participou da inauguração do monumento “O Anhanguera”, na Praça Bandeirantes⁵⁹, no centro da cidade de Goiânia. Coleman Natal e Silva ficou encarregado de proferir discurso para o governador, o presidente do Tribunal de Justiça, o secretário geral do Estado, pessoas que se aglomeravam para participar das festividades e o presidente e membros da embaixada de estudantes paulistas. Segundo nos conta a fonte consultada⁶⁰, a iniciativa das

⁵⁸ Segundo Itamir Campos “o candidato da coligação, engenheiro construtor de Goiânia, não teve militância política em Goiás. A sua candidatura, além do apoio da UDN, conta com o respaldo da Esquerda Democrática e da ‘dissidência pessedista’. (...) De acordo com os dissidentes, a candidatura pessedista havia sido imposta por Pedro Ludovico, presidente do partido e primo do candidato, sem a devida consulta aos órgãos deliberativos do PSD”. (1985, p.102)

⁵⁹ Essa praça localiza-se na junção entre as duas principais avenidas da cidade de Goiânia – Av. Anhangüera e Av. Goiás.

⁶⁰ Realizações e projetos de Coleman Natal e Silva no campo da cultura em Goiás, 1989, 487p., p. 277-278.

festividades foram dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da cidade de São Paulo.

Em todo seu discurso a versão histórica de que as bandeiras foram as responsáveis pela existência e alargamento da Nação brasileira fica explícita. Como é visível no pronunciamento a seguir: *“à proporção que as bandeiras entravam, sucediam-se os povoados e o comércio, as vilas e as cidades, que foram ficando como atestados vivos e perenes dessas conquista extraordinária! Era o Brasil que nascia, crescia, grande, forte, destemeroso”* (Natal e Silva 1989, p.278).

Comungando uma visão da historiografia de que os bandeirantes seriam os verdadeiros construtores da nacionalidade pela bravura e integridade de sua conduta (Cf. Oliveira, 1998), Natal e Silva ressalta os laços de ligação entre o estado de São Paulo e Goiás. Para ele,

“Goiás que é filho da bravura hercúlea dos bandeirantes paulistas, Goiás que se sente ligado à gloriosa paulicéia por tantos e significativos laços de afinidade, Goiás que admira a capacidade realizadora da gente paulista e de seu governo atual, Goiás encontra, neste gesto que o ato de hoje simboliza, mais um motivo de união e de solidariedade entre nós, goianos, e vós, paulistas” (Natal e Silva, 1989,279).

Esse ponto de vista acompanhará Natal e Silva por um longo período. Basta observarmos que no final dos anos 70, na inauguração do Departamento de História e Geografia, (ou como também era chamado, Instituto Histórico e Geográfico da cidade de Goiás), houve uma presença expressiva de instituições paulistas, tais como a *Ordem Nacional dos Bandeirantes*, como era de se esperar quando se exaltavam as figuras dos bandeirantes paulistas e sua bravura na conquista do ‘oeste’ do país. Prevalecendo a visão de que a História “decifra” o futuro, Natal e Silva afirma *“o panorama social, político e econômico do Brasil de hoje, faz crer que nos mostraremos à altura da missão que o determinismo histórico nos reservou, dentro e fora das Américas”*[grifos meus] (Natal e Silva, 1989,p.279), determinismo esse tão caro ao IHGB desde os primórdios de sua criação.

Em março de 1949 o Instituto resolveu enviar um representante para participar do I Congresso de História da Bahia. O IHGG foi representado pelo sócio professor Alfredo de Faria Costa e coube a ele a presidência da sessão *“História Econômica e Social”*, sendo aí apresentados os seguintes trabalhos: *“Navegação entre Portugal e a Bahia: 1801 a 1808”*; *“O Visconde de Camamú e o derrame de moedas falsas de cobre na Bahia”*; *“A lavoura canaveira nas Antilhas e no Brasil: primeira metade do século XVIII”*; *“A força motriz nos problemas de*

técnicas da indústria e do açúcar colonial"; "Os primeiros vinte anos da extração do ouro documentado da Bahia"; e, por último, Pedro Calmon apresentou seu trabalho intitulado "Formação econômica da indústria açucareira da Bahia".

Em cerimônia realizada em dezembro de 1953 para entrega de diploma de sócio honorário⁶¹ ao general Aguinaldo Caiado de Castro, os membros do Instituto reuniram-se para ouvir o relato de vida e o currículo do novo sócio. Nessa cerimônia nos interessa destacar a primeira parte do discurso do orador, no qual fica caracterizado o papel que Instituto exercerá, principalmente, ao longos dos anos 50 que é o de homenagear e cultuar vultos nacionais. Assim afirma o orador: *"vivendo a quietude austera e no ameno recesso de suas pesquisas e estudos históricos, inteiramente voltado para os superiores objetivos que constituem sua razão de ser, alheio ao ruído dos acontecimentos meramente sociais ou de natureza política, cujo manifestação lhe é terminantemente vedada, não seria, contudo, acertado, nem justificável que o Instituto Histórico e Geográfico, reconhecido de utilidade pública, ficasse inibido de conferir a cientistas, historiadores, geógrafos ou grandes vultos nacionais, o título de benemerência a que fizerem jus"* [grifos meus] (Natal e Silva, 1989,p.291).

Nessa afirmação fica transparente o caráter de neutralidade política que a instituição assume, contudo, não foi essa a história vivida ao longo dos seus anos de criação e implantação. Lembremos, como um exemplo, o apoio do Instituto à transferência da Capital do estado e junto o apoio ao governo Pedro Ludovico. Mas, segundo Certeau, toda instituição cultural e/ou científica narra para si própria o conto do 'não fazemos política aqui'. Mas trata-se, continua Certeau (1993, p.228-229), *"de um apólogo que, na verdade, quer dizer que se faz a 'boa' política, a que não tem necessidade de ser explicitadas nem escolhida, uma vez que já está escrita com todas as letras na instituição científica"*.

Natal e Silva deixou o cargo de presidente do Instituto em 1956, e em seu lugar assumiu Jarbas Jayme, que permaneceu por apenas dois meses, renunciando ao cargo em 13 de maio de 1956. Segundo se manifesta o membro do IHGG, Alfredo de Faria Castro: *"o Sr. Jarbas Jayme havia sido eleito para completar o biênio correspondente a 1954 a 1956, devendo portanto, a eleição do Zoroastro Artiaga referir-se ao prazo a transcorrer desta data até vinte e quatro de*

⁶¹ Esse era o quarto diploma de sócio honorário entregue pelo IHGG, os três anteriores foram para o Barão de Ramiz Galvão, Presidente Getúlio Vargas e Pedro Calmon.

fevereiro de 1958, quando por força dos Estatutos se farão as eleições para o biênio a iniciar-se nessa data com a renovação de diretoria do instituto” (IHGG, Ata 13 de maio de 1956, p. 01).

Zoroastro Artiaga assumiu a presidência em 1956 permanecendo até 1962, e teve como marca de suas gestões várias comemorações de datas nacionais e, como ele mesmo chamou, datas universais que eram representadas pelo “*descobrimento das Américas*” e pela “*queda da bastilha*”. Apenas a figura de Tiradentes apareceu nas reuniões como a personagem heróica do Brasil ou como era chamado pelos membros – o proto-mártir da Independência.

É interessante observarmos que Artiaga não promoveu nenhuma reunião sobre os temas geocientíficos em que trabalhava, pelo contrário, centrou sua atenção apenas na história pátria, dando atenção somente à data de fundação da Instituição e nenhum história regional. Fato esse que nós admiramos, visto que escreveu diversos artigos e livros sobre a cultura e a história regional. Ao investigarmos os livros de atas desse período encontramos em sua grande maioria, reuniões em que consta o tema “sessão ordinária para expediente normal”, mas não consta em nenhuma das atas, o que seria esse “expediente normal”, ficando dessa forma impossível analisarmos o que realmente ocorreu em sua gestão. Apenas, em algumas atas, há um pequeno resumo dos assuntos tratados. Provavelmente, o IHGG funcionou apenas burocraticamente, e essas sessões garantiram somente que a instituição não fechasse as portas.

Em 1962 assumiu a presidência do IHGG Gilberto Mendonça Teles. Escritor e professor doutor pela PUC do Rio Grande do Sul, Mendonça Teles ocupou, por meio de concurso público, o cargo de professor de Língua Portuguesa e Lingüística Geral na Universidade Federal de Goiás, e foi, nesta mesma universidade, coordenador e executor dos planos de estruturação do Centro de Estudos Brasileiros, bem como seu diretor. Ministrou aulas no Curso de Pós-Graduação da Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ministrou cursos especiais sobre literatura e lingüística nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e nos países Uruguai e Portugal. Publicou diversos livros, dentre eles: “Poesia: Alvorada” (1955); “Estrela d’alva” (1956); “Planície” (1958); “Fábula de Fogo” (1961); “Pássaro de Pedra” (1962); “Sintaxe Invisível” (1967); “A Raiz da Fala” (1972).⁶²

A última sessão do Instituto na década de 1960 foi marcada pela posse de Gilberto Mendonça Teles em 1962, depois a Instituição só volta a funcionar na gestão de Toledo França

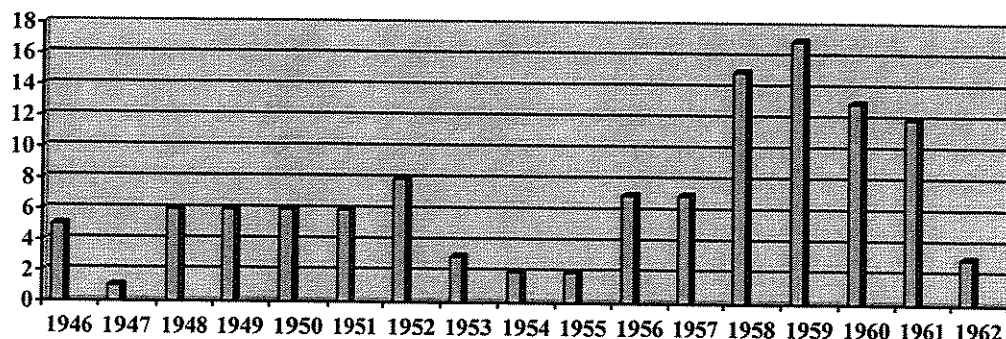
⁶² Dados coletados na Academia Goiana de Letras.

em 1970. Lembremos que nesse período o prédio do IHGG foi emprestado para o Centro de Estudos Brasileiros da UFG, dirigido por Mendonça Teles, e apenas foi devolvido em 1970⁶³.

Para visualizarmos com mais detalhes optamos por apresentar o gráfico abaixo apresentando a distribuição de reuniões no período aqui estudado.

Gráfico 2.3

Reuniões Realizado no IHGG (1946-1962)



O período compreendidos pelos anos 1958 a 1962 fazem parte das duas gestões de Zoroastro Artiaga, no qual ocorreu um número expressivo de reuniões se comparados a outras épocas apresentadas no gráfico. Contudo, esse elevado número de reuniões representa apenas, como dizem as atas, “sessões ordinárias para expedientes normais”.

Vejamos a seguir o temas abordados nas reuniões do Instituto:

Quadro 2.3

Assuntos Abordados nos anos 46/61⁶⁴

Data	Tema Regional	Tema Nacional
15 de março de 1946	Homenagem a Pedro Ludovico	Comemoração a nova constituição federal
01 de agosto de 1946	Homenagem ao Arcebispo de Goiás – Dom Emanuel Gomes de Oliveira	
21 de junho de 1948	Homenagem a Luiz Ramos de Oliveira Couto – membro do IHGG	
07 de setembro de 1948		Comemoração da Independência do Brasil

⁶³ Discutiremos esse assunto no próximo capítulo.

⁶⁴ O ano de 1962 ocorreu apenas duas sessões, uma para a eleição, na qual foi eleito Mendonça Teles e, a outra, para sua posse. Não havendo dessa forma qualquer sessões que apresentassem temas regionais ou nacionais.

05 de outubro de 1948		Comemoração do Centenário da nascimento de Ruy Barbosa
25 de agosto 1949		Comemoração do centenário do nascimento de Duque de Caxias
07 de setembro de 1949		Comemoração da Independência do Brasil
15 de novembro de 1949		Comemoração da Proclamação da República
21 de abril de 1950		Comemoração de Tiradentes
07 de setembro de 1950		Comemoração da Independência do Brasil
15 de novembro de 1950		Comemoração da Proclamação da República
02 de dezembro de 1950		Comemoração da data natalícia de Dom Pedro I
26 de julho de 1951	Comemoração da data de descobrimento de Goiás	
07 de setembro de 1951		Comemoração da Independência
12 de outubro de 1951		Comemoração do Descobrimento da América
01 de março de 1952	Homenagem à memória do sócio Vasco Reis Gonçalves	
26 de julho de 1952	Comemoração do Descobrimento de Goiás	
07 de setembro de 1952		Comemoração da Proclamação da República
15 de novembro de 1952		Comemoração da Proclamação da República
13 de maio de 1953		Comemoração da Libertação dos Escravos
07 de setembro de 1954		Comemoração da Independência Nacional
21 de abril de 1956		Comemoração de Tiradentes
13 de maio de 1957	Comemoração da Fundação do IHGG	
07 de setembro de 1957		Comemoração da Independência do Brasil
12 de outubro de 1957		Descobrimento da América
15 de novembro de 1957		Comemoração da Proclamação da República
21 de abril de 1958		Comemoração do Descobrimento do Brasil
15 de junho de 1958	Comemoração da Fundação do IHGG	
07 de setembro de 1958		Homenagem a Heróis da Independência
12 de outubro de 1958		Comemoração da Proclamação da República
13 de maio de 1959		Comemoração da Abolição dos Escravos
07 de setembro de 1959		Comemoração da Proclamação da Independência
15 de novembro de 1959		Comemoração da Proclamação da República
21 de abril de 1960		Homenagem a Tiradentes

13 de maio de 1960		Comemoração da Abolição dos Escravos
07 de setembro de 1960		Comemoração da Independência do Brasil
12 de outubro de 1960		Comemoração do Descobrimento da América
24 de fevereiro de 1961	Comemoração de Fundação do IHGG	
21 de abril de 1961		Comemoração da Insurreição Mineira
13 de maio de 1961		Comemoração da Abolição da Escravatura
07 de setembro de 1961		Comemoração da Independência do Brasil
12 de outubro de 1961		Comemoração do Descobrimento da América
15 de novembro de 1961		Comemorar a Proclamação da República.
Total	09	35

Ao longo da trajetória do Instituto observamos que as homenagens e comemorações fizeram parte de seu cotidiano. Ao observarmos o quadro apresentado acima construído a partir das atas dos anos de 1946 a 1962, veremos que, nesse período, as práticas exercidas pelo Instituto organizaram-se majoritariamente em torno de comemorações de datas cívicas e homenagens a personagens públicos no âmbito nacional. Caracterizando, mais fortemente, a prática legitimadora de rituais cívicos que, não podemos esquecer, foram significativas na trajetória dos IHG no Brasil. Essa predominância faz com que essa fase diferencie-se das demais fases do Instituto goiano, mas não significa afirmar que nos outros períodos não ocorreram homenagens ou comemorações, mas sim que elas aconteciam mescladas a outras atividades, ou eram muito raras, como ocorreu nos anos 70.

Mais detalhadamente, podemos observar que, em todo esse período, o Instituto dedicou 80% de suas sessões a divulgar datas e biografias de caráter nacional, e apenas 20% para datas e biografias regionais. Para isso foram convocados os especialistas em biografias do IHGG, aqueles que traçam o perfil dos sujeitos que já se foram e que ingressaram na posterioridade (Cf. Abreu, 1996) pelas ‘mãos’ de instituições. Esses biógrafos dedicaram-se, principalmente, a conferenciar sobre a vida pública de diversos personagens da história nacional, como Rui Barbosa, Duque de Caxias, Tiradentes e Dom Pedro I. As biografias regionais, com uma pequena representatividade, apareceram numa homenagem a Pedro Ludovico Teixeira⁶⁵ e a dois falecidos

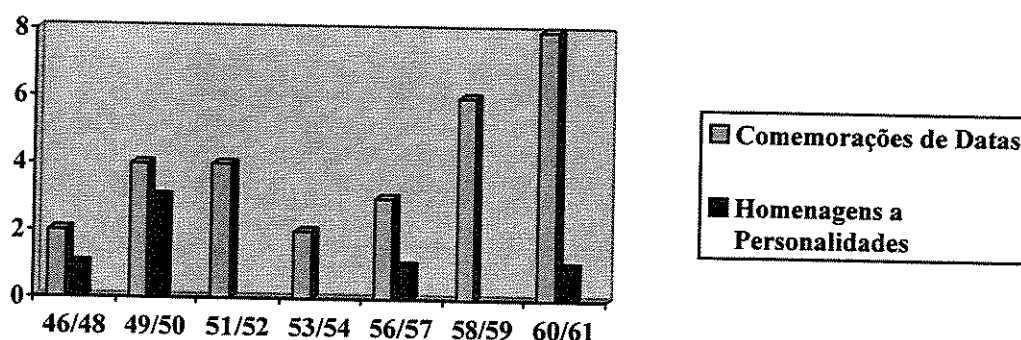
⁶⁵ Essa homenagem ocorreu ainda em 1946, momento em que Ludovico Teixeira era governador do Estado.

sócios fundadores do IHGG. Dessa forma, o IHGG enalteceu ‘nomes símbolos’, ou usando as palavras de um membro, homenageou nomes que para o IHGG “*sintetizam a pátria, significam glória, encerram como que a voz de uma nacionalidade, um breve concerto de sua pronúncia*” (RIHGG, p. 11,1977).

Mas, com já dissemos, não só os personagens foram alvo das reuniões, houve, principalmente, um grande número de comemorações das datas nacionais, como pode ser visualizado no gráfico que segue:

Gráfico 2.4

Sessões de Comemorações e Homenagens no IHGG (1946-1961)



Ao observarmos os dados do gráfico acima podemos dizer que o IHGG caracterizou-se no período de 1946-1962, como lugar de comemorações cívicas, realizadas, algumas vezes, para um público de alunos e professores das escolas públicas de Goiânia. Fato esse típico do início deste século e que permaneceu na rede de ensino, com intensidade, por um longo período. Segundo Bittencourt (1997, p.43), “*as atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às ‘datas nacionais’ e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades que foram englobando sob o título de ‘cívicas’ compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar*”. Podemos considerar as homenagens e comemorações como um dos mecanismos encontrados pelo IHGG para a elaboração e divulgação da sua versão da história pátria.

Nesse sentido, os temas escolhidos pelos membros teriam a função, e aqui concordando com Pierre Nora (1984), ‘*de cultivar os vestígios do passado*’, mas, ao mesmo tempo, são também produções historiográficas nas quais os membros do Instituto goiano imortalizam as

datas e os homenageados nos documentos da Instituição. Podemos citar, como exemplo, a referência a Pedro Ludovico Teixeira, que naquele momento ainda ocupava o cargo de governador de Goiás, como o “*pai da modernidade goiana*”, discurso que até hoje acompanha a história política de Goiás. A invocação dos imortalizados nacionais e regionais, ao nosso ver, mantém uma tradição historiográfica comungada entre os Instituto Histórico e Geográficos do Brasil. Os relatos biográficos e comemorativos escritos nesse período refletem uma visão de ciência que legitima os agentes e fatos históricos ‘merecedores do reconhecimento pela sociedade’, seguindo a tradição da historiografia de cunho positivista, que propunha a criação de mitos históricos, em torno de fatos, datas e grandes homens.

III - Reformando a Casa: saber e cultura goiana nos anos 70

Introdução

Neste capítulo analisaremos a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás nos anos 70, que se configurou pela adesão de novos sócios, pelo retorno da produção e divulgação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás* (1972) e pelo *Curso de Cultura Goiana*. Esses fatos marcaram definitivamente uma nova fase na vida do Instituto, já que contribuíram, sobretudo, para a divulgação da história, da geografia e da literatura regionais fazendo com que se descortinassem para a sociedade as produções e discussões realizadas na *Casa*. Outros fatos de relevância foram os convênios firmados com instituições culturais do estado de Goiás para o desenvolvimento do *Curso de Cultura Goiana*, as alterações do estatuto, que vieram ao encontro dos anseios da comunidade da *Casa*, e a criação do Departamento de História e Geografia na cidade de Goiás, vinculado ao IHGG.

1. A Retomada da “Casa de Saber”

A retomada do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi marcada pela presidência (1970-1972) do professor e escritor Basileu Toledo França, que ingressou no quadro de sócios da Instituição em 1968 e permanece até os dias atuais. Dessa forma, vale fazermos um breve relato biográfico de sua trajetória profissional.

Basileu Toledo França mudou-se de Goiás para São José do Rio Preto e, logo depois, para o Rio de Janeiro. Lá ingressou na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Praça XV, porém não terminou seus estudos, retornando a residir em S. José do Rio Preto. Em entrevista oral cedida em 18 de agosto de 1999 o professor nos diz que : “*eu sou um dos pequenos entre os milhares de autodidatas do país na área da História*”. E, autodidata, iniciou sua carreira em 1945 como diretor do Jornal “*A Notícia*” de S. J. do Rio Preto. Em 1947 elegeu-se vereador pela UDN. Nesse mesmo ano fundou e foi diretor da primeira “*Casa de Cultura*” em São José do Rio Preto e também publicou o livro “*Rio Preto de Ontem*”. Na década de 1950 dedicou-se a publicar “*O Romance*”, “*Um município no Tempo*” e “*Pioneiros*”. Em 1955, ao retornar a Goiânia, assumiu a direção do Instituto de Educação de Goiás, onde lecionou a disciplina ‘Sociologia Educacional’ e trabalhou na Escola de Economia da Universidade Católica de Goiás ministrando

a disciplina ‘Repartição da Renda Social’. Finalizou os anos 50 ocupando o cargo de assessor de Educação e Cultura e publicando o livro “*O Sudoeste, tentativa de interpretação*”. Dedicou-se nos anos 60 à área de educação, coordenando a reforma da Secretaria de Educação e Cultura; fundou a cadeira de Sociologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje Faculdade de Educação) e foi nomeado diretor do Departamento de Cultura da Universidade Federal de Goiás. Hoje, faz parte da Academia Goiana de Letras, ocupando a cadeira número 15, e do IHGG ocupando a cadeira 05, que tem como patrono Crispiniano Tavares – geógrafo e geólogo baiano. Sobre a escolha do geógrafo como patrono diz Toledo França: “*ele foi o fundador do campo literário em Goiás e é meu patrono por escolha pessoal*”⁶⁶.

Toledo França assumiu a presidência do IHGG após oito anos de aparente paralisação⁶⁷ da Instituição. Na primeira reunião do ano de 1970 dizia Toledo França:

“que aquela reunião se promovia, em virtude do edifício sede ainda se encontrar em condições por demais precárias, o que impossibilita de ser utilizado para qualquer finalidade e que esse estado de causa advém do já prolongado recesso por que vem passando o Instituto, recesso esse de pleno conhecimento público, motivado pelo gesto altruísta de colaboração que o nosso sodalício teve para com a Universidade Federal de Goiás, cedendo sua sede num momento de emergência para ali funcionar o Centro de Estudos Brasileiros, hoje extinto e posteriormente para o então recém criado curso de História e Geografia. Cedido por apenas dois anos em 1961, somente no decurso do ano passado o prédio foi devolvido ao Instituto, sem a mínima possibilidade de seu imediato aproveitamento” (IHGG, ata de 23 de março de 1970, p. 45 verso).

Foi, portanto, a principal preocupação dos membros do Instituto, após o retorno das atividades, a recuperação material do IHGG.

E para solucionar esses problemas de ordem material os membros do Instituto goiano tomam fôlego e reanimaram aquela considerada por eles a *Casa de Cultura e Ciência* do estado de Goiás. Essa retomada foi marcada pela busca de solução da divergência entre os membros do Instituto e a administração da Universidade Federal de Goiás (UFG). Divergência que teve suas

⁶⁶ Os dados foram obtidos no livro: Depoimento – Museu do Som da Academia Goiana de Letras e no relato oral cedido à autora.

⁶⁷ Apesar de não haver registros nos livros de atas do IHGG o professor Basileu Toledo França nos contou em relato oral cedido em 18/08/99 que os membros do Instituto continuaram mantendo três reuniões anuais que eram obrigatórias para a existência jurídica da Instituição. Essas reuniões aconteciam em salas emprestadas de órgãos públicos estaduais.

raízes no consentimento do IHGG em emprestar sua sede própria para a UFG a fim de que ali fosse instalado, por um período de dois anos, o Centro de Estudos Brasileiros. Contudo, a UFG não respeitou os limites do tempo estipulado pelo IHGG e os dois anos de concessão transformaram-se em oito anos.

Conta-nos Basileu Toledo França que, no momento de concessão do prédio, as atividades do Instituto estavam passado por um recesso, e que o professor Colemar Natal e Silva, naquele momento reitor da Universidade Federal de Goiás, cedeu o patrimônio do Instituto para o funcionamento do Centro de Estudos Brasileiros. Com a mudança política em 1964 ocorreu a extinção do Centro, mas a UFG não devolveu o imóvel, ao contrário, instalou ali o Curso de graduação em História e Geografia. Natal e Silva já não se encontrava na reitoria da Universidade, e se omitiu de tomar qualquer atitude a respeito do assunto, transferindo-o para Toledo França resolvê-lo. Toledo França nos diz a este respeito que: *“Colemar Natal e Silva estava moralmente impedido por circunstâncias pessoais, por ele próprio ter cedido o patrimônio”*. O que nos parece é que Natal e Silva não queria se indispor com a Universidade que há menos de uma década ajudara a implantar. Lembremos que Gilberto Mendonça Teles, presidente do IHGG em 1962, era também Diretor do Centro de Estudos Brasileiros da UFG. Esse fato nós leva a crer que Natal e Silva e Mendonça Teles foram os responsáveis pelo empréstimo do prédio.

Essa disputa de espaço, que durou mais de um ano, marcou o início da década de 1970 para o Instituto goiano. A Universidade Federal relutou muito em sua devolução e já havia retirado dali o curso de graduação e, em seu lugar, instalado um depósito e uma garagem. Conta-nos Toledo França que os contatos realizados com o chefe de gabinete da reitoria foram um tanto que tumultuados, pois a Universidade alegava que o prédio lhe pertencia e não mais ao Instituto. Além disso, o imóvel foi entregue sem nenhuma condição de uso, já que fora destruída toda a sua mobília.:

“ eles [administradores da UFG] entregaram aquilo [referindo-se ao prédio do IHGG], como todo inquilino entrega imóvel, ruim em espaço de ação. Mas da Universidade !? nós estranhamos muito, porque duas entidades culturais, dirigidas pelo mesmo homem ... eles [administradores da UFG] deveriam estar agradecidos, depois do Centro de Estudos Brasileiros eles puseram o Curso de História e Geografia. Funcionou lá, porque não tinha onde funcionar, foi cedido graciosamente. Mas nem isso sensibilizou”.

Esse fato também foi relatado na revista do Instituto, cuja publicação foi retomada em 1972. Segundo a diretoria, após o retorno ao prédio era necessário começar praticamente tudo novamente, desde o revigoramento do quadro social até as solicitações de subvenções estaduais: “*este novo período de sua vida, o Instituto começou a vivê-lo num verdadeiro ‘Tonel de Diógenes’: sem móveis, sem dinheiro e sem gente para serviços na sede social*” (RIHGG, 1972, p.09). O IHGG solicitou à UFG que providenciasse a restauração do prédio, que demorou alguns meses para ser colocado “*em condições de prestar os serviços de sua finalidade*” (Ata do IHGG, 23 de março de 1970, p. 9 verso).

Outro acontecimento de relevo foi a assinatura do contrato com a Gráfica do Livro Goiano⁶⁸. O contrato com a Gráfica previa a locação “*das dependências pertencentes ao Instituto e que se localizam nos fundos de seu edifício sede*” (Ata do IHGG, 24 de maio de 1972, p. 18 verso). O Instituto assinou o contrato que permutava o aluguel das dependências pela publicação de sua revista. Uma vez aprovado, entrou em vigor já em 1972, momento da confecção da primeira revista da década de 1970.

Assim, na administração de Basileu Toledo França o Instituto iniciou ‘*vida nova*’ com o retorno à sede própria, ressurgimento da Revista, presença de novos membros, já que muitos dos antigos haviam falecido, ficando várias vagas a serem preenchidas. Nesse caso, novos membros⁶⁹ ingressam com o intuito de ‘dinamizar a atuação da *Casa*’, meta proposta pelo seu presidente. Conforme relato oral de professora Doutora Dalisia Elizabeth Martins Doles⁷⁰ “*na década de 70 o Instituto Histórico foi muito dinâmico, em termos de prestação de serviços à comunidade*” [grifos meus].

As atividades reiniciaram com homenagens aos membros fundadores do IHGG, publicação, no jornal ‘*O Popular*’, dos trabalhos dos seus membros e, finalmente, o sepultamento dos restos mortais de Henrique Silva em 19 de junho de 1971.

Basileu Toledo França nos contou que, por diversas vezes, ao entrar no Instituto deparava-se com uma caixa de madeira em uma estante, mas como o prédio estava em reforma achou que ela estivesse armazenando algo sem valor. Ao vasculhá-la percebeu que se tratava dos restos

⁶⁸ Vale ressaltar que a Gráfica do Livro Goiano ou, como também era conhecida, Gráfica Oriente, ficou responsável por diversas publicações no estado de Goiás, não só das revistas do IHGG, como também publicações dos livros dos seus membros e publicações de teses dos professores da UFG.

⁶⁹ Quadro composto pelos professores: Altamiro de Mauro Pacheco, Waldir de Casto, Modesto Gomes, Antônio Teodoro da Silva Neiva, Ático Vilas Boas Mita e Eli Brasileiraense.

mortais do militar, escritor e historiador **Henrique Silva**, um dos mais conhecidos goianos. Vimos, no capítulo anterior, que ao longo da década de 1940 o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás iniciou as discussões acerca das homenagens póstumas a Henrique Silva. Os membros do Instituto, em 1940, trouxeram do Rio de Janeiro os restos mortais do militar, porém o seu sepultamento apenas ocorreria na década de 1970 em Silvânia⁷¹ – sua cidade natal –, graças às providências tomadas pelo então presidente do IHGG.

Formado pela Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, Henrique Silva foi o militar goiano que participou em 1892 da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que tinha por finalidade a escolha do local de instalação da nova Capital federal. A Comissão era formada por Luiz Cruls (chefe), Oliveira Lacaille e Henrique Morize (responsável pelas pesquisas astronômicas), Eugênio Hussak (geólogo), Ernest Ule (botânico). Ocupavam o cargo de engenheiros militares: Celestino Alves Bastos, Augusto Tasso Fragoso, Hastimphilo de Moura, Firmino Alípio Gama, Antônio Cavalcante de Albuquerque. E a equipe militar era formada por Pedro C. Pinto de Almeida, Joaquim Rodrigues S. Jardim e, evidentemente, Henrique Silva.

O militar goiano participou de várias comissões de interiorização do país, dentre elas uma que foi solicitada pelo Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, a fim de estudar a indústria pastoril. Deixando as forças armadas na década de 1910 e, em 1917, de volta a Goiás “*Henrique Silva tinha justamente o dobro dos vinte e seis anos do sextanista de medicina Antônio Americano do Brasil, quando em 1917, juntos, unindo experiência e poesia fizeram nascer a Informação Goiana*”⁷² [grifos meus] (Nascimento, 1972, p. 119).

Lembremos que o periódico a *Informação Goyana*, já citado por nós em páginas anteriores, tinha por objetivo apresentar as possibilidades econômicas de Goiás à Nação. Para esse fim, criou mecanismos de sua divulgação na Capital federal, a fim de inserir Goiás nas discussões econômicas nacionais.

⁷⁰ Dalisia Doles era professora do Curso de História e Geografia da Universidade Federal de Goiás quando se associou ao IHGG em 1974.

⁷¹ A cidade de Bonfim teve seu nome substituído por Silvânia em homenagem a família Silva, da qual fazia parte Henrique Silva.

⁷² Para maior informação consultar Maria Araújo Nepomuceno : *A Informação Goyana: seus intelectuais e a política em Goiás (1917-1935)*. Goiânia: Cegraf (prelo).

Henrique Silva retorna ao Rio de Janeiro e lá falece em 1935. Ao falecer, foi lembrado pelos seus serviços prestados a Goiás pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E a partir de 1940, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás solicitou o envio para Goiás dos restos mortais de Silva para ser enterrado em sua cidade natal e, que, segundo o Instituto Brasileiro, haviam sido enterrados em vala comum no Rio de Janeiro.

Para isso foi organizada uma caravana de Goiânia à cidade de Silvânia composta por: Basileu Toledo França, Colemar Natal e Silva, Eli Brasiliense, Augusto da Paixão Curado e Luiz Gonzaga de Faria, representantes do Instituto; Zoroastro Artiaga, representante do governador de Goiás; representante da Secretaria da Educação e Cultura, Hélio Mauro Umbelino Lobo; representante do Departamento Estadual da Cultura, Modesto Gomes e o vice-prefeito de Silvânia, José Denisson (RIHGG, 1972, p. 97-98).

2 – O Retorno de Natal e Silva

Durante a gestão de Toledo França, Natal e Silva sempre esteve presente na Instituição, até que nas eleições de março de 1973 candidatou-se e assumiu a presidência⁷³ do Instituto, deixando-o apenas em dezembro de 1992⁷⁴. Dizia ele ao assumir a presidência: “*o IHGG tem uma significação para minha vida intelectual e tenho em mente o firme propósito de revigoração máxima das atividades da instituição, colocando-a à altura de sua nobre finalidade e para integrá-la nos rumos de sua grande missão a serviço da História e Geografia de Goiás*” (IHGG, ata 19 de março de 1973, p. 23 verso).

O professor Colemar Natal e Silva foi o principal **agente cultural** criador, animador e promotor de várias atividades desenvolvidas ao longo da história do IHGG. E em muitas dessas atividades esteve defendendo causas apoiadas pelo Estado. Aqui podemos relembrar o apoio do Instituto à mudança da Capital do estado de Goiás, entre outros. Natal e Silva, enquanto presidente executivo da Instituição e depois enquanto seu presidente perpétuo, costumava agir e tomar decisões definitivas no que se referisse à vida do IHGG. É notável a presença de Natal e Silva no Instituto, parecendo que o IHGG era sua própria “casa”. Conta-nos Toledo França que

⁷³ Conforme resultados da eleição foram eleitos: Colemar Natal e Silva (presidente), Basileu Toledo França (1º vice-presidente), José Lopes Rodrigues (2º vice-presidente), Modesto Gomes (3º vice-presidente), Luiz Gonzaga Faria (secretário geral), Augusto da Paixão Fleury (tesoureiro), Altamir de Moura Pacheco (orador oficial).

⁷⁴ Momento em que toma posse o professor José Mendonça Teles, atual presidente.

“Natal e Silva era a figura central e dinâmica do IHGG” e, em alguns momentos, principalmente nos anos de criação, *“o IHGG se resume nele”*. No mesmo sentido, a professora Dalísia Doles afirmou: *“Colemar Natal e Silva era o grande, vamos dizer, catalisador das forças do Instituto”*. Para Doles, Natal e Silva representou a força ativa da Instituição, já que tinha um bom relacionamento com o poder público e possuía uma habilidade de agregar pessoas à sua volta. Lembremos que Colemar Natal e Silva, influente e bem relacionado, desde o governo dos anos de 1930 manteve relações estreitas na esfera do poder do governo estadual. Esse fato proporcionou, uma vez mais, a concessão nos anos de 1970 das solicitações de verbas públicas encaminhadas ao governo, dos pedidos de verbas a homens públicos e a empresários de Goiânia para a manutenção do funcionamento do Instituto.

Isto posto, cabe discorrermos acerca da trajetória de Colemar Natal e Silva na administração do Instituto nos anos de 1970, levando em consideração suas principais preocupações institucionais e os papéis sociais, educativos e de pesquisas que a Instituição desempenhou.

Ao assumir a presidência, Colemar Natal e Silva solicitou subvenções ao governo estadual, via Secretaria de Educação e Cultura. Contudo, ao vasculharmos as Coleções de Leis do Estado de Goiás não encontramos discriminadas verbas para o Instituto. No entanto, nos arquivos do IHGG encontramos demonstrativos contábeis da utilização das subvenções recebidas nos anos de 1976, 1977, 1978, 1979, destinados ao Tribunal de Contas do Estado. As verbas destinadas ao Instituto, ao nosso ver, estavam embutidas nas da Secretaria de Educação e Cultura e ela própria tratava da sua distribuição.

Não só as subvenções estaduais foram as formas encontradas pelo Instituto para adquirir subsídio, mas também inúmeras correspondências enviadas a Senadores e a Deputados Federais eleitos por Goiás solicitando doações. Algumas solicitações eram atendidas: podemos exemplificar com o envio de Cr\$ 10.000,00 pelo senador Lázaro Barbosa, e com dois Deputados Federais que contribuíram cada um com o valor de Cr\$ 5.000,00, dentre outros políticos que colaboraram. Em troca, o Instituto fazia homenagens para seus doadores. Além dessas duas formas de obtenção de verba, os próprios sócios e os empresários de Goiânia, principalmente nos primeiros cinco anos da década de 1970, doaram mobília à Instituição.

Natal e Silva assumiu a presidência com várias metas, dentre elas a de elaborar um novo estatuto para o IHGG, configurando novos papéis e mantendo alguns já existentes na Instituição.

Vejamos as alterações estatutárias para que possamos analisar as práticas propostas e realizadas pelo Instituto ao longo dos anos setenta.

O novo estatuto foi publicado em 1975. As alterações sofridas, a nosso ver, foram reflexo dos papéis que a Instituição vinha cumprindo desde o ano de 1972. Acreditamos nesse fato pelas novas práticas introduzidas, dentre elas destacamos os cursos de extensão, convênios, patrocínios de eventos públicos, como exemplos.

Uma das alterações visíveis foi quanto à função da Instituição. No primeiro estatuto, de 1933, o IHGG foi compreendido pelos seus membros como uma *Casa* de conservação, classificação e depósito de documentos. Contudo, esse quadro alterou-se, passando a ser compreendido como uma *Casa* que teria por função “*promover, dentro de suas possibilidades financeiras, excursões científicas, comemorações cívicas, cursos e atividades outras compreendidas em seus objetivos culturais e sociais*” (Estatuto do IHGG, 1975, p. 03).

Essa reformulação da função social do instituto, como já dissemos ocorreu, na prática, antes mesmo da elaboração e implantação do novo estatuto, transformando-o em uma instituição com prioridades educacionais e com uma proposta de divulgação da cultura goiana bastante expressiva, que pode ser confirmada ao analisarmos o desenvolvimento do *Curso de Cultura Goiana* (CCG)⁷⁵.

O *Curso de Cultura Goiana* foi criado em 1974, antes da implantação do novo estatuto da Instituição, sob os cuidados dos membros do Instituto que propuseram o estudo da cultura regional por meio de “*temas eminentemente goianos, para maior e mais ampla divulgação de assuntos vinculados à nossa cultura e ainda de pouca penetração no domínio público*” (RIHGG, 1975, nº 03, p.84). O CCG tinha como objetivo proporcionar a participação da comunidade em um recinto até então bastante restrito a uma parcela de professores e pesquisadores. Conta-nos uma das professoras do curso, Dr^a Dalísia Elizabeth M. Doles , que

“*o curso não tinha objetivo de atender só (...) elementos ligados à academia, à universidade, à rede pública de ensino. Destinava-se à comunidade. Então tivemos clientes que eram representados por pessoas interessadas em adquirir novos conhecimentos ou ampliar seus conhecimentos*”(grifos meus).

⁷⁵ Este fato pode ter ocorrido devido à proximidade de Toledo França e Natal e Silva com os órgãos estaduais educacionais, ora desenvolvendo projetos, ora propondo reformas educacionais.

O Curso de Cultura Goiana foi divulgado na imprensa escrita por meio do “*chamamento para as inscrições dos interessados e o interesse demonstrado foi considerável e altamente animador*” (RIHGG, 1975, nº 03, p. 85). A primeira turma foi formada por quarenta alunos e aulas ocorreram de outubro a dezembro de 1974. Segundo depoimento de participante do CCG, houve com as aulas um “*redescobrir de Goiás*”. Por isso, o CCG passa a fazer parte da programação do Instituto goiano

O Curso teve como primeiro coordenador o professor Ático Vilas Boas da Motta. Junto ao professor Ático reuniu-se, utilizando aqui as palavras dos próprios membros, “*uma equipe de 14 intelectuais renomados, em sua grande maioria professores universitários, forma[ando] o quadro que se responsabilizou pela execução dessa nobre missão cultural*” [grifos meus] (RIHGG, 1975, nº 03, p.84).

Cabe aqui apresentarmos um breve comentário de alguns dos docentes que ministraram os módulos dos CCGs⁷⁶. Lembremos que já foram por nós levantadas partes de biografias dos componentes dos cursos, visto que foram de pessoas que compuseram o quadro da presidência do IHGG.

Antônio Geraldo Ramos Jubé : crítico literário, teatrólogo, ensaísta e jornalista, publicou diversas obras dentre elas destacamos: “Últimos Poemas” (1950); Ressurreição (1952), Iara (1954), “Síntese da História Literária de Goiás” (1978), “Cantigas de Amor” (?). E uma única peça de teatro intitulada: “O Fugitivo” (195?). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras.

Dalísia Doles: cursou História e Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Professora do Curso de graduação e de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, desde 1972. Escreveu diversos artigos e teve sua tese de doutorado, feita na USP, publicada pela editora Oriente, sob o título “*As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*”.

Eli Brasiliense: cursou Humanidades no Colégio S. Tomás de Aquino em Porto Nacional/TO. Mudou-se para Goiás e dirigiu a Escola Normal “Padre Gonzaga”, foi redator chefe de diversos jornais que circularam em Goiânia. Publicou, dentre outras obras: “ Bom Jesus do Pontal”, “Pium”, “Chão Vermelho”, “Rio Turuna”, “Uma Sombra no fundo do Rio”.

⁷⁶ Os dados foram coletados na Academia de Letras de Goiás, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e em livros publicados pelos membros do CCG.

José Mendonça Teles: atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ocupou diversos cargos administrativos, bem como foi presidente do Conselho Estadual de Cultura, Secretário da Cultura de Goiânia, membro do Conselho Estadual de Cultura, do Conselho Municipal de Cultura e do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Goiânia. Hoje é professor titular da Universidade Católica de Goiás e diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Histórico do Brasil Central, da Sociedade Goiana de Cultura. Dentre suas obras publicadas estão: “A Cidade do Ócio”; “Fronteiras, estudos literários”; “Gente e literatura, estudos literários”; “No santuário de Cora Coralina”.

Lena Castelo Branco Ferreira Costa: fez doutoramento pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela USP. Professora do Curso de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Escreveu diversos artigos e publicou, entre outros livros, “A História da Medicina em Goiás”⁷⁷.

Luiz Palacin: padre espanhol que fixou residência em Goiânia e trabalhou pesquisando sobre Goiás, tornando-se um referencial historiográfico para a História de Goiás. Professor da Universidade Federal de Goiás do Curso de graduação e pós-graduação em História. Publicou diversas obras dentre as podemos citar “*História de Goiás*”, “*Três Tempos Ideológicos*” e “*Goiás 1722-1822 – Estrutura e Conjuntura na Capitania de Minas*”.

Moema de Castro e Silva Olival⁷⁸ formou-se na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula/RJ e fez doutoramento em Letras Clássicas e Vernáculas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professora de graduação e Pós-graduação do Curso de Letras da Universidade Federal de Goiás. Publicou diversos artigos em revistas e jornais, teve sua tese de doutoramento publicada, cujo título: “*O Processo Sintagmático na Obra Literária*”

O quadro abaixo mostra muitos outros nomes que compuseram a lista de docentes dos CCGs, porém optamos por apresentar apenas os dados biográficos de apenas alguns dos colaboradores mais frequentes.

O quadro que se segue apresenta mais detalhadamente a estrutura do I CCG:

⁷⁷ Este livro foi publicado este ano, 1999, contendo artigos de Dalísia Doles e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, membros do IHGG.

⁷⁸ Filha de Colemar Natal e Silva.

Quadro 3.4

I Curso de Cultura Goiana – IHGG 1974

Professores	Módulos	Resumo ⁷⁹
Basileu Toledo França	A Literatura Oral em Goiás	A literatura oral foi apresentada como a “substituta das produções literárias para o povo que não lê”.
Pe. Luiz Palacín	A Época do Ouro em Goiás	Trabalhou o processo mineratório em Goiás analisando o “conhecimento da produção e da produtividade do trabalho escravo da sociedade, do governo, da administração da época e, finalmente da própria decadência do período”.
A G. Ramos Jubé	A Poesia Goiana	O trabalho apresentou os poetas goianos , suas obras e escolas.
Domingos Felix de Souza	As Instituições Jurídicas em Goiás	Apresentou aos participantes as várias Instituições jurídicas existentes em Goiás
Maria Augusta Santana Morais	Mosaicos da História Goiana	Trabalhou com a implantação da República em Goiás , analisando processo político desencadeado em Goiás no período republicano
Ático Vilas Boas da Motta	O Folclore Goiano	Caracterizou o folclore goiano e “a contribuição de diferentes elementos étnicos (...) na cultura goiana”
Moema de Castro e Silva Olival	Estrutura da Literatura Goiana	Trabalhando com a literatura goiana e dando o “enfoque estruturalista [o curso] compactuou com os grandes mestres da linguística, como Saussure, Chomsky” Foi trabalhada também a “técnica da transposição da oralidade, apreendendo melhor nossos regionalistas, sobretudo o grande Bernardo Elis e sua ‘integração total da fala estilizada no contexto narrativo”
Brás Wilson Pompeu de Pina	A Imprensa em Goiás	Expôs a história da imprensa em Goiás apresentando os “jornais publicados em nosso estado (...) vimos também a imprensa com força política, econômica e sócio-cultural”
Lena Castelo Branco Ferreira Costa	As comunidades Goianas	O curso estudou o “aparecimento dos arraiais e vilas, as cidades coloniais, as grandes metrópoles e a dicotomia entre pionerismo e conservadorismo”
Luiz Gonzaga de Faria	Goiás nos Quadros da Geografia Humana	Analizou Goiânia “como fato geopolítico; as formas de cultura e gênero de vida; os grandes estabelecimentos humanos; a alimentação em Goiás e seu habitat”
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	Evolução da Educação em Goiás	Trabalhou a História da Educação goiana , “desde as aulas régias passando pelo ato adicional de 1834. Discutiu as Reformas da

⁷⁹ Por não encontrarmos os textos ministrados no Curso, nem no Instituto, nem com alguns dos professores responsáveis, optamos por recorrer à RIHGG nº 03, 1975, a qual traz o resumo dos Módulos ministrados.

		Instrução Pública, a ação dos administradores de ensino, assim como a influência de educadores mineiros, paulistas e também franceses à cultura goiana”.
Dalísia Elizabeth Martins Doles	As Comunicações Fluviais em Goiás	As aulas foram sobre o trabalho de “Couto Magalhães nos estudos de viabilidade para o funcionamento da navegação a vapor no Tocantins e Araguaia”.
José Lopes Rodrigues	Erros e Enganos na História de Goiás	Ministrou curso sobre “erros e as contradições da História goiana”
Belkiss Spenciére Carneiro de Mendonça	A Música em Goiás	Trabalhou com a História da música em Goiás

Como podemos observar, os temas ministrados no *Curso de Cultura Goiana* justificavam o seu nome. A proposta do Curso era a divulgação da cultura do estado de Goiás, e o Instituto configurou-se como um *lugar* onde se discutiu essa cultura regional, pautando-se na História, na Geografia, na Literatura, no Direito, na Educação e na Música. Aqui apoiamo-nos em Certeau quando assim afirma: “*por lugar, entendo o conjunto de determinações que fixam seus limites em um encontro de especialistas e que circunscrevem a quem e como lhes é possível falar quando abordam a cultura entre si*” (1993, p.222). E para agrupar uma comunidade que possuía um referencial em comum, o IHGG, na figura de Colemar Natal e Silva, convidou especialistas, principalmente no campo de conhecimento histórico para fazer parte da *Casa*. Para esse fim, os novos membros ministraram suas aulas apoiados em suas teses de doutorados, outros em temas que já vinham desenvolvendo nas respectivas Universidades em que trabalhavam e outros, em livros que haviam escrito. Lembremos que os professores do *Curso*, em sua maioria, faziam parte do quadro docente da Universidade Federal de Goiás e freqüentavam ou haviam freqüentado os bancos de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Outros eram, como no caso do professor Basileu Toledo França, autodidatas.

Pegemos como um dos exemplos o módulo ministrado pela professora Dalísia Doles, “*As Comunicações Fluviais em Goiás*”. Esse trabalho destaca-se por ter sido o primeiro título encontrado por nós na década de 1970 que assumiu caráter geográfico, contudo, não tivemos acesso ao texto ministrado no curso, mas tomamos o depoimento oral da docente.

O tema abordado faz parte de sua pesquisa de doutoramento intitulada “*As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*” publicado em 1973 pela editora Oriente. Doles assim se refere a sua participação no Curso de Cultura Goiana que ministrou: “*eu*

participei ativamente. Trabalhei sobretudo a questão da navegação fluvial, que tinha sido objeto de minha tese de doutoramento”⁸⁰. Seu objetivo foi apresentar o esforço feito em 1863 pelo então presidente da província de Goiás, José Vieira Couto Magalhães, para a dinamização da navegação fluvial na província goiana, a fim de proporcionar a integração da província de Goiás ao comércio litorâneo brasileiro. O trabalho de Couto Magalhães no estado de Goiás recebeu destaque na história da ciência geográfica por contribuir para o conhecimento da Geografia Aplicada. Segundo os estudos de Pereira (1994, p.372-374), publicados na coletânea *As ciências no Brasil*, os resultados dos trabalhos de Couto Magalhães

“constituem uma respeitável contribuição à obra do melhor conhecimento do Brasil (...)Tinha como fito de ordem prática a comunicação regular por via fluvial entre Goiás e Mato Grosso. A contribuição para a geografia do Brasil cifrou-se no conhecimento direto do território cujas descrições constituem documento realmente valioso”.

No CCG, dois estudos sobre a ciência geográfica foram desenvolvidos pelos associados. O primeiro, de Luiz Gonzaga de Faria, *“Goiás no quadro da Geografia Humana”* e, depois, o trabalho, citado anteriormente, de Dalísia Doles.

Devido ao interesse do público que freqüentou o I *Curso de Cultura Goiana* os membros do Instituto ofereceram outros cursos do mesmo caráter, que ao longo dos anos de 1976 e 1977 foram sendo reconhecidos pelo governo e, assim os seus organizadores conseguiram receber bolsas de estudos para o desenvolvimento dos *Cursos*. Essas bolsas vinham dos empresários da cidade de Goiânia, dos políticos⁸¹, da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás. Vejamos abaixo os temas e professores que ministraram os Cursos oferecidos em 1976 e 1977.

Quadro 3.5

II Curso de Cultura Goiana – IHGG 1976⁸²

Módulos	Professores
Estudos sobre os índios brasileiros	Mary Baiocchi

⁸⁰ Relato oral cedido a autora.

⁸¹ As verbas concedidas pelos políticos faziam parte das quotas pessoais que vinham do orçamento da União (Ver RIHGG nº 06; nº 07; nº 08).

⁸² Sobre esse Curso de Cultura Goiana oferecido em 1976 não encontramos mais dados, nem nos arquivos do IHGG nem nas publicações da RIHGG. Por esse motivo, não acrescentamos resumo de cada curso.

A literatura goiana	A. G. Ramos Jubé
Literatura brasileira – a semana da arte	Miguel Jorge
A época do ouro em Goiás	Luiz Palacín
Perspectivas da Arqueologia goiana	Irmnild Wust
Considerações gerais sobre o índio brasileiro	Acary de P. Oliveira
Aspectos da cultura Karajá	Edna Luiza de M. Taveira
Participação da cultura indígena na formação de brasileiro	Judite Ivanir Breda
Formação da comunidades goianas	Lena Castelo Branco F. Costa
A instrução pública em Goiás – período colonial	Genesco Fereira Bretas
A instrução pública em Goiás – de 1930 aos nossos dias	Nancy Ribeiro A Silva
Criação das instituições jurídicas em Goiás	Domingos F. de Souza
Dicção e dinâmica da comunicação	Clarice Dias
Literatura goiana	Moema de C. e Silva Olival
História da Imprensa em Goiás	Braz Wilson P. de Pina
A navegação no Rio Tocantins	Eli Brasiliense

Quadro 3.6

III Curso de Cultura Goiana – IHGG 1977

Módulos	Professores
A nobreza em Goiás	José Lopes Rodrigues
Povoamento e memória estatística de Goiás	Maria França
Aspectos demográficos da Amazônia	Taylor Oriente ⁸³
Ecologia sob seus vários aspectos	Luiz Gonzaga de Faria
Folclore do nordeste goiano	Ático Villas Boas da Motta
Os valores dos grandes rios de Goiás – Tocantins e Araguaia	Sem informação
Poesia goiana, regionalismo, poesia dos luazes, modernismo, etc.	A. G. Ramos Jubé
Literatura goiana do início do século aos nossos dias	José Mendonça Teles
Estudo do Sudoeste goiano sob vários aspectos	Basileu Toledo França
Povoamento, mineração, agropecuária – novas vias de comunicação	Luiz Palacín
História da Música em Goiás	Belkiss S. Carneiro de Mendonça
Literatura como meio de expressão – depoimento pessoal	Aidenor Aires
Técnica Moderna de Redação	Maria da Glória Scartezini de A Coutinho
Divisão Territorial e Administrativa do Estado de Goiás	Colemar Natal e Silva

⁸³ Oriente era um dos proprietários da Gráfica Oriente.



Foto 04 - Colemar Natal e Silva entregando diploma do Curso de Cultura Goiana - 1976

1976 - 1977

Nos arquivos do IHGG encontramos pouquíssimas informações, além dessas citadas acima, sobre o *II e III Curso de Cultura Goiana*. O que podemos esclarecer é que os módulos ministrados por Luiz Palacín, *A época do ouro em Goiás*, e por Genesco Ferreira Bretas, *A instrução pública em Goiás – período colonial*, oferecidos no *II Curso*, faziam parte de trabalhos de pesquisa mais amplos. O estudo de Bretas faz parte do trabalho intitulado *História da Instrução Pública em Goiás*, obra que se caracterizou por estudar a história da educação regional, e o de Palacín faz parte de suas pesquisas históricas regionais que já havia publicado. Da mesma forma, o módulo *Estudos do sudoeste goiano sob vários aspectos*, ministrado por Basileu Toledo França no *III Curso*, faz parte de seu livro *O Sudoeste, tentativa de interpretação*.

Os *Cursos de Cultura Goiana* promovidos pelo IHGG possuíam um ponto em comum que era, evidentemente, o estudo de temas regionais. No entanto, ao observarmos a organização temática dos três cursos oferecidos ao longo dos anos 70 perceberemos uma variedade de abordagens.

O primeiro CCG apresentou uma maior preocupação com os temas que giravam em torno da história colonial da região e da literatura produzida em Goiás. O segundo, diferente dos demais, apresentou uma preocupação com os estudos indígenas no país, privilegiar os aspectos regionais, já que apresentou um estudo geral do Brasil. A literatura apareceu, mais uma vez, em um grande número de módulos ministrados, desde um literatura brasileira até a que tratava especificamente dos literatos goianos. Outros destaque no *II CCG* foi a história da educação em Goiás, à qual foram dedicados dois módulos subdivididos nos períodos colonial e da década de 1930 até 1970. O *III CCG* destaca-se por privilegiar as discussões literárias, tendo sido ministrados três módulos nessa área de conhecimento. O último CCG apresentou como novidade a introdução um tema sobre ecologia.

No que se refere ao *III Curso de Cultura Goiana*, apenas localizamos a conferência de encerramento apresentada por Colemar Natal e Silva, por estar transcrita no livro de atas do IHGG e publicados no livro *“Realizações e Projetos de Colemar Natal e Silva no Campo da Cultura em Goiás”*. Por termos pouquíssimos dados sobre esse CCG optamos por apresentar comentários sobre, praticamente, o único texto que temos do curso. O orador utilizou o mesmo discurso proferido na Câmara dos Deputados para a Comissão de Redivisão Territorial e Política

Territorial, a convite do Deputado Federal Siqueira Campos⁸⁴, com o título *Divisão Territorial e Administrativa do Estado de Goiás*.

A conferência, apresentada na Câmara, foi dividida em duas partes principais: *Divisão Territorial e Política Demográfica*. E conforme dados coletados em atas do IHGG, Natal e Silva conferenciou, na finalização do *III Curso de Cultura Goiana* o mesmo discurso com o mesmo tema.

Para expor o tema, Natal e Silva, utilizou trabalhos publicados em 1960 na revista do IBGE, de autoria de Antônio Teixeira Guerra e de Ignez Amélia Guerra⁸⁵. Segundo Natal e Silva (1992, p.396), “*todos os estudos e análise histórica, a partir da divisão territorial de 1534, foram por nós reproduzidos na íntegra, para não quebrar ou modificar a exposição sistemática adotada pelo excelente trabalho*”. Apontando as divisões territoriais brasileiras e abordando a divisão territorial do Brasil em grandes regiões e em microrregiões homogêneas, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Natal e Silva afirmou que sua intenção não era discutir a história da divisão territorial do país, mas sim oferecer sugestões para a projeto proposto pelo então Deputado Siqueira Campos, o qual

“*prevê a criação de 12 Estados (seriam doze territórios, por tendência do Governo), na Amazônia Legal, sendo três no norte de Mato Grosso, um no norte de Goiás [Tocantins], um na pré-Amazônia maranhense, três no Pará e quatro no Amazonas*” (Ata do IHGG, 1977). Segundo Natal e Silva era preciso “*promover um levantamento completo das condições econômicas, sociais, demográficas e até político-financeiras de toda a região, fornecendo subsídios mais completos para um análise que mostrasse, a fundo, do passado ao presente, com prospecção para o futuro, a razão de ser da modificação*” (Ata do IHGG, 1977).

Após apoiar Siqueira Campos, Natal e Silva colocou à disposição os serviços do IHGG: “*afeto o assunto ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, órgão alheio às injunções de qualquer outra espécie, isento da parcialidade, prevaleceu a idéia de ser constituída uma comissão composta de um geógrafo, um economista, um técnico em administração, um representante credenciado dos municípios de toda a região, dois representantes da*

⁸⁴ Siqueira Campos, enquanto Deputado Federal, defendeu desde os anos 70 a idéia de divisão do estado de Goiás. Mas somente em 1988 houve a criação do estado de Tocantins e esse parlamentar foi eleito seu governador por diversos mandatos.

⁸⁵ Antônio Teixeira Guerra e Ignez Amélia Guerra, eram um casal de geógrafos que trabalhavam no IBGE.

Assembléia Legislativa e do representante da Comissão de Geografia do Instituto Histórico para promover o levantamento apresentando, em prazo pré-fixado, relatório conclusivo”.

Prosseguindo sua fala, afirmou que o IHGG poderia dar a melhor solução para a redivisão de Goiás. No entanto, não foram encontrados documentos nos locais por nós pesquisados sobre a participação do IHGG junto à Câmara Federal para o desenvolvimento do projeto, caracterizando para nós a não aceitação da proposta de Natal e Silva. No entanto, ficou claro o apoio de Natal e Silva ao projeto de divisão territorial do estado de Goiás proposto por Siqueira Campos e realizado em 1988. Configurando outra vez a participação de Colemar Natal e Silva, ou pelo menos seu apoio nas discussões de limites territoriais do estado de Goiás. Lembremos que houve a participação desse intelectual na demarcação de limites entre Goiás e Minas Gerais ocorridas nos anos 40.

Os *Cursos de Cultura Goiana* aconteciam ora nas dependências do Instituto ora fora dele, sendo ministrados nos órgãos que os solicitavam. Podemos apontar como exemplo o convênio criado entre o IHGG e o Departamento de Serviços Sociais da Universidade Católica de Goiás. Dizia a proposta do convênio que o curso de graduação de Serviços Sociais possuía um “*vácuo entre a teoria e a prática (...) no que concerne à realidade goiana*” (RIHGG, 1976, nº 05 p. 83) e que o *Curso* oferecido pelo Instituto ira proporcionar a diminuição do “ *vazio entre teoria e prática apontado. Vem a Direção do Serviço Social propôr um convênio ao Instituto Histórico Geográfico, visando oferecer aos alunos regulares do Departamento de Serviço Social da UCG, um Seminário em que fossem abordados aspectos concretos da realidade sócio-cultural-econômica do Estado*” (RIHGG, 1976, nº 05 p. 83).

Esses Seminários foram ministrados do mês de agosto a dezembro de 1976 para o público do 6º e 9º períodos letivos do Curso de Serviço Social, às 2ª, 3ª e 5ª feiras das 19h às 20h40min e tinha como tema gerador : “*Goiás de 1930 aos dias atuais*”.

Apesar de ter relações estreitas com a UCG, por causa do convênio assinado, em nenhum momento da década de 1970 o Instituto estabeleceu ligações com UFG, apesar de ter como sócios pessoas que faziam parte do corpo docente da Universidade Federal de Goiás e participavam das duas instituições ao mesmo tempo. Segundo Dalísia Doles “*nem mesmo como laboratório o Instituto foi utilizado pela Universidade Federal de Goiás*”⁸⁶. Esse fato nos causou estranheza por ter sido a Universidade Federal de Goiás implantada e dirigida no início dos anos 1960 por

⁸⁶ Relato oral cedido à autora.

Colemar Natal e Silva e por saírem do seio dessa instituição muitos dos colaboradores da RIHGG. Contudo, não encontramos documentos ou fontes orais seguras para discorrermos sobre esse assunto.

Mas não foi apenas com a Universidade Católica de Goiás que o Instituto estabeleceu convênio para a divulgação da *Cultura Goiana*. No ano anterior 1975, o Instituto assinou um convênio com a Secretaria Estadual da Educação e Cultura, por meio do qual se comprometia a “oferecer ao ESTADO o seu acervo histórico, a pesquisadores devidamente encaminhados pela Secretaria da Educação e Cultura e obriga-se a cooperar com esta, em forma de atendimento, por meio de consultas, no campo de Geografia, História e Folclore” (RIHGG, nº 06 de 1976).

O contrato previa não só auxílio aos pesquisadores do órgão público, como também o Instituto era obrigado: a colaborar no “levantamento da Toponímia e das Efemérides Goianas”; a reservar cinco vagas para os nomes que a Secretaria indicasse em cada curso que promovesse; colaborar para a “preservação do patrimônio histórico, geográfico, arqueológico e paisagístico do território goiano”; a colocar à disposição a RIHGG para que a Secretaria divulgasse, por meio dela, seus noticiários e atividades culturais; e por último, o Instituto “*franqueará o seu salão à citada Secretaria, participando das campanhas desta, desde que se relacionem com as finalidades do Instituto*”.

Em contrapartida, a Secretaria da Educação e Cultura ficou encarregada de publicar e divulgar os trabalhos de pesquisas e atividades didáticas produzidos pelo Instituto⁸⁷ e a fornecer ao IHGG professores e funcionários administrativos. O Instituto recebeu da Secretaria de Educação funcionárias públicas estaduais, uma delas Maria da Glória Scartezini de Azeredo Coutinho que auxiliou a administração da Casa durante boa parte dos anos 70. Por meio desse convênio, o IHGG promoveu palestras e cursos em escolas públicas. Podemos citar, por exemplo, o curso oferecido a professores e alunos, em 30 de agosto de 1976 por Toledo França e uma escola pública em comemoração à semana do Folclore⁸⁸. Coube ao Instituto ceder, por diversas vezes, seu prédio para realizações de reuniões e conferências promovidas pela Secretaria Estadual

⁸⁷ Fomos à Secretaria Estadual de Educação de Goiás e não encontramos dados sobre as publicações tratadas no convênio.

⁸⁸ O curso tinha como tema *O Folclore na Escola de 1º grau*, sendo assim estruturado: 1) Pequena Introdução- A infância de cada um de nós; 2) O folclore da escola de 1º grau – brinquedos, jogos, parlendas, provérbios, gírias etc; 3) O folclore para a escola de 1º grau – seleção de páginas literárias, jogos de leitura, teatralização de textos em verso e prosa, danças rurais etc; 4) Seleção de exemplos do que se pode fazer. Material aproveitável em obras de autores goianos; 5) Danças folclóricas de Goiás, que podem e devem ser aproveitadas na escola de 1º grau; 6) necessidade de

de Educação e Cultura. Ao nosso ver, essa proposta de ensino teve por objetivo a perpetuação e valorização de uma tradição dos valores culturais de Goiás.

Outro ponto de relevância e que precisamos abordar é que esse fato demonstrou o estreitamento da relação com o Estado. Vale citar novamente Certeau (1993,p.228) quando afirma *“a pesquisa é cada vez menos livre com relação ao Estado. Seu funcionamento, assim como o recrutamento dos pesquisadores, depende grandemente de objetivos políticos e de seleções sociais que as acompanham”*.

Dessa forma, o Instituto goiano desempenhou seus papéis sociais e educativo, nos quais contribuiu para a formação de profissionais e disseminou sua produção cultural e/ou científica. Esses novos papéis institucionais desenvolvidos pelo Instituto goiano foram facilitados pelo cumprimento do novo estatuto em vigência que previa a realização de cursos e atividades culturais. Mas esta não foi a única modificação da instituição, veremos que as categorias de sócios alteram-se, trazendo como novidade a inclusão de membros femininos e maior quantidade de sócios. O capítulo II art. 3º diz *“as categorias de sócios do IHGG, que poderão ser compostas de homens e **mulheres**, são:*

I – Titulares – em número de 50

II – Eméritos – em número de 40

III – Beneméritos – em número de 40

IV – Grandes Beneméritos – em número de 12

V - Correspondentes nacionais – em número de 50

VI – Correspondentes estrangeiros – em número de 20

VII – Honorários – em número de 70” (Estatutos IHGG, 1975, p. 04).

Essa modificação no número de sócios provocou uma maior participação de profissionais, principalmente professores universitários da área de História, Geografia, Música, Letras, entre outros. Configurou-se, dessa forma, um outro cenário de associados com formações diferentes daquele grupo estabelecido nas primeiras décadas, que em sua grande maioria era de advogados. Esse fato trouxe modificações na vida da Instituição e com isso o Instituto *“abriu as portas”* para recepcionar as professoras que se incorporaram ao quadro de sócios. Em reunião para votação de

1 manual especializado ou cursos de formação docentes; 7) perguntas e respostas; 8) Sorteio de livros sobre folclore para os presentes.

parecer para admissão dos novos sócios, Natal e Silva afirmou: “o Instituto está procurando se atualizar com a inclusão de mulheres” (IHGG, Ata 09 de março de 1976, p.33).

Com essa “atualização do Instituto” ingressaram as professoras Dalísia Elizabeth Martins Doles, Maria Augusta Santana Moraes, Belkiss Spencièrre Carneiro Mendonça, Marivone Matos Chaumi e Lena Castello Branco Ferreira Costa. No decorrer da década de 1970, nenhuma mulher associada chegou à diretoria da Instituição, exercendo, apenas, cargos nas Comissões Permanentes, como foi o caso da professora Dalísia Doles, que participou da Comissão Permanente de Geografia, e da professora Lena Castello Branco que participou da Comissão Permanente de História, entre outras. Assim, apesar da abertura do quadro de sócios às mulheres, manteve-se o poder masculino na condução da instituição.

Apesar das mulheres ingressarem na *Casa* apenas em 1976 elas já participavam da publicação de artigos na revista do Instituto, como foi o caso de Zilda Augusta do Nascimento que escreveu dois artigos: “*Um Herói na Guerra do Paraguai*”, publicado na RIHGG, nº 01 1972, e “*Henrique Silva*”, publicado na RIHGG, nº 02 1973.

No estatuto de 1975 o instituto amplia os direitos e deveres dos sócios, exigindo que eles colaborassem com maior frequência para o andamento das atividades da instituição. Para isso, explicita que os sócios deveriam apresentar publicações que tivessem afinidade com as orientações do Instituto para serem discutidas em reuniões e colaborar com a confecção da RIHGG com o envio de textos. Essa introdução no estatuto dos direitos e deveres dos sócios buscou, a nosso ver, um maior comprometimento dos associados. Essa mudança nos papéis praticados pelo IHGG nos conduz a compreendê-lo como um centro atrativo de estudos regionais, favorecendo e estimulando a vida intelectual, divulgando os feitos regionais por meio de promoções de eventos e da divulgação da sua Revista, que funcionou como um veículo entre o IHGG e o meio oficial. Vimos esse fato no convênio realizado entre o Instituto e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado conforme ficou claro em linhas anteriores.

3 - A Revista do Instituto Histórico e Geográfico

A produção da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, como já dissemos, foi retomada em 1972 na gestão de Basileu Toledo França e tinha como proposta tornar-se um periódico anual, dedicado aos estudos regionais.

Ao elaborar a proposta do retorno da RIHGG Toledo França acreditava que: *“uma instituição que não tiver um arquivo, e a revista funciona como arquivo para o registro das atividades de cada um de nós, é ‘risco na água’. (...) Temos a função social de democratizar o saber numa terra pobre como a nossa, não só o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, mas qualquer instituição cultural. Veja a Academia Goiana de Letras, por exemplo, ‘peca’. Eu já falei isso lá várias vezes, já me propus até fazer cursos nas escolas, nos bairros, nos locais onde haja possibilidade de atingir um público maior, não podemos esperar que o público vá à Academia. Como também a finalidade da revista do IHGG é essa. Mandar a revista para o interior, prefeituras, instituições, igreja, é forma de democratização do saber”*⁸⁹ [grifos meus].

As afirmações acima transcritas nos levam a compreender que o IHGG, por meio de sua revista, buscou cumprir seu papel educativo a partir do momento em que divulgou o conhecimento regional. A RIHGG (re) nasceu com o intuito de ser um instrumento educativo, já que os assuntos propostos por em suas publicações eram praticamente de grande parte da sociedade goiana. Daí a busca de divulgação não só para escolas como também para outras instituições culturais na Capital e interior do estado.

Essa democratização do saber significava uma maior divulgação do conhecimento produzido pelos sócios, não só sobre a região de Goiás, em forma de artigos, notas e traduções na RIHGG. Com raras exceções eram aceitos de artigos vindos de pessoas que não faziam parte da Casa, a não ser que essas pessoas tivessem seus nomes nacionalmente ou regionalmente reconhecidos. Assim sendo, os intelectuais que publicavam na revista eram os próprios associados e alguns deles pertenciam à geração que participou efetivamente do IHGG nas décadas de sua criação e consolidação (1930-1945). E por meio da revista, seja pelos resultados de pesquisas realizadas no IHGG, seja pelas pesquisas realizadas na Universidade Federal de Goiás ou ainda pelas pesquisas de pós-graduação desenvolvida fora do estado, houve uma divulgação dos estudos regionais. Ao nosso ver, essa produção era, mais uma vez, resposta às preocupações com as questões regionais que afloravam no IHGG e na Universidade Federal, já que era dessa última que saía grande parte da produção, sendo que a divulgação ficava a cargo do IHGG⁹⁰.

⁸⁹ Relato oral cedido à autora em 19/08/1999

⁹⁰ Não podemos nos esquecer de que na década de 1970 foi criado o Curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias na Universidade Federal de Goiás e que participava do seu quadro docente parte dos professores associados do IHGG.

Fica claro nesse momento que a RIHGG assumiu o papel de veículo de divulgação de temas regionais. Segundo depoimento oral da professora Dalísia Doles, a revista, naquele momento, era um dos poucos meios de divulgação de trabalhos produzidos sobre a região. Lembremos que professores das universidades, principalmente dos cursos de História e Geografia, recorriam à revista do IHGG para publicar seus trabalhos. A importância e o impacto da retomada da RIHGG podem ser melhor apreciados na fala da professora Dalísia Doles:

“em primeiro lugar eu gostaria de dizer que faz-se [sic] pesquisa em Goiás e muitas vezes não se encontra o veículo de publicação. Então, a RIHGG representou para nós a possibilidade de publicação de nossas pesquisas. E de outra parte, por exemplo, em termos de temas, os trabalhos que estão ali publicados refletem os temas que eram objeto de meu interesse na época”.

Quadro 3.7

Principais Colaboradores da RIHGG nos anos 1972-1979

Colaborador	Artigos Assinados (1972-1979)	Área
Altamiro de Moura Pacheco	03	Biografia e Necrologia
Antônio Theodoro da Silva Neiva	03	Antropologia
Augusto Fleury Curado	02	História Regional
Basileu Toledo França	08	Geografia; Literatura; História; Biografia e Necrologia.
Colemar Natal e Silva	07	História; História Regional; Biografia e Necrologia.
Dalísia Elizabeth Martins Doles	02	História Regional e Geografia Regional
Humberto Crispim Borges	04	História Regional; Biografia e Necrologia.
Luiz Gonzaga de Faria	02	Biografia e Necrologia.
Maria da Glória Scartezini de Azevedo Coutinho	03	História Regional e informativos
Zilda Augusta do Nascimento	02	Biografia e Necrologia.

A editoração da RIHGG advinha, como já dissemos, do contrato que a instituição havia assinado em 1972 com a Gráfica e Editora Oriente. Em 1978, o Instituto estabeleceu um outro contrato com a Gráfica em que permaneceria o aluguel de área do Instituto em troca da

publicação das revistas. No entanto, foi criada uma nova cláusula, segundo a qual haveria descontos de 10% nos livros escritos pelos membros e publicados pela editora. Lembremos que essa Editora foi a mais utilizado pelos intelectuais goianos nos anos de 1970, seja para publicações de teses, livros ou revistas.

Com um número de páginas variando de 150 a 250, a RIHGG, ao longo dos anos de 1970 (1972-1979), circulou com 08 números, perfazendo um total de 78 textos publicados entre artigos, notas, traduções e informativos da *Casa*. A revista teve periodicidade anual. Contudo, no ano de 1974 não houve sua publicação, sendo compensada em 1975 com a produção de dois números.

Apenas no primeiro número da RIHGG (1972) os diretores apresentam a revista, destacando a importância do IHGG no cenário cultural goiano desde os anos de sua fundação até aquele momento. Em duas páginas discorrem sobre a causa da paralisação de suas atividades, apontando o empréstimo do prédio para a Universidade Federal de Goiás como o principal causador. Em todo seu discurso deixam transparecer o revigoramento da instituição ocasionado pela retomada do prédio, pela associação de novos membros e pela publicação da RIHGG. Assim afirmam:

“como uma nova Fenix, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pareceu ressurgir de suas próprias cinzas, mas, na verdade, o Instituto não morreu: atravessou, apenas, uma longa e melancólica fase de intermitência nas suas atividades, mas jamais abriu mão de seus direitos e nem de suas lédimas prerrogativas” (RIHGG, 1972, p. 08).

A RIHGG utilizava uma linguagem acessível, buscando atingir não só o público ‘letrado’, mas um público mais amplo, como parte de uma estratégia do IHGG para manutenção de seu projeto intelectual de estudos regionais. Como todo veículo de comunicação a RIHGG estabeleceu uma relação entre *quem e para quem fala*, ou como diz Certeau (1993, p.222) *“todo discurso é definido por um emissor e um destinatário. Supõe um contrato tácito entre eles”*. Nesse sentido, a RIHGG não buscou apenas um público específico de historiadores, geógrafos ou outros campos profissionais específicos, mas, procurou, de uma maneira ampla, atingir um maior público leitor. Esse fato fica claro quando observamos os lugares para os quais foram enviadas as publicações: não apenas as universidades, associações ou academias de letras do estado de Goiás, mas também as escolas de primeiro e segundo graus, igrejas, entre outras instituições.

Contudo, sabemos que havia a necessidade dos produtores da revista de romper as fronteiras do espaço regional. Nesse intuito o IHGG promoveu a divulgação de sua revista para outras instituições culturais em nível nacional remetidas para diversos IHG do Brasil, museus, academias de letras, universidades, entre outras. Havia também a divulgação para entidades internacionais, como o *“Instituto de Ciencias Naturales – San Rafael”* (Mendoza) na Argentina.

Sabemos que o IHGG se propõe a realizar estudos do espaço regional goiano. E esse tipo de estudos foram feitos em diferentes momentos, como ilustram os trabalhos elaborados por viajantes europeus, como os de Johann Emmanuel **Pohl**, *“Viagem no Interior do Brasil”*, e de Auguste de **Saint-Hilaire**, *“Viagem à Província de Goiás”*; pelos presidentes da província de Goiás, como Raimundo da **Cunha Matos**, *“Corografia da Província de Goiás”*, e José Martins Pereira de **Alencastro**, *“Anais da província de Goiás”*; pelos intelectuais na transição para o século XX, como Antônio **Americano do Brasil**, *“Súmula da História de Goiás”*.

Esses trabalhos acerca de Goiás foram elaborados em diferentes tempos históricos, cada qual, portanto, com sua visão de região. Para alguns, como Auguste de Saint Hilaire, o território goiano era tão hostil quanto sua população. Para outros, como Antônio Americano do Brasil, Goiás era visto como um grande potencial econômico para a Nação. Recorrendo a Roger Chartier (1988, p.16-17), quando diz que *“a história cultural tem por principal objecto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”*, interessa-nos comentar a forma pela qual a RIHHG visualizou a História e a Geografia regionais.

Para iniciarmos a análise da RIHHG, apresentamos a seguir um índice analítico de todos os números publicados na década de 1970.

Quadro 3.8

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – Índice Analítico

Ano	Mês	Número	Autor	Título	Páginas	Assunto
1972	Dez	01	Antônio Theodoro da Silva Neiva	Antropologia e Medicina	15-19	Antropologia
1972	Dez	01	Basileu Toledo França	O boi na geografia de Goiás	20-61	Geografia Regional
1972	Dez	01	Luiz Gonzaga de Faria	Cunha Matos na vida e na história de	62-73	Biografia e

				Goiás		necrologia
1972	Dez	01	Colemar Natal e Silva	História: nova conceituação	74-76	História
1972	Dez	01	Altamiro de Moura Pacheco	Profissão de fé	77-80	Biografia e necrologia
1972	Dez	01	Zilda Augusta do Nascimento	Um herói da guerra do Paraguai	81-96	História Regional
1972	Dez	01	N/C	O filho de volta à terra mãe	97-102	Biografia e Necrologia
1972	Dez	01	N/C	Anotações históricas sobre a cartografia de Goiás	103-106	Geografia Regional
1972	Dez	01	N/C	Documentos históricos	107-108	História
1972	Dez	01	Modesto Gomes	Quando a literatura é história	109-140	História e Literatura
1972	Dez	01	N/C	Homenagem póstuma	141	Necrologia
1973	Dez	02	N/C	Noticiário sobre a eleição da atual diretoria	11-14	Informativos
1973	Dez	02	Colemar Natal e Silva	Os sertões Goyazes – a conquista da terra e a catequese do índio	15-58	História Regional
1973	Dez	02	Basileu Toledo França	Antonio Americano do Brasil	59-71	Biografia e Necrologia
1973	Dez	02	Antonio Theodoro da Silva Neiva	Dois estudos antropológicos	71-88	Antropologia
1973	Dez	02	Altamiro de Moura Pacheco	Homenagem ao professor Agnelo Arlington Fleury Curado (discurso)	89-100	Biografia e Necrologia
1973	Dez	02	Zilda Augusta do Nascimento	Henrique Silva	101-128	Biografia e Necrologia
1973	Dez	02	N/C	Há cem anos Santos Dumont veio ao mundo, sob os céus do Brasil	129-132	História da ciência
1973	Dez	02	N/C	Há cinco séculos na Polônia nascia um gênio: Nicolau Copérnico	133-136	História da ciência
1975	Mar.	03	Basileu Toledo França	A Revolução de 1902 e a integração do Acre à comunidade brasileira	09-38	Geografia
1975	Mar.	03	Luiz Gonzaga de Faria	A oportunidade de uma justa homenagem	39-43	Biografia e Necrologia
1975	Mar.	03	Humberto Crispim Borges	Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	45-54	Biografia e Necrologia
1975	Mar.	03	Antônio Theodoro da	Três estudos antropológicos	55-80	Antropologia

			Silva Neiva			
1975	Mar.	03	N/C	O Instituto Histórico ministra curso de alto nível sobre empolgante temário goiano	81-90	Informativo
1975	Mar.	03	N/C	A real situação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás retratada em memorandum pelo seu presidente	91-95	Informativo
1975	Mar.	03	Colemar Natal e Silva	Pela pesquisa	97-110	Teoria em História
1975	Mar.	03	Oscar Sabino Júnior	O povo já consagrou a data de 24 de outubro	111-114	História Regional
1975	Mar.	03	Cleomar de Barros Loyola	Comemoração de instalação dos cursos jurídicos no Estado de Goiás	115-126	História Regional
1975	Dez	04	Humberto Crispim Borges	Anápolis	09-28	História Regional
1975	Dez	04	Basileu Toledo França	Antônio Cândido de Carvalho, um grande sertanista goiano	29-40	Biografia e Necrologia
1975	Dez	04	Dalísia Elizabeth Martins Doles	Acervo documental do serviço de documentação do estado de Goiás	41-60	História Regional
1975	Dez	04	Augusto Fleury Curado	História dos Advogados de Goiás	61-82	História Regional
1975	Dez	04	Altamiro de Moura Pacheco	Primórdios de Brasília	83-176	História
1975	Dez	04	Colemar Natal e Silva	Leopoldo de Bulhões	177-188	Biografia e necrologia
1975	Dez	04	Pedro Ignácio Schmitz	Projeto Arqueológico Alto Tocantins, Goiás	189-204	Arqueologia
1976	Out.	05	Luís Antônio da Silva e Souza	A discórdia ajustada	09-24	História do Brasil
1976	Out.	05	Basileu Toledo França	Diomar Menezes um herói goiano da II Grande Guerra	25-38	Biografia e Necrologia
1976	Out.	05	José Mendonça Teles	Os dominicanos em Goiás – um livro inédito de Frei Germano	39-57	Comentário de obra
1976	Out.	05	Marivone Matos Chaim	A idade do ouro e a paisagem social goiana	59-79	História Regional
1976	Out.	05	N/C	Seminário de Cultura Goiana	81-85	Informativos
1976	Out.	05	Dalísia E. Martins Doles	O sentido histórico da literatura	87-100	História e

						Literatura
1976	Out.	05	Humberto Crispim Borges	Patrono da cadeira nº 16 Raimundo José da Cunha Matos	103-108	Biografia
1976	Out.	05	N/C	Patrono da Cadeira nº 05 Crispiniano Tavares	109-124	Biografia
1976	Out.	05	Colemar Natal e Silva	Missão da História na conjuntura atual	125-132	Teoria em História
1976	Out.	05	Waldir Luiz Costa	Legalista e revolucionário	133-158	História do Brasil
1976	Out.	05	Manuel Onofre	Comentários sobre a guerra do Paraguai, inclusive sobre o concurso de Goiás	157-168	História Regional
1976	Out.	05	Augusto Fleury Curado	Um estadista do Império	169-175	História do Brasil
1976	Out.	05	N/C	Posse do Professor Colemar Natal e Silva no IHGB	177-186	Discurso de Posse
1976	Out.	05	Genesco Ferreira Bretas	A ordem dominicana em Goiás	187-228	Tradução
1976	Out.	05	Maria da Glória Scartezini de Azeredo Coutinho	Ignácio Xavier da Silva – O Yamerô	229-234	Biografia e Necrologia
1976	Out.	05	Maria da Glória Scartezini de Azeredo Coutinho	Atividades do IHGG	235-248	Informativos
1977	Dez	06	Colemar Natal e Silva	Ecos da semana da Pátria	11-16	História
1977	Dez	06	Humberto Crispim Borges	Antonio Pireneus (1879-1936)	17-20	Biografia
1977	Dez	06	Moema de Castro as Silva Olival	Estilística (enfoque estrutural)	21-26	Linguística
1977	Dez	06	Maria Augusta de Moraes Sant'Ana	Conjuntura econômica, administrativa e política de Goiás nas primeiras décadas do séc. XIX	27-38	História Regional
1977	Dez	06	N/C	Ata da sessão solene de posse dos professores Bráulio do Nascimento e Vicente Salles	39-42	Posse
1977	Dez	06	Vicente Sales	Goiás e a integração da Amazônia no espaço geográfico brasileiro	43-48	Geografia Regional
1977	Dez	06	Bráulio do Nascimento	Americano do Brasil e o Cancioneiro	49-62	Biografia e Necrologia
1977	Dez	06	N/C	Instituto Histórico dá posse a Nertan Macedo	63-70	Posse
1977	Dez	06	Nertan Macedo	Discurso de Nertan Macedo	71-80	Discurso de

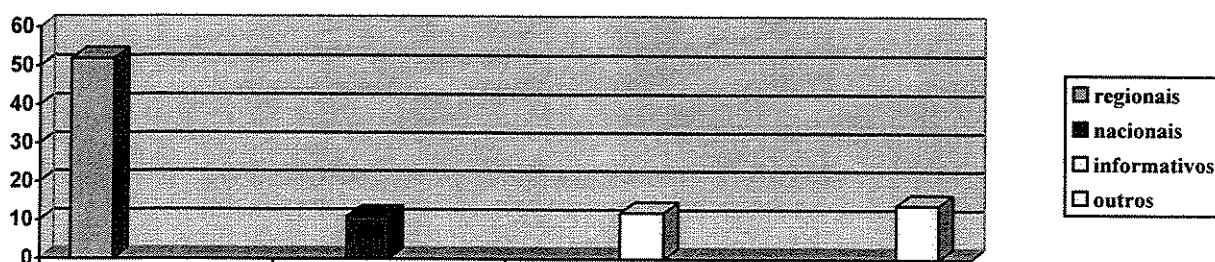
						Posse
1977	Dez	06	N/C	Canto segundo de que contém a história de Tasso, Sofrônia e Olindo	81-94	Transcrição e Tradução
1977	Dez	06	Maria da Gloria Scartezini	Atividades do IHGG	95-108	Informativo
1977	Dez	06	Basileu Toledo França	Literatura Oral	109-114	Literatura
1977	Dez	06	A G. Ramos Jubé	A poesia de Goiás I – traços característicos da poesia de Goiás	115-128	Literatura
1977	Dez	06	Lena Castello Branco Ferreira Costa	O desenvolvimento das comunidades de Goiás	129-164	História Regional
1977	Dez	06	Carlos Francisco Moura	Viagem através de Goiás e Mato Grosso em 1972	165-203	Geografia Regional
1978	Jun.	07	Joaquim Gilberto	Evangelino Meireles no tempo e no espaço	13-20	Biografia e Necrologia
1978	Jun.	07	Antônio Americano do Brasil	Páginas do Folclore Goiano	21-30	Transcrição
1978	Jun.	07	Basileu Toledo França	O sudoeste tentativa de interpretação	31-64	Geografia Regional
1978	Jun.	07	Dalísia E. M. Doles	Os vales dos grandes rios	65-74	Geografia Regional
1978	Jun.	07	Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	Contribuição ao estudo dos auls régias em Goiás	75-98	História Regional
1978	Jun.	07	José Normanha Oliveira	Uma vida e um exemplo	99-106	Biografia e Necrologia
1978	Jun.	07	Waldir Luiz Costa	Saudação a Jaime Câmara	107-118	Discurso de Posse
1978	Jun.	07	Lena Castello Branco Ferreira Costa	A lei Rivadávia: sua aplicação em Goiás	119-158	História Regional
1978	Jun.	07	N/C	Ata de instalação solene do Departamento de História e Geografia da cidade de Goiás	159-166	Informativo
1978	Jun.	07	N/C	Relatório de Atividades; março de 1977/maio de 1978	167-189	Informativo
1979	N/C	08	Colemar Natal e Silva	Leopoldo de Bulhões (discurso)	13-16	Necrologia
1979	N/C	08	Wagner Estelita Campos	Leopoldo de Bulhões (palestra)	17-24	Necrologia
1979	N/C	08	Basileu Toledo França	Leopoldo de Bulhões (uma breve notícia)	25-36	Biografia e Necrologia

1979	N/C	08	Esther Barbosa Oriente	Leopoldo de Bulhões (síntese biográfica)	37-46	Biografia
1979	N/C	08	Antônio Brasil	Documentos Históricos da Capitania de Goiás	47-66	História Regional
1979	N/C	08	Manuel Onofre de Andrade	Plácido de Castro e a questão acreana	67-80	Geografia
1979	N/C	08	Luiz Palacin	Os três povoamentos de Goiás	81-96	História Regional
1979	N/C	08	Paulo Bertran	História econômica de Goiás	97-104	História Regional
1979	N/C	08	Eul Sun Pong	Os mandarins do Brasil Imperial	105-146	História do Brasil
1979	N/C	08	Jaime Câmara	Ensaio genealógico, ramificações e atividades da família Câmara em Goiás	145-160	Genealogia
1979	N/C	08	Humberto Ludovico de Almeida	Da cultura Goiana	161-162	Discurso
1979	N/C	08	N/C	Relatório de atividades	163-182	Informativo

A primeira publicação da revista do IHGG foi em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, no entanto, nos causou certa estranheza não ter sido publicado nenhum artigo ou nota sobre o tema comemorado nacionalmente por outras instituições congêneres. Ao contrário, os artigos caracterizaram-se por discussões regionais, sejam elas históricas, geográficas ou biográficas. Uma caracterização temática dos artigos publicados pela RIHGG na década de 70 está sintetizada no gráfico abaixo

Gráfico 3.5

Temas Tratados na Revista do IHGG (1972-1979)



De início, é evidente que a quantidade de artigos dedicados a temas regionais superou, em muito, os outros temas. Tais temas **regionais** envolvem todos os assuntos tratados no RIHGG cujo cerne é a região goiana, sejam das disciplinas de Geografia, História, Biografia ou Necrologia. Os temas **nacionais**, obviamente, envolvem os assuntos tratados sobre o país (Geografia, História, Biografia, e Necrologia); os temas **informativos** referem-se às publicações das atividades da *Casa* e, por último, os temas que conceituamos aqui como **outros** envolvem uma série de assuntos que não se definem nem como temas nacionais nem regionais, mas são discussões sobre teorias da ciência, discursos de posse, antropologia, literatura, lingüística e genealogia.

A quadro abaixo apresenta, por meio da classificação dos assuntos, os temas regionais mais freqüentes na RIHGG.

Quadro 3.9

Publicações de Temas Regionais na RIHGG

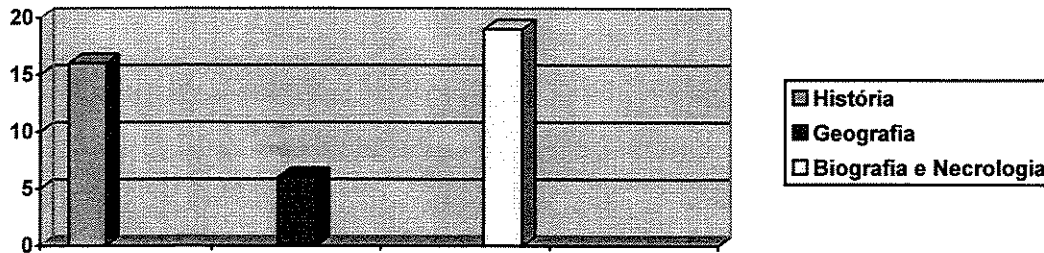
Classificação/Período	1972	1973 ⁹¹	1975	1976	1977	1978	1979	Total
História Regional	01	01	05	02	02	03	03	17
Geografia Regional	02	—	—	—	02	02	—	06
Biografia e Necrologia	04	03	04	02	02	02	04	21
Arqueologia	—	—	01	—	—	—	—	01
Comentários de Obra	—	—	—	01	—	—	—	01
Tradução	—	—	—	01	—	—	—	01
Transcrição	—	—	—	—	—	01	—	01
Genealogia	—	—	—	—	—	—	01	01
Literatura	—	—	—	—	01	—	—	01

O quadro e o gráfico apontam que predominam, entre os temas, as biografias e os necrológios, seguidos de perto pelos artigos dedicados à História. A temática geográfica segue em terceiro lugar, porém numericamente bastante inferior.

⁹¹ Não houve publicação da RIHGG no ano de 1974

Gráfico 3.6

Produções Históricas, Geográficas e Biográficas do IHGG nos anos 70



Apesar dos temas geográficos não serem tão freqüentes e, principalmente, por serem trabalhos muito mais de estudiosos da História regional do que propriamente de Geografia, neles percebemos um elo entre a História e a Geografia.

Os trabalhos de cunho geográfico foram escritos no momento em que essa ciência despontava para uma mudança de paradigma⁹², contudo, os artigos da RIHGG ainda não incorporavam as reformulações que se passavam no cenário geográfico da década de 1970.

Vale aqui fazermos um breve histórico acerca do desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil dos anos 70. Esse momento foi marcado por uma conjuntura política e econômica comandada pela ditadura militar sob o signo do “milagre econômico”. E a geografia, enquanto campo de conhecimento, principalmente no final dos anos 70, passou por reformulações epistemológicas, novos olhares e propostas de investigação foram lançados, caracterizados por uma maior preocupação com a problemática social.

Esse novo olhar contradiz as posturas metodológicas adotadas até aquele momento. Segundo Moraes (1983, p.113) essas novas posições

“critica o empirismo exacerbado da Geografia Tradicional, que manteve suas análises presas aos mundo das aparências, e todas as outras decorrências da fundamentação positivista (a busca de um objeto autonomizado, a idéia absoluta de lei, a não-diferenciação das qualidades distintas dos fenômenos humanos, etc). Entretanto vão

além, criticando a estrutura acadêmica, que possibilitou a repetição dos equívocos: o “madarinato”, o apego às velhas teorias, o cerceamento da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos, que afastava do âmbito dessa disciplina a discussão das questões sociais. Assim, ao nível da crítica de conteúdo interno da Geografia, não deixam pedra sobre pedra”.

Contudo, não podemos esquecer que essa tendência de renovação paradigmática possui suas raízes nas discussões que permearam o cenário das ciências sociais desde a década de 1960. Vale citar os trabalhos de Caio Prado Júnior, *“Formação do Brasil Contemporâneo”*; de Sérgio Buarque de Holanda, *“Raízes do Brasil”*, que não só influenciaram a História e a Sociologia como uma parte dos geógrafos, é certo que bastante reduzida. Segundo Andrade (1987, p. 128) esses estudos *“demonstram grande preocupação pelos problemas sociais e o aprofundamento da análise às causas, às raízes dos problemas”*. Deixemos claro que a aceitação dos trabalhos de Prado Júnior e Buarque de Holanda não foi consenso entre os geógrafos, pois evidentemente, a diversidade de pensamentos é comuns em qualquer grupo de estudiosos.

Mas, a incorporação, naquele momento, desses estudos históricos e sociológicos, foi alvo de grande crítica. Podemos citar os trabalhos de Manuel Correia de Andrade escritos nos anos 60⁹³ que foram aceitos por historiadores e sociólogos, mas que segundo a visão geográfica predominante da época, foram considerados não-geográficos, em face das suas preocupações sociais. Foram alvo de duras críticas, chegando a serem rotulados de trabalhos literário.

A repercussão dos trabalhos produzidos nos anos 60 por Correia de Andrade teriam espaço nas discussões teóricas e metodológicas da ciência geográfica apenas no final da década de 1970, momento em que a incorporação do pensamento social se faz presente nesse campo de conhecimento.

A reformulação do pensamento geográfico nos anos 70, segundo Correia de Andrade (1987, p. 118), ocorreu no momento em que

“os geógrafos ao conviverem com especialistas de outros ramos do saber e ao se convencerem de que a ‘neutralidade’ científica é uma balela que serve apenas para encobrir o comprometimento com os grupos dominantes, observaram a falsidade da

⁹² Adotamos a definição de Thomas S. Kuhn quando diz que paradigmas são *“as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”* (1996, p.13).

delimitação rigorosa entre as ciências, um vez que o conhecimento científico tem unidade e que as ciências são separadas apenas para efeitos didáticos e de especialização”.

A Geografia propôs-se a romper com o pensamento geográfico positivista e inaugurou a escola radical ou, como também é conhecida, escola crítica. Essa posiciona-se por uma

“transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem” (Moraes, 1992, p.112).

Robert de Moraes (1996) nos conta que nos encontros da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) promovidos nos anos 1974, em Belém e 1976, em Belo Horizonte ainda persistiu uma resistência democrática, fato rompido no encontro de 1978 em Fortaleza, onde, segundo o autor

“já emerge nos plenários um coro numeroso de vozes contrárias à Geografia neopositivista. Os ventos da ‘abertura’ (mesmo que lenta e gradual) propiciando maiores espaços de organização da sociedade civil e dos partidos, também se faz sentir no ambiente dos geógrafos. A Geografia crítica começa a emergir em nosso país” (1996, p.141).

Observamos que a AGB ocupou um importante papel nas discussões e reformulações do pensamento geográfico.

Sabemos que no decorrer da ditadura militar dos anos 60 e 70 diversos professores universitários foram exilados e procuraram desenvolver atividades em outros centros de pesquisas. Esse fato levou os geógrafos a percorrerem novos caminhos e a publicarem em revistas de caráter históricos, como *Antipode* e *Herodote*. Segundo Andrade (1987) um dos expoentes dos estudos geográficos no Brasil, Milton Santos, quando volta do exílio de onde participou do conselho editorial das revistas acima citadas, trouxe novo impulso à crítica na e sobre a Geografia. Insistimos em afirmar que a consolidação da escola geográfica crítica é lenta e, ao nosso ver, ainda continua em processo de implantação.

⁹³ Podemos citar os estudos: “A Pecuária no Agreste Pernambucano” (1961) e “A Terra e o Homem no Nordeste” (1963).

O quadro acima descrito não apareceu nas discussões Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, mas em pontos isolados de alguns dos principais centros universitários do país e, como já citamos, na Associação dos Geógrafos Brasileiros. Os trabalhos do IHGG iram caracterizar uma geografia regional que, em sua maioria, enfatizaram a descrição física e cultural de Goiás ou reproduziram dicionários geográficos, relato de viagem ou documentos cartográficos, entre outros.

Tomemos alguns artigos da RIHGG para investigarmos a visão de geografia que reinava nessa Instituição. Deixemos claro que não pretendemos aqui fazer longas discussões sobre a corrente da ciência geográfica, mas sim apontar as visões da ciência geográfica que afloraram nos artigos escritos pelos membros do Instituto. Lembremos que a preocupação do IHGG foi a produção de uma geografia sobre a região de Goiás. Predomina nessas publicações um estudo regional abordando todos os elementos presentes, desde as descrições das estruturas físicas da área (geologia, climatologia, hidrografia entre outros) aos estudos históricos, econômicos e sociais a fim de analisar o espaço regional a partir de suas próprias características.

Deixamos claro que os textos abordam enfoques geográficos diferenciados, mas não fogem a interpretação positivista, que, como sabemos, representava a ‘ordem do dia’ se considerarmos que as escolas geográficas se mesclam no tempo, como em qualquer outra área de conhecimento. No caso do pensamento positivista prevalece, dentro outras características, a descrição e classificação do espaço, ora pelo viés determinista, no qual os aspectos morfológicos e fisiológicos de uma área determinaram a economia e a cultura de uma sociedade, ora possibilista, afirmando que a ação humana não seria apenas resposta às imposições do meio. Esta última escola defende o caráter de neutralidade científica e a introdução dos estudos históricos na Geografia, fato esse que pode ser justificado por seu maior divulgador, Vidal de La Blacher ser historiador. Mas apesar de possuir outro enfoque de homem e meio físico, a corrente possibilista não rompeu com a visão naturalista, que também era divulgada pela corrente determinista.

Começamos com o primeiro artigo de caráter geográfico publicado na RIHGG (1972). Com o título “*O boi na geografia de Goiás*”, Toledo França comenta acerca da introdução da pecuária em Goiás como o mecanismo que modificou a economia da região e com ela influenciou as mudanças culturais da população local. Segundo o autor a pecuária chegou em Goiás por Minas Gerais

“e de lá transbordou com os nossos pioneiros para Goiás, sempre como fator econômico de desbravamento e ocupação do solo. Era o alimento, arreios, catres, laços, calçados e mil e um artigos necessários à vida dos nossos primeiros. Riqueza que se transportava a si mesma, civilizando os vazios territoriais”. (RIHGG, 1972,p.20).

Para França ‘o boi’ não só impulsionou a economia goiana, mas passou a ter um papel decisivo na criação dos topônimos regionais. Com intuito de demonstrar este fato o autor elaborou *“um pequeno ensaio sobre o boi em nosso estado, examinando a sua influência notável na geografia física, na história política-administrativa, na economia e finanças, na linguagem, no folclore, na música e na literatura”* (RIHGG, 1972, p. 20-21). França ressaltou a influência que a economia teve nos nomes dos municípios, dos rios, ribeiras, córregos, lagos, morros, serras em Goiás. Dessa feita, compõe um quadro de 210 denominações que se vinculam aos aspectos da geografia regional. Podemos tomar como exemplo a terminologia ‘barreiro’ que significa *“terreno salitrado e úmido, próprio para pastos, lugar onde o gado lambe o barro a fim de extrair-lhe o sal”* (RIHGG, 1972, p. 25). Com essa terminologia foram atribuídos nomes a 125 córregos, 01 rio, 01 morro, 01 ribeirão e a uma serra no estado de Goiás.

Sabemos que a prática dos estudos de topônimos de grande efeito descritivo foi freqüente nos estudos geográficos por longo período, principalmente no ensino de geografia, quando os alunos eram (ou são) obrigados a ‘decorar’ uma lista de nomes de capitais e estados, entre outros. Contudo, notaremos que a preocupação que norteou a produção desse artigo foi a relação entre o avanço da economia pecuarista no estado e sua influência na definição dos aspectos culturais do espaço regional.

Mas não só esse texto trata da cultura regional, o artigo *“Goiás e a integração da Amazônia no espaço geográfico brasileiro”*, escrito por Vicente Salles, aponta para a importância dos estudos sobre a divisão territorial do Brasil, ressaltando a cultura como elemento que elabora novas configurações territoriais e, conseqüentemente, rompe com fronteiras regionais impostas pelo Estado. Segundo Salles:

“a visualização do espaço físico brasileiro mostra que a atual divisão política dos Estados resultou basicamente do aproveitamento de acidentes geográficos naturais, predominantemente os rios, que em sua grande maioria facilitaram a ocupação e o povoamento do território. Acertos posteriores estabeleceram sobre territórios contestados limites derivados de coordenadas puramente cartográficas. A divisão

natural, quando tratamos das grandes regiões, definidas por certo grau de homogeneidade ecológica. Por outro lado, tanto a divisão política quanto a natural não podem servir de parâmetros para uma tentativa de divisão do país em áreas culturais” (grifos meus) (RIHGG, 1977,p.43).

Comentando as propostas de divisões territoriais elaboradas e colocadas em prática pelo Estado, o autor apresentou a cultura como um elemento que rompe e, ao mesmo tempo, estabelece fronteiras no espaços. Sua compreensão de cultura fica explícita no artigo quando afirma que os principais elementos que particularizam uma região são a “*lingüística, o etnográfico e o folclórico*” (RIHGG, 1977, p.44). Nesse sentido, a cultura aparece como o principal fator de integração entre a região de Goiás e a Amazônia, as semelhanças do norte do estado de Goiás com o folclore e a lingüística da população amazônica. Para essa afirmação o autor pauta-se nos estudos de literatura regional, principalmente a poesia, que aparece como a principal expressão de integração entre regiões.

Segundo o autor, essa integração cultural entre Goiás e Amazônia tem suas origens no século XVII, quando os “preadores de escravos” saíam de Belém ou São Luiz do Maranhão para comercializar suas ‘mercadorias’ no norte de Goiás. Todo o discurso de integração nacional proposto por Salles é compreensível se levarmos em consideração o momento político e social que o país estava vivendo. Lembremos que em 1977 o país vivia a ditadura militar e com ela o discurso de integração do país e da necessidade de ocupação da Amazônia era corrente na boca de uma parte dos intelectuais do país, e principalmente do governo militar. Nesse sentido, o viés do estudo da cultura foi o mais expressivos para o ‘encontro’ das regiões.

Em 1950 foi publicado por Basileu Toledo França o livro que, mais tarde, no ano de 1978 iria transformar-se no artigo “*Sudoeste: tentativa de interpretação*”⁹⁴ impresso na RIHGG. O artigo apresenta comentários realizados por Alfredo d’Escagnolle Taunay (1865), Guilherme Bastos Milward (1922) e Othon Henry Leonardos (s/d) e Aziz Nacib Ab’Saber e Miguel Costa Filho (1948) sobre a geologia e a geografia da região. Após apresentar as descrições da área realizadas pelos geólogos e geógrafos acima citado, França descreve a região sudoeste do estado de Goiás da seguinte forma:

“território imenso, com cerca de oitenta mil Km2, o Sudoeste de Goiás está compreendido entre os rios Paranaíba, Araguaia e Aporé, terminando ao Norte em uma

⁹⁴ O artigo possui o mesmo nome da obra

linha reta que vai de Itumbiara a Aragarças. Nessa vastidão, onde aparecem solos de vários tipos e diferentes níveis de uberdade, encontramos largas manchas de terreno roxo, próprio para café; zona de mata, especialmente próximas dos grandes mananciais; invernadas com numerosos rebanhos e pastagens fracas em chapadões intermináveis. De tal modo variam as características geográficas e o tipo de vida daí decorrente” [grifos meus] (RHGG, 1978, p. 33).

Nesse sentido, o autor nos conta que o espaço físico qualifica e define os processos sociais que irão se desenvolver, apontando que o espaço econômico da região foi determinado pelas suas bases geográficas. O autor desmembra a região sudoeste em três subregiões (Paranaíba, Araguaia, Aporé e Pastagem) e para cada uma explicita sua função econômica no estado. Ao se referir a essas subregiões faz a seguinte afirmação: “*a força da geografia que dita muitas vezes a história*” (RIHGG, 1978,p.43).

Respalado na afirmação acima, França, descreve o povoamento do sudoeste goiano, pautando-se, principalmente nos marcos econômicos da região. Lembremos que foi, para França, o meio físico que determinou as atividades econômicas das subregião. Nesse sentido, para o autor ocorreu uma ‘evolução regional’ tendo quatro marcos principais, a saber: o período heróico, que representa o momento de “*fixação das famílias, a luta de brancos e bororos andejos, com as malocas à margem esquerda do Araguaia, a construção dos primeiros templos (...) o comércio penoso em carros e tropas com Minas, São Paulo e Mato Grosso, para onde levavam gado, açúcar e mantas de toucinho*”; período de consolidação, marcado em 1918 pela entrada do automóvel e a implantação de água encanada e luz elétrica; período de transformações político-sociais, momento da revolução de 1930.

No artigo escrito por França, apesar de aparecer uma preocupação com o desenvolvimento econômico de Goiás, ou como ele próprio denomina de ‘evolução regional’, prevalece uma interpretação significativa da região com ênfase nas às relações homem e meio físico, deixando dessa forma transparecer a visão naturalista, bastante difundida na escola positivista.

Professora formada pelo curso de História e Geografia da Universidade de São Paulo, Dalísia Doles ingressa no quadro docente da Universidade Federal de Goiás em 1968, e desde então dedicou-se a estudos históricos regionais. No entanto, escreveu na RIHGG trabalhos que apresentavam a descrição geográfica de determinadas áreas da região de Goiás. Em seu artigo “*Os vales dos grandes rios*” descreveu as bases geográficas (relevo, clima, sistema

pluviométrico, vegetação, hidrografia), caracterizou os cursos do Tocantins e Araguaia⁹⁵ finalizando o texto com o que intitulou 'base histórica', na qual defendeu a vinculação do desenvolvimento da comunicação hidrográfica ao aparecimento de núcleos de povoamento ao longo dos trechos que foram criadas da navegação a vapor.

Outros trabalhos de cunho geográficos são as transcrições do relato de viagem de Luís de Albuquerque nas províncias de Mato Grosso e Goiás. Neste artigo encontramos a reprodução do diário e a tábua de lugares por onde havia passado. E presente também na RIHGG uma preocupação em divulgar os lugares que estão armazenados os trabalhos cartográficos sobre a província de Goiás.

Outros trabalhos que marcam as RIHGG são as Biografias e as Necrologias, em nossa opinião, não só como mecanismos de homenagem ou, citando René Taton (1987, p.77), como *"una enorme galeria de retratos individuales"*, mas principalmente como contribuição para o entendimento da história regional. Partindo desse entendimento, podemos apontar como exemplo algumas biografias divulgadas pelo RIHGG acerca de Leopoldo de Bulhões, dos intelectuais das décadas de 1910 e 1920, Henrique Silva e Antônio Americano do Brasil, e de um goiano que participou da II Guerra Mundial, Diomar Menezes.

Publicadas com o intuito de guardar a memória regional, as Biografias e as Necrologias apresentadas na RIHGG configuram-se como histórias de vidas e elogios fúnebres de homens que compuseram o cenário regional desde o período Imperial. A revista número 08 traz claramente a visão do Instituto:

"à História, voz do túmulo, no conceito de Lamartine, compete registrar e perpetuar a ação dos filhos que, em cada pátria, ajudaram a construir a sua grandeza imaterial, aquela que sobreviver às limitações do tempo. Também é certo que não pode haver grandes nações sem grandes homens, que comprovem o alcance de sua luta pessoal pela evolução em seu sentido mais amplo, abrangendo todas as categorias de ação social". (RIHGG, 1979, p.13).

No caso de Leopoldo de Bulhões foram 05 artigos publicados a respeito da história de sua vida política. Segundo Nepomuceno (1999, p. 106) Leopoldo de Bulhões era

⁹⁵ Para essa exposição dos aspectos geográficos físicos a autora utilizou publicações do Ministério dos Transportes e do IBGE

“liberal desde os tempos em que freqüentava a Faculdade de Direito de São Paulo, era favorável à federação das Províncias. Proclamada a República, foi eleito deputado à Constituinte. Reconhecido no Congresso pela competência no terreno das finanças, além de relator do projeto de reorganização do Branco da República, foi diretor do Banco do Brasil, de 1907 a 1908”.

Além da sua representatividade na vida pública do país Leopoldo de Bulhões vinha de uma família tradicional de Goiás e à qual também pertencia Colemar Natal e Silva. Leopoldo de Bulhões era tio-avô de Colemar Natal e Silva. Esse laço de parentesco pode explicar o número elevado de homenagens a Bulhões e, principalmente, a influência política de que Natal e Silva irá dispor ao longo de sua vida.

Outros nomes lembrados pela RIHGG foram o de Henrique Silva e de Antônio Americano do Brasil, que são apresentados como os intelectuais que divulgaram Goiás à Nação. Em um artigo publicado na RIHGG (1973, p. 61-62) por Toledo França, Americano do Brasil foi assim lembrado:

“um autêntico inovador no campo da cultura, onde quer que atuasse, mas especialmente na historiografia e no folclore. Ele jamais copiou alguém, embora se valesse de documentos, livros e opiniões de outros estudiosos para fundamentar as suas teses (...) temos para nós que o gosto da pesquisa e a capacidade de reviver o passado através de documentos são os traços mais notáveis da personalidade do nosso escritor”.

Toledo França preocupa-se em narrar a trajetória do intelectual e divulgar sua produção. Nesse mesmo número da RIHGG foi publicado um artigo, de Zilda Augusta do Nascimento, sobre Henrique Silva. A autora foi mais detalhista em sua escrita biográfica, abordando desde a infância até o falecimento, levando em consideração sua trajetória política e intelectual.

A pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Instituto goiano, já no final da década de 1970 mas ainda em plena vigência da ditadura militar, inicia uma catalogação biográfica dos goianos participantes da II Guerra Mundial. Segundo relatório das atividades do IHGG, ocorreu uma reunião, em 23 de março de 1977, da Comissão incumbida do planejamento de uma pesquisa de âmbito estadual para o Comitê Internacional da História da 2ª Guerra Mundial, sob os auspícios do IHGB. Essa comissão local era composta pelos seguintes membros do IHGG: Reinaldo Baiocchi; Acary Brandão; Luiz Palacin; José Mendonça Teles, Dalísia Martins Doles, Marivone Matos Chaim, Basileu Toledo França, Maria da Glória S. de A

Coutinho. Contudo, antes mesmo do nascimento dessa proposta, membros do Instituto já haviam realizado algumas pesquisas sobre o tema, que foi publicado em 1976 pela RIHGG com o título *Diomar Menezes, um herói da II Grande Guerra*. Mas não foram somente os heróis goianos da II Guerra Mundial que foram recordados e ‘imortalizados’ pelo IHGG. No número 01 da revista foi publicado o artigo “*Um herói da guerra do Paraguai*”, escrito por Zilda Augusta do Nascimento, no qual foi retratado, por meio de correspondências enviadas pelo ‘herói da Laguna’ a seus familiares, a trajetória do goiano Vicente Miguel da Silva. Ao nosso ver, o IHGG buscou constantemente encontrar um herói local para as guerras que foram destaque na História do Brasil.

A divulgação do regionalismo foi uma das marcas do IHGG nos anos 70, evidente nos temas divulgados pela RIHGG, pelos CCGs e outros eventos propostos pelo Instituto que buscamos apresentar neste capítulo. A discussão sobre os aspectos geográficos, históricos, literários, entre outros, da região de Goiás tão presente no dia-a-dia da Instituição, nos leva a crer que o papel desempenhado por ela configurou um retrato do anseio intelectual regional. Esse quadro permanece até os dias atuais, visto que o IHGG continuou publicando sua revista dentro desse mesmo espírito. Contudo, nos anos 80 foram editadas apenas cinco, e nos anos 90 quatro números, sendo a última (1998) em homenagem a Colemar Natal e Silva⁹⁶

V - A Implantação do Departamento de História e Geografia na cidade de Goiás

Em 1977 foi implantado o Departamento de História e Geografia na cidade de Goiás que teria como função “*a guarda e preservação dos valiosos documentos que vêm sendo, há anos, recuperados pelo IHGG*”⁹⁷. Este Departamento funcionaria como um apêndice do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, o qual ficaria responsável pelos documentos sobre a cidade de Goiás que estavam em poder do IHGG.

A idéia de sua criação nasceu com um pedido de Frei Simão Dorvi, um dominicano que há muito vivia na cidade de Goiás e que era considerado um “guardião” dos documentos históricos sobre essa cidade. Segundo Teles (RIHGG, nº 05, 1976, p. 45), Frei Dorvi montou um

⁹⁶ Falecido em 1996.

⁹⁷ Ata dos trabalhos preliminares de instalação do Departamento de História e Geografia da cidade de Goiás integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para funcionar na cidade de Goiás, 19 de abril de 1977 (Arquivo Frei Dorvi).

“arquivo com 1.200.000 fichas catalogadas, registrando os batizados, casamentos e óbitos ocorridos a partir do século XVIII”. O Frei, um ano antes da implantação do Departamento, apresentou-se como candidato a uma vaga no Instituto goiano e, após sua aprovação como membro, propôs a criação do *Departamento*. O Instituto apoiou a idéia inaugurando-o, já com suas funções definidas, em 24 de julho de 1977. Data essa escolhida pelo Frei, por coincidir com o 250º aniversário do ‘*Descobrimento de Goiás*’.

Assim, com suas atribuições definidas, foi inaugurado o *Departamento* sob a direção de Frei Dorvi. À sua inauguração compareceram diversas autoridades políticas, militares, religiosas do estado de Goiás, assim como representantes de instituições culturais, como a *Ordem Nacional dos Bandeirantes*, cujo representante trazia mensagens de outras instituições paulistas: *Academia Paulista de História*; *Sociedade Amigos da Cidade – São Paulo*; *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*; *Ordem dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo*; *Círculo Militar de São Paulo*; *Instituto Genealógico Brasileiro*; *Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia – Departamento de Artes e Ciências Humanas*; *Prefeitura do Município de São Paulo – Divisão do Arquivo Histórico*; *Museu Paulista da USP*. Mas a inauguração não contou apenas com a participação das instituições paulistas, compareceram também o *Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*; a *Academia de Artes e Letras do Planalto Central*; *Rádio Brasil Central* e a *Escola de Belas Artes da cidade de Goiás*.

A presença de tantas entidades culturais não foi somente para prestigiar a inauguração do DHG da cidade de Goiás, mas principalmente para acompanhar a comemoração dos 250º da chegada das Bandeiras a Goiás. Esse fato foi justificado pelo representante da *Ordem Nacional dos Bandeirantes* em seu discurso, no qual deixou claro que para a *Ordem* existia um elo de aproximação entre os dois estados – Goiás e São Paulo. O representante justificava que os bandeirantes foram os responsáveis pela expansão territorial do Brasil, e aquela cerimônia era a prova viva do bem que as bandeiras fizeram quando aqui chegaram.

O *Departamento* ficou sediado no Convento de Nossa Senhora do Rosário, ao qual o IHGG pagava aluguel que seria “retirado em um único pagamento de verba proveniente do Conselho Nacional de Serviço Sociais do MEC”⁹⁸. Depois foi transferido para o Palácio dos Arcos⁹⁹, permanecendo até o fim dos anos de 1970.

⁹⁸ Ibidem, 19 de abril de 1977.

⁹⁹ O Palácio dos Arcos era a sede do governo estadual antes da transferência da Capital para Goiânia, hoje foi transformado em Museu.

Durante o ano de 1977 o *Departamento de História e Geografia* da cidade de Goiás recebeu do IHGG verba destinada ao “auxílio para a instalação e [seu] funcionamento”¹⁰⁰. No ano que se seguiu o IHGG solicitou relatórios das atividades desenvolvidas pelo DHGG para enviá-los à “*Presidência da República com o objetivo de que se torne conhecido de utilidade pública no âmbito federal*”. Contudo, até o final dos anos de 1970 não ocorreu o reconhecimento.

¹⁰⁰ Nota de Recibo. Arquivo Frei Dorvi, 01/08/1977.

Considerações Finais

Com o objetivo de contribuir para a História das instituições científicas no Brasil nosso trabalho, respaldado na História da Ciência em consonância com a História Cultural, busca compreender a trajetória de uma instituição regional desde suas primeiras tentativas de criação - no Império e na Primeira República, até sua consolidação definitiva nos anos 1930. Em todo nosso estudo visualizamos o IHGG enquanto um objeto precioso de análise, por considerá-lo o *lugar* inaugural de uma região “escondida”, pelo qual se divulgaram e elaboraram uma história e geografia regionais em sintonia com uma visão de ciência de seu tempo.

Sendo implantado definitivamente nos anos 30, sob os auspícios do governador Pedro Ludovico Teixeira, a instituição veio à luz com o intuito de produzir e divulgar conhecimentos: geográficos, históricos, etnográficos e arqueológicos no e sobre o estado de Goiás. A idéia se fez atraente e reuniu um grupo de intelectuais da região, pessoas que tinham formações diversas – desde farmacêutico, engenheiro de minas e, principalmente, um grande número de advogados. Dessa união de intelectuais regionais sobressaiu como líder do grupo Colemar Natal e Silva, que ocupou por diversas décadas a presidência da Instituição, ainda que de forma intercalada (1933 a 1955; 1972-1992).

Natal e Silva dedicou-se, além dos conhecimentos no campo de Direito, no qual era formado, ao estudo da história regional. Essa dedicação aos conhecimentos históricos possui raízes nos laços de amizade que estabeleceu, principalmente, com membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda nos tempos em que estudava no Rio de Janeiro. Natal e Silva possui forte referencial de seus estudos nas concepções históricas que reinavam no IHGB - a História enquanto ciência que desvenda o passado para decifrar o futuro, marcada por personagens e fatos.

Como praticante dos estudos históricos regionais, Natal e Silva foi o principal agente cultural que promoveu e criou diversas instituições, além é claro de dedicar-se a publicações de livros e artigos que tiveram, em alguns casos, circulação nacional. A principal proposta de Natal e Silva, enquanto presidente do IHGG, era apresentar à Nação uma região promissora que contribuiu para a construção da história do país, já que a imagem que se tinha de Goiás ainda era

aquela divulgada pelos viajantes que por aqui passaram, ou seja, de um lugar sem expressão cultural¹⁰¹.

Levando em consideração a influência das concepções histórias adquiridas na sua convivência no IHGB, vale citar Pestre (1996, p.16) quando define um praticante de uma ciência:

“é alguém que adquiriu um cultura, que foi formado, modelado por um certo meio, que foi fabricado – no contato com um grupo e com ele compartilhou as atividades – e não uma consciência crítica operante, um puro sujeito conhecedor. Aculturado num conjunto de práticas, de técnicas, de habilidades manuais de conhecimentos materiais e sociais ele é parte intrínseca de uma comunidade, de um grupo, de uma escola, de uma tradição, de um país, de uma época”.

Essa citação nos remete às práticas científicas e/ou culturais exercidas no IHGG, não só por Natal e Silva, mas pelos membros do Instituto, que giravam em torno de contar a história e a geografia de uma região “escondida”. E para narrá-la era preciso elaborar um “*fio condutor*”, que se movimentou por meio de uma história e geografia pátria, nas quais estavam presentes as homenagens e comemorações às datas e homens ilustres da Nação e da região. Mas não só isso, também faziam parte do cotidiano da *Casa* a construção do mito heróico de Goiás representado pelos bandeirantes paulistas, a apresentação de documentos históricos que contradiziam as afirmações divulgadas sobre a região pelos viajantes, a divulgação dos conhecimentos históricos e geográficos para a própria sociedade goiana.

Acreditamos que, no momento de instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, a historiografia brasileira ainda comungava, mesmo que de maneira secundária, com as concepções de história e geografia reinantes nos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros. Lembremos que os anos 30 foi o momento do surgimento de universidades brasileiras que iriam construir, com novos olhares e novas concepções teóricas, a História e a Geografia do país. Mas, nem por isso as concepções teóricas adotadas pelos Institutos Históricos iriam sucumbir. Ocorre o que podemos chamar do momento em que “jêgues e jatos” cruzam-se no espaço brasileiro¹⁰².

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi criado e consolidado num cenário marcado pelas mudanças de poder político regional, e seus fundadores faziam parte da teia de relações culturais impulsionadas, de certa forma, pelo interventor federal – Pedro Ludovico

¹⁰¹ Lembremos que não só o Instituto Histórico teve esse papel, mas também as revistas “*Informação Goyana*” (1917-1935) e “*Oeste*” (1942-1945).

¹⁰² Expressão utilizada por Moraes no livro “*Ideologias Geográficas*” (1996, p. 142).

Teixeira. Fato esse que lhes proporciona, no momento de criação e consolidação da instituição, principalmente nos anos 1930 a 1945, subvenções estaduais e municipais e até mesmo certas regalias, como ser beneficiado com um prédio na área nobre da nova Capital do estado.

Ao investigarmos a trajetória do Instituto ao longo dos anos 30 aos 70, notaremos que nem sempre o Instituto foi beneficiado pelo Estado, observaremos que muitas das vezes manteve-se pelas doações dos sócios e simpatizantes ou pelas solicitações de verbas para deputados e senadores eleitos por Goiás.

Para melhor compreender a dinâmica da *Casa* nosso trabalho se propôs a analisá-la por um período de cinco década, dividindo-as em três fases e em cada uma delas analisamos os papéis educacionais, sociais e de pesquisas que o IHGG desenvolveu.

No primeiro período, que envolve o movimento político de 1930 até o Estado Novo (1933-1945), o Instituto teve como principal papel a divulgação de Goiás para a Nação, apresentando por meio de sua História e Geografia uma (re) elaboração dos fatos ocorridos em Goiás, buscando contrapor-se à idéia de uma região alheia às discussões culturais. Para tanto, seus membros recorreram à história e à geografia do “descobrimento de Goiás” como sendo o momento de expansão da fronteira pátria, quando o *sertão* inicia sua incorporação ao *litoral*. Houve em todo esse período uma divulgação do passado glorioso de Goiás, no qual seus membros ressaltavam e construíram heróis do sertão.

Mas não só a construção dos heróis do sertão se fez presente. No mesmo instante em que se criava a Instituição se propunha também a mudança da capital do estado, e nesse episódio o Instituto encarregou-se de tranquilizar os ânimos das disputas de poder e promoveu sessões sobre o tema, convidando para participar diversos segmentos da sociedade goiana. No mesmo período promoveu a campanha da “Marcha para o Oeste”: era preciso divulgar a imagem de um estado promissor e o Instituto seguiu pelo viés da mitificação dos bandeirantes, transformando-os em heróis regionais, e a mudança de uma nova capital que iria representar a “modernização” do estado de Goiás.

A segunda fase, por nós definida como a consolidação da instituição, abarca o período de 1946 a 1962. Nesse momento o Instituto foi beneficiado com subvenções estaduais que proporcionaram sua consolidação definitiva nos anos 40. Contudo, esse momento também foi marcado pela saída, mesmo que temporária, de Coleman Natal e Silva da presidência, assumindo

em seu lugar Jarbas Jayme (março a maio de 1956), depois desde Zoroastro Artiaga (1956 a 1962) e por último Gilberto Mendonça Teles (1962).

A gestão de Zoroastro Artiaga foi fortemente marcada pelas comemorações e homenagens a vultos e datas nacionais, evidenciando os construtores da Nação, ‘grandes cidadãos’ exemplares e patrióticos, diferenciando-se, dessa forma, das gestões de Colemar Natal e Silva, que prestigiou em maior proporção o ‘culto ao regional’.

Ao assumir a presidência em 1962, Gilberto Mendonça Teles cede, com o aval de Colemar Natal e Silva, o prédio do IHGG para a Universidade Federal de Goiás, para que nele funcionasse o Centro de Estudos Brasileiros. A concessão foi apenas por dois anos, mas a UFG permaneceu no prédio até o início dos anos 70, impossibilitando as atividades da *Casa* por oito anos consecutivos.

Os anos 70 são definidos por nós como a terceira fase do Instituto. Em plena ditadura militar o Instituto revigorou seus ânimos e impulsionou a adesão de novos membros que já vinham de outras instituições culturais (Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica de Goiás). Esses novos membros configuraram uma ‘nova cara’ para a Instituição com a promoção dos Cursos de Cultura Goiana e a retomada da circulação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

O Curso de Cultura Goiana tinha como objetivo maior a divulgação dos conhecimentos literários, históricos e geográficos da região para a sociedade goiana de uma maneira geral. Foram realizados três CCG ao longo da década de 1970. Todos norteados pelas discussões regionais, porém cada um com temáticas que ora priorizavam estudos históricos ou literários. Os temas geográficos também se faziam presentes, porém em menor proporção.

Não só o CCG tinha a proposta de estudos regionais, a RIHGG impulsionou trabalhos acadêmicos dos novos membros que trabalhavam com as temáticas regionais.

Ao observarmos as publicações da RIHGG veremos que as visões de ciência, comparadas a dos anos de criação e implantação, alteraram-se nos anos 70, evidentemente, impulsionados por um novo grupo de intelectuais, que possuíam formações nos grandes centros do país e que influenciaram as concepções da Geografia e, principalmente, da História dos membros que ali estavam desde a criação do Instituto.

Contudo, a visão anterior mantinha-se podemos tomar como exemplo o artigo de Colemar Natal e Silva *“História: nova conceituação”*, que ainda divulgava a História enquanto a ciência que

“interliga as ocorrências para que, conhecendo mais e melhor o passado, se compreenda e se explique o presente para se obter uma perspectiva, tanto quanto possível real do que ainda vai acontecer em futuro mais próximo ou mesmo mais remoto” (RIHGG, 1972, p.74).

No entanto, um fato novo desponta quando Natal e Silva admite que a História não pode mais tomar um perfil cronológico e que os documentos falam por si próprios. Fato esse visível em suas afirmações:

“À luz da estupenda realidade deste momento, surge e cada vez mais se afirma, uma conceituação nova da história. Se já era elucidativo e relevante relacionar, descrever, concatenar os fatos, pela simples fixação das datas em que eles ocorreram, isso não basta, na hora presente. O que se busca, não é só conhecê-lo. É interpretá-lo, no tempo e no meio em que se deram” (RIHGG, 1972, p.74).

Observamos que as concepções históricas irão tomar novas dimensões nos artigos publicados pelos novos membros, os quais produzem trabalhos que, além de analisar objetos inéditos na historiografia goiana, irão apontar para uma visão de História em que não aparecerão mais os grandes heróis e seus feitos, mas sim em uma história contextualizada, que será reflexo de estudos acadêmicos realizados, principalmente, na USP.¹⁰³

Processo contrário ocorreu com a Geografia divulgada na RIHGG. Enquanto os artigos históricos foram escritos, em sua grande maioria, por historiadores de formação, os artigos geográficos se fazem presentes pelas mãos de profissionais não-geógrafos, alguns historiadores, outros auto-didatas. Em seus artigos, divulgaram uma visão de geografia que comungava com a visão da escola geográfica tradicional, nos quais as descrições, classificações se fazem constantes. Porém, apesar do número inexpressivo de artigos na área se comparado aos de caráter histórico, houve artigos preocupados com as discussões de delimitações territoriais.

¹⁰³ Podemos citar os trabalhos publicados por Lena Castello Branco Ferreira *“O Desenvolvimento das Comunidades Urbanas de Goiás”* (RIHGG, 1977, p.129-164), e de Maria Augusta de Moraes Sant’ Ana *“Conjuntura econômica, administrativa e política de Goiás nas primeiras décadas do século XIX”* (RIHGG, 1977, p.27-38), entre outros apresentados.

Mas não foi só na RIHGG que as preocupações territoriais se fizeram presentes. Ao longo da história da instituição observaremos sua presença nas discussões de delimitação territorial do estado de Goiás. Citaremos parte de um texto redigido por seus membros:

“[o IHGG] evocou ainda as sérias questões de limites territoriais entre o Estado de Goiás e os Estado de Minas Gerais e Mato Grosso, quando o governo estadual solicitou com insistência a ajuda técnica-cultural do Instituto Histórico, para estudar a questão, examiná-la, pesquisar documentos comprobatórios para lastro de nossa defesa e dar parecer” (RIHGG,1973, p.12).

Deixamos claro que as resoluções dos impasses territoriais se deram no governo de Ludovico Teixeira (1930-1945), mas se fizeram presentes em outros momentos, já na década de 1970, indícios da participação do presidente do IHGG, Colemar Natal e Silva, nas discussões da criação do estado de Tocantins.

Lamentavelmente, não encontramos os documentos necessários para saber qual a participação do IHGG nas discussões territoriais estaduais, ou até mesmo se houve realmente sua participação. O que localizamos foram os relatórios dos governos, mas nele não encontramos dados suficientes para validar essas informações, nem mesmo nos documentos internos do IHGG há registros. Para nós esse seria o momento mais expressivo da participação do IHGG nas discussões geográficas.

Referências Bibliográficas

Referências Primárias

Arquivos Institucionais

Cidade de Goiânia

Arquivos da Academia Goiana de Letras de Goiás

Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Arquivo Público Estadual

Arquivo do Fórum

Arquivo do Cerne

Arquivo do Departamento de Imagem e Som de Goiás – Museu Zoroastro Artiaga

Cidade de Goiás

Museu das Bandeiras

Arquivo Público do Estado de Goiás

Fundação Educacional da Cidade de Goiás (Arquivo Frei Dorvi)

Gabinete Literário Goiano

Cidade do Rio de Janeiro

Arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Fontes Manuscritas

IHGG. Livros de Atas. Goiânia (07/10/32 a 29/12/79) v. 01, v.02, v 03, v.04.

IHGB. Correspondência de Filgueiras ao IHGB. (1862). Lata 562 pasta 09; Lata 177 pasta 124.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA CIDADE DE GOIÁS. Ata de Instalação do Departamento de História e Geografia de Vila Boa. Goiás. 24/07/77.

Fontes Impressas

Revista do IHG do Amazonas, ano 01, volume 01, 1917

Revista do IHG do Espírito Santos, ano II nº II, 1922
Revista do IHG de Minas Gerais, ano 01, v. 01, 1943-1944.
Revista do IHG da Paraíba, ano 01, volume 01, 1917
Revista do IHG da Bahia, ano 01, v.01, 1894
Revista do IHG do Ceará, ano 01, Tomo 01, 1887
Revista do IHG do Mato Grosso, ano 01, Tomo II, 1919
Revista do IHG do Maranhão, ano XXVIII, 1951
Revista do IHG Piauiense, ano 01, nº 03
Revista do IHG de Alagoas, v. XXXIII, ano 1977
Revista do IHGB, Tomo 96, vol. 150, 1924
Revista do IHGB, volume 317, 1917
Revista do IHGG, v. 01, 1972
Revista do IHGG, v.02, 1974
Revista do IHGG, v.03, 1975
Revista do IHGG, v. 04, 1975
Revista do IHGG, v. 05, 1976
Revista do IHGG, v. 06, 1977
Revista do IHGG, v. 07, 1978
Revista do IHGG, v. 08, 1979
Revista Oeste, Fac-símile, 1983.

Legislação

Coletânea de Decretos Lei do Estado de Goiás de 10 do 11 de 1937 a 31 do 12 de 1938
Coletânea de Decretos Lei Relativo ao ano de 1939
Coletânea de Decretos Lei Relativo a 1940
Coletânea de Decretos Lei Relativo a 1941
Coletânea de Decretos Lei Relativo a 1942
Coletânea de Decretos lei Relativo a 1943
Coletânea de Leis Relativo a 1951
Coletânea de Leis Relativo a 1952
Coletânea de Leis Relativo a 1953

Coletânea de Leis Relativo a 1954
Coletânea de Leis Relativo a 1955
Coletânea de Leis Relativo a 1956 (v. I e II)
Coletânea de Leis Relativo a 1957
Coletânea de Leis Relativo a 1958 (v. I e II)
Coletânea de Leis Relativo a 1959 (v. I e II)
Coletânea de Lei Relativa a 1960
Coletânea de Lei Relativa a 1961 (v. I e II)
Coletânea de Lei Relativa a 1962
Coletânea de Lei Relativa a 1963
Coletânea de Lei Relativa a 1964 (v. I e II)
Coletânea de Lei Relativa a 1965
Coletânea de Lei Relativa a 1966
Coletânea de Lei Relativa a 1967
Coletânea de Lei Relativa a 1968
Coletânea de Lei Relativa a 1969/70
Coletânea de Lei Relativa a 1971/72
Coletânea de Lei Relativa a 1972
Coletânea de Lei Relativa a 1973
Coletânea de Lei Relativa a 1974
Coletânea de Lei Relativa a 1975
Coletânea de Lei Relativa a 1976
Coletânea de Lei Relativa a 1977
Coletânea de Lei Relativa a 1978
Coletânea de Lei Relativa a 1979

Relatos Orais

José Mendonça Teles. [Entrevistas concedida a Giovana Galvão Tavares: 06/04/98 e 08/12/98]
Dalísia Elizabeth Martins Doles [Entrevista concedida a Giovana Galvão Tavares: 18/11/98]
Colemar Natal e Silva [Entrevista concedida ao Museu de Imagem e Som de Goiás: 1989]
Basileu Toledo França [Entrevista concedida a Giovana Galvão Tavares: 19/08/1999]

Basileu Toledo França [Entrevista concedida ao Museu de Imagem e Som de Goiás e a da Academia Goiana de Letras, 1989]

Referência Secundária

7. Bibliografia

- ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ANDRADE, Manuel C. de. Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: editora Atlas, 1992.
- AZEVEDO, Fernando. As ciências no Brasil, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- _____. A cultura brasileira, 1943.
- BANN, Stephan. As invenções da História. São Paulo: Unesp, 1996.
- BITTENCOURT, Circe M. F. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1997 (coleção repensando o ensino)
- BORIS, Fausto. A revolução de 1930: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- BONGIOVANNI, Luiz A. Estado, burocracia e mineração no Brasil (1930-1945), Campinas: Departamento de Administração Política de Recursos Minerais. IG/UNICAMP, 1994 (Dissertação de mestrado em Geociências)
- BRETAS, Genesco F.. História da instituição pública em Goiás. Goiânia: Cegraf, 1991.
- BRITO, Marilza E. Memória é cultura. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1989.
- BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMPOS, Francisco I. Questão agrária e bases sociais da política goiana (1930-1964). São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. 1985. (Tese de doutoramento em ciências sociais).
- CARDOSO, Ciro Flamarion., VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CERTEAU, de Michel. A cultura no plural. Campinas/SP: Papirus, 1995. p.254.
- CERTEAU, de Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. História : novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p.17-48.
- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUL, Nasser F.. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: Cegraf, 1988.
- _____. Pelos caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”. Goiânia: Editora UFG/UCG, 1997.
- _____. & ALENCAR, Maria A. G., 1930: Das generalizações à análise regional: uma revisão. Ciências Humanas em Revista: revista do departamento de ciências humanas e letras/UFG. Goiânia, v. 03 nº 1 – jan./dez/1992.
- DANTES, Maria A. Instituto de pesquisas científicas no Brasil In: FERRI, M.G. & MOTOYAMA S. (coord). Histórias das Ciências no Brasil. São Paulo: EPU – Edusp, 1980, v.2.
- _____. Fases da implantação da ciência no Brasil. Quipu, v.5 n 2 maio-agosto/88 p.265-275.
- DOLES, Dalísia E. M. Interpretação da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, USP 1972. (Tese de doutoramento em História).
- _____. As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX. Goiânia: Oriente, 1973.
- DOMINGUES, Heloísa M. B. A noção de civilização na visão dos construtores do império (revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro : 1838-1850/1860). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, 1989. (Dissertação de mestrado em História)
- GOMES, Horieste. Zoroastro Artiaga: pioneiro da Geografia de Goiás. Goiânia: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, v.14, nº 01, jul/dez, 1998.
- FERREIRA, Luiz O. BRITTO, Nara. Os intelectuais no mundo e o mundo dos intelectuais: uma leitura comparada de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim. In: PORTOCARRERO, Vera (org). Filosofia, História e Sociologia das Ciências : abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. P.133-150.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. M.. Algumas questões metodológicas relativas à história das instituições

- científicas. In: ZÚNIGA, Angel R. (ed.). *Ciência y Tecnología: estudios del pasado y del futuro*. Costa Rica: Guayacán, 1991, p.253-271.
- _____. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional 1875-1934. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as ciências naturais durante o século XIX. *Interciência*, v. 17 n 03 p. 141-146, may-june 1992.
- _____. Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987. (Dissertação, mestrado em História da Ciência).
- FILHO, Luis Lopes Diniz. Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1993 (Dissertação de mestrado em Geografia Humana).
- FONSECA, Maria R. de G. F. A única ciência é a pátria: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770 –1815). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1996. (Tese de doutoramento em História da Ciência).
- FRANÇA, Júnia L. (org). Manual para normalização de publicações técnico-científicas. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1996.
- GUIMARÃES, Lúcia M. P. “Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, 1994 (tese de doutoramento em História Social).
- GUIMARÃES, Manoel L. S.. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FVG, nº 1, 1988.
- _____. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no segundo reinado. Rio de Janeiro, p. 21-42, 1989.
- HEMERLY, Jorge A M. A revista brasileira de geografia e a produção geográfica no Brasil (1939-1950). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 1996 (dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia).

- HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- HOSBSBAWN, E.;RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IGLESIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. Breve história contemporânea del Brasil. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva.1962
- KUHN. Thomas S. A tensão essencial. Lisboa: edições 70, 1977
- LACOMBE, Américo J. Lideranças e expressões do Instituto Histórico. Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no segundo reinado. Rio de Janeiro, p. 85 - 100, 1989.
- LAFUENTE, Antônio. La ciencia periférica y su especialidade historiográfica. In: SALDAÑA, G. J. J.. El perfil de la ciencia en América Soc. Latina. Hist. Ciencias y de la Tecnol. Cuadernos Quipu, México, v. 01 n. 01, p.31-40.
- LOPES, Maria M. As ciências e os museus no Brasil no século XIX. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Usp, 1993, 254p. (Tese, doutorado em História da Ciência).
- LUNARDI, Maria E.. Organização da ciência no Paraná: a contribuição do IBPT. Campinas: Instituto de Geociências, Departamento de Política Ciência e Tecnologia da UNICAMP, 1993, 232p. (Dissertação, mestrado em Política Científica e Tecnológica).
- MACIEL, Dulce P.. Goiânia (1933-1963) : Estado e Capital na produção da cidade. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1996 613p. (Tese, doutorado em História Moderna e Contemporânea).
- MACHADO, Maria C.T. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma , uma história. Goiânia: Cegraf, 1990.
- MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação e política externa no Brasil (1808-1912) São Paulo: Editora da UNESP: Moderna, 1997.
- MICELI, Sérgio (org.) História das ciências sociais no Brasil (v.01). São Paulo: Vertice, 1989.
- MORÃES, Antônio C. R. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. Quipu, vol.08, n.03 septiembre-diciembre/1991. P.349-360
- _____. Ideologias geográficas. São Paulo: Hucitec, 1996.

- Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOTA, Carlos G. Ideologia da cultura brasileira: 1933 –1974. São Paulo: Ática, 1994.
- NEPOMUCENO, Maria de A A informação goyana: seus intelectuais, a história e a política em Goiás (1917-1935). Goiânia: Cegraf (prelo).
- OLIVAL, Moema de C. e S. (org.) Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás. Goiânia: CEGRAF, 1992, 489p.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. Elite intelectual e debate político nos anos 30. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Brasília: INL, 1980.
- _____. A conquista do espaço: o sertão e fronteira no pensamento brasileiro. Manguinhos: História, Ciência e Saúde: Rio de Janeiro, volume V, suplemento, julho, 1998.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PALACIN, Luís. Quatro tempos da ideologia em Goiás. Goiânia: Cegraf, 1989.
- _____. Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás. Goiânia: Editora Oriente. 1971.
- PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Eliane. O estado novo e a marcha para o oeste. Revista História. Goiânia: UFG, v.II nº 04, jan./jun. 1997.
- PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil: 1838/1922. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 1997. (Dissertação de mestrado em Geografia Humana)
- PESTRE, Dominique. Por uma nova História Social e Cultural das ciências: nova definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos do IG, Campinas/SP, volume 06, nº 01, p.07-56, 1996 (Tradução: Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa).
- QUEIROZ, Maria I. P. de Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (textos), 1983.
- SALDAÑA, Juan J. Nuevas tendencias en la historia de la ciencia America Latina. Cuadernos Americanos, México, v. 02 n. 38, p. 69-91, mar-abr 1993.
- SANDES, Noé F. A invenção da nação entre a monarquia e a república. São Paulo: Faculdade de

- Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP, 1997 (Tese de doutoramento em História Social).
- SANTANA, José C. B. A contribuição das ciências naturais para o consórcio da ciência e da arte em Euclides da Cunha. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP, 1998 (Tese de doutoramento em História Social)
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia. São Paulo: marco zero/Fapesp/Anpuh, v. 13, n.25, set/92 ago.93.p.67-80
- SCHWARCZ, Lilian M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Ana L. da. A revolução de 30 em Goiás. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP, 1982 (Tese de doutoramento em História).
- SILVA, José L. W. A sociedade auxiliadora da indústria nacional, matriz do Instituto Histórico. Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no segundo reinado. Rio de Janeiro, p. 85 - 100, 1989.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1945). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Nancy. Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: artemisa, 1976.
- TEIXEIRA, Luiz A. Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903-1916. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995, 167p.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 383p.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Memórias Goianienses. Goiânia: UCG, 1988, 104p.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. A propósito do ensino de geografia : em questão o nacionalismo patriótico. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988. (Dissertação de mestrado em Geografia Humana).
- VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato (uma proposta de estudo sobre a memória histórica). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VESSURI, Hebe M.C. Los papeles culturales de la ciencia en los países subdesarrollados. In: SALDAÑA J.J.. El perfil de la ciencia en America Latina. Cuadernos Quipu, v. 01 n. 01, México, p. 07-17, 1986.

- VESSURI, Hebe, DIAZ, Elena, TEXERA, Yolanda (comp.) La ciencia periférica: ciencia y sociedad en Venezuela. Caracas: Monte Avila Editores, 1989
- VESSURI, Hebe M.C. La ciencia académica en América Latina en el siglo XX. In: SALDAÑA, Juan J. Historia de las ciencias en América Latina, San Angel: Grupo editorial Miguel Ángel Porrúa, 1996.
- WEINBERG, Gregorio. La ciencia y la idea de progreso en América Latina, 1860-1930. In: SALDAÑA, Juan J. História social de las ciencias en América Latina. San Angel: Grupo editorial Miguel Ángel Porrúa, 1996.
- ZUSMAN, Perla B. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. Continuidade e rupturas no marco do projeto imperial. In: SOUZA, Maria A. A. de. O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.